

Nelson Pentecado

A GUERRA DOS PANFLETOS: LINHA DURA CONTRA GOLBERI

Inédito: quatro capítulos integrais da rumberosa «Novela da Traição», que circulou intensamente nos quartéis.

(Página 12 .)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 55 — DE 15 A 21 DE MARÇO DE 1979

Maluf emplaca sob suspeita

(Página 11)

As manhas da proposta governamental de anistia, segundo o advogado Greenhalgh

Pág. 3

Lançado manifesto feminino

Encontro Paulista e Congresso Nacional de mulheres aprovam resolução única.

Pág. 16

Prefeituras nas ruas

Lançada campanha pelas eleições diretas em São Paulo e Porto Alegre.

Pág. 11

Moradores de loteamentos clandestinos exigem uma solução do Prefeito.

Pág. 11

O bancário Augusto traça os planos para seu sindicato.

Pág. 10

Venezuela

O que pode mudar com Luís Herrera Campins no poder?

Pág. 13

GREVES SAÚDAM FIGUEIREDO

Piquetes metalúrgicos no ABC paulista. Professores do Rio e estudantes da USP de braços cruzados. Uma posse da pesada para o novo general presidente.



Tropas da Polícia não conseguiram intimidar os operários de São Bernardo, que armaram piquete logo no primeiro dia da greve.

Mais militares, policiais e civis, acusados de praticar violência contra presos políticos:

SAIU O 2º LISTÃO: 442 TORTURADORES.

Muito trabalho em São Paulo, mas há de ser feito. O Conselho de Administração da Associação Brasileira de Defesa da Democracia, após um mês de trabalho, em agosto de 1978, e a partir de informações recebidas, elaborou um levantamento de 442 nomes de militares, policiais e civis, acusados de praticar violência contra presos políticos.

Manuel de Conçalves denuncia: **EM TEMPO!**

ANISTIA SACODE OS DEPUTADOS

Fumageiros ensaiam greve nacional

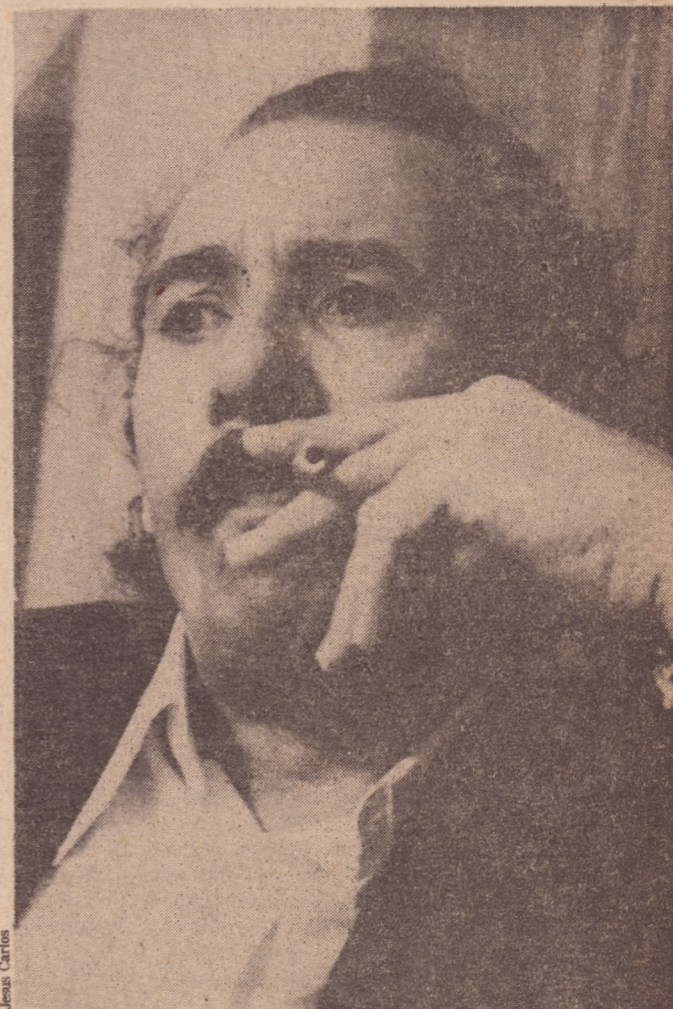
Metalúrgicos podem parar

Tudo pode acontecer nos próximos dias. Metalúrgicos do ABC e Interior paulista ameaçam parar novamente as máquinas, se os patrões não atenderem suas reivindicações. Sexta-feira, 9, assembleias gerais em São Bernardo e Santo André.

Professores no Rio: o quadro é negro.

Trabalhistas e Socialistas Explode crise no FEBEM

Assembleia decide: EM TEMPO continua firme.



Ditadura apreende

Em Tempo Nº 54

Pág. 3

Chicão está de volta

Líder camponês de Minas, de volta do Exterior, conta suas militâncias, prisões e exílios.

Pág. 9

CPI para o sequestro Brasil-Uruguai

A polícia gaúcha parece estar levando a melhor no caso do sequestro dos uruguaios...



Claudio

com o que concorda o advogado italiano que chegará esta semana em Porto Alegre...

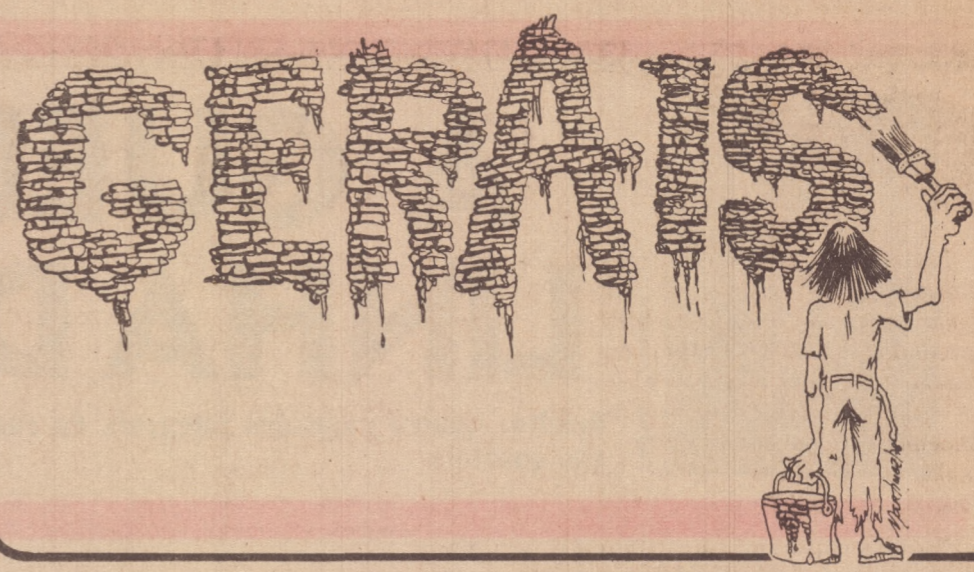
assunto, foi aprovado no Legislativo gaúcho uma CPI para apurar a responsabilidade sobre a violação dos direitos humanos e da soberania nacional.

As primeiras medidas da CPI deverão ser o interrogatório do delegado Pedro Seeling...

Pena que Sérgio Porto — o saudoso Stanislaw Ponte Preta — tenha partido tão cedo...

Uma das últimas pérolas do pensamento oficial em matéria de visão política foi o pronunciamento do futuro Ministro da Previdência Social...

rios e institutos do INAMPS é sinônimo de organização e bom atendimento...



Volta às aulas, volta às lutas.

O movimento estudantil paulista voltou a pegar fogo, após passar praticamente todo o ano de 1978 sem realizar grandes mobilizações...

quero ainda a extensão desse preço para todos os funcionários e professores da Universidade...

também formar comissões nas diversas escolas, com o objetivo de controlar a aplicação das verbas da Universidade...



Claudio

Funcionário do Metrô não é tatu

A Associação dos Empregados Metroviários do Estado de São Paulo, AEMESP — promete para este ano, uma campanha salarial bem mais 'fensiva' que a do ano anterior.

ajudante de manutenção ganha Cr\$ 2.900,00 por mês. Por isso, dentre nossas 17 reivindicações atuais, temos que considerar prioritárias:

Para comunicar o resultado das negociações aos motoristas, o presidente do sindicato chegou a pedir a proteção da polícia.

A categoria está mobilizada para chegar a bom termo nessa campanha, mas se houver intransigência a greve pode ocorrer.

Motoristas param em Campinas

A cidade de Campinas, no interior paulista viu, no último dia 2, sua maior greve no transporte urbano.

contra a paralisação e seu presidente, o pelego Mauro Ribeiro...

reunião os patrões cederam em conceder um aumento de 10% por cento mais um adiantamento igual...

A greve pegou os patrões de calças curtas mas sua reação foi rápida: enquanto faziam uma tentativa frustrada de por em circulação alguns ônibus dirigidos por manobristas...

Para comunicar o resultado das negociações aos motoristas, o presidente do sindicato chegou a pedir a proteção da polícia.

Ao meio dia, a greve já era o assunto da cidade, ao mesmo tempo que começava a circular os rumores mais disparatos sobre uma possível repressão.

Com a greve na CCTC, e provável que os motoristas das outras empresas também resolvam paralisar o trabalho proximamente.

Moradores se organizam

Os moradores do bairro Passo da Figueira em Alvorada — cidade dormitório de Porto Alegre — deram mais uma amostra de seu crescente nível de organização...

basicamente, falta de água, luz e insegurança quanto ao local de moradia.

Moradores do Passo da Figueira e eleita sua primeira diretoria.

Em dezembro, numa assembleia que contou com quase 200 moradores...

A maioria dos moradores são pedreiros, carpinteiros, serventes de obra; outros são biscateiros, empregadas domésticas...

Metalúrgicas unidas em Minas Gerais

As metalúrgicas de BH — Contagem continuam firmes em sua luta pela mobilização da categoria e pela maior participação da mulher...

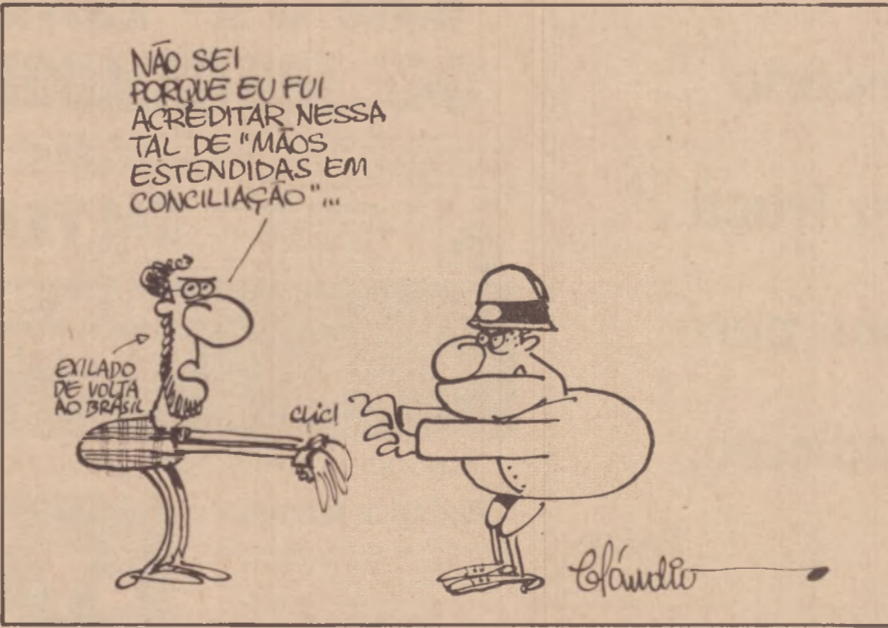
não de festa. Este dia lembra o massacre de um grupo de tecelãs que fizeram greve por melhores salários e condições de trabalho.

A reunião foi aberta por Efigênia, operária que faz parte da oposição sindical, com um discurso emocionado sobre o Dia Internacional da Mulher.

Ao final da reunião, por proposta de uma das presentes, ficou marcada a data de 1º de abril para o terceiro encontro...



Claudio



Claudio

Assine EM TEMPO: CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Luisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai...

Editorial

O adeus de Geisel ao EM TEMPO

Sexta-feira, dia 9, a Polícia Federal, através de seus agentes em todo o País, portando uma «auto de apreensão n° 28/79», apreendeu o EM TEMPO nas bancas. O «auto», não dava razões de espécie alguma e, talvez, até mesmo as julgasse dispensáveis de todo, como se a ordem, vinda do Ministro Falcão, bastasse a si mesma como legítima.

Novos tempos, de fato. Há quase um ano atrás quando EM TEMPO publicou uma denúncia de presos políticos apontando 233 torturadores, o que recebemos em resposta foram três atentados a bomba e, em seguida, nenhuma apuração dos responsáveis por parte das autoridades. Agora, quando reproduzimos outra denúncia, publicada num livro editado em Portugal por um comitê de anistia, apontando 442 nomes de torturadores e mandantes de torturas, os métodos já são mais civilizados. Ou menos bárbaros, seria mais correto dizer-se.

A diferença não é de fundo, pois tanto lá como cá, o governo, ao invés de apurar as denúncias que fazemos, prefere se omitir ou reprimir. E mesmo da forma, a diferença não é de causar-nos tanto júbilo. Pois até agora, apesar de termos ido ao Ministério da Justiça em Brasília, cobrar um esclarecimento pela apreensão, não fomos sequer recebidos pelo sr. mandante do «auto», nem ele se prestou ainda — até a hora em que fechávamos esta edição — em comunicar-nos uma resposta.

E o que é pior. Tampouco podemos entrar na Justiça acionando a Polícia Federal por abuso de poder. Pois a nova Lei de Segurança Nacional (será que foi através dela a apreensão?) por meio de seu artigo 50, institucionalizou o abuso de poder delegando ao ministro da Justiça poderes de apreensão de publicações, sem nenhum pedido ou comunicação prévia à Justiça. Assim, como não recebemos nenhuma comunicação ou reconhecimento oficial do ato, podemos até mesmo imaginar que estamos sendo logrados por algum larapio disfarçado de autoridade, sem que tenhamos à nossa disposição os meios legais de dirimir esta nossa dúvida. A tal ponto do absurdo chegaram as leis neste país da democracia relativa.

De outro lado, além da arbitrariedade consumada e dos prejuízos causados à nossa frágil imprensa — montam à ordem de Cr\$ 300.000,00 — há o fundo da questão que é político.

Está hoje na ordem do dia a discussão e luta pela anistia. E o Governo, no seu intuito de só conceder uma anistia parcial, tenta a todo custo mostrar-se idôneo nos métodos de combate à oposição buscando caracterizar setores desta como criminosos comuns, não merecedores portanto da anistia. Neste quadro, a imprensa que vem tentando mostrar através dos fatos que a realidade é exatamente o inverso, não pode ser tolerada, sob pena do rei ficar nu. E somente a partir daí que se pode compreender os sucessivos enquadramentos na Lei de Segurança Nacional de vários órgãos de imprensa, culminando agora com o processo sobre o repórter Antonio Carlos Fon de Veja — que denunciou a existência do aparelho clandestino da repressão — e com a apreensão do EM TEMPO.

Esta luta está se travando a vários níveis e não somente é óbvio, na imprensa. A proposta de alguns parlamentares do MDB no sentido da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as torturas vai na mesma linha. E não venham nos dizer, como querem alguns parlamentares do próprio MDB, que estão contra proposta, que isto seria enfrentamento, que não temos força para colocar o próprio poder no banco dos réus. Não se trata disto. O que se trata é de ir já abrindo o caminho através da divulgação da verdade, para a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita. A qual para ser de fato irrestrita e duradoura, implicará no desmantelamento do aparato repressivo, que aí está intacto para a qualquer momento causar outros tantos candidatos à própria anistia.

O caráter arbitrário e obscurantista desta apreensão já foi fartamente demonstrado pelo repúdio à medida do Governo, e pela solidariedade ao EM TEMPO, partidos dos mais variados setores da vida nacional, inúmeros para serem aqui listados, das oposições populares às figuras ilustres do parlamento. Até mesmo um parlamentar da Arena, diante da denúncia da apreensão feita no Congresso Nacional pelo MDB, não teve como não reconhecer que se tratava de «um recuo na abertura» para o qual não tinha respostas a dar.

A todos estes setores, opositoristas reafirmamos que não nos intimidaremos e que, conscientes do nosso dever de imprensa independente continuaremos travando intransigentemente a luta pelas liberdades democráticas até o fim de toda opressão.

Mais militares, policiais e civis, acusados de praticar violências contra presos políticos:

SAIU O 2º LISTÃO: 442 TORTURADORES.

Muito conteúdo em poucos minutos. Mais de 400 nomes de militares, policiais e civis, acusados de praticar violências contra presos políticos.

Manual da Conciliação denuncia:

EM TEMPO

ANISTIA SA...

OS DE...

Apreendido

Fumageira

Professores no Rio: o quadro é negro.

Explode crise no FEBEM

Assembléia decide: EM TEMPO continua firme.



Pedro Simon, na Sucursal de P. Alegre

Bônus EM TEMPO

Invista no EM TEMPO e receba liberdades democráticas como dividendos. Nossa imprensa depende somente de você, leitor. Caso queira colaborar conosco neste momento, envie quanto quiser, na forma de cheque à Editora Aparte S/A — r. Matheus Grou, 57, São Paulo, Capital.

MDB se enrola com a CPI da tortura

A proposta de uma CPI dos Direitos Humanos, apresentada por Airton Soares (MDB-SP), dividiu até a ala autêntica do MDB. Os que foram contra a proposta acabaram considerando-a inoportuna e até mesmo provocadora. «Não vamos cutucar a onça com vara curta» foi a frase mais ouvida entre os emedebistas.

Por Carlos Alberto de Almeida

A defesa dos direitos humanos é um dos pontos que consta no programa do MDB e os milhões de votos depositados na oposição posicionam-se pela defesa desse princípio. Entretanto, a simples proposta feita pelo deputado Airton Soares (MDB-SP), para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos Direitos Humanos provocou, na semana passada, discussão acirrada dentro do partido, chegando inclusive a causar uma divisão até entre a sua ala autêntica.

Que a ala moderada do partido — tipo Tancredo Neves — fosse contra a CPI não é surpresa alguma. O que surpreende é que a até no bloco dos autênticos surgiu uma ala contra a formação de uma CPI sobre os Direitos Humanos, pela qual os autênticos batalham desde 71 na palavra de Lúscio Maciel. Na época em que mais se praticavam torturas e assassinatos políticos no País, quem bloqueou a criação da CPI foi a própria direção moderada do partido. Coisa que também não surpreende. Agora, entretanto, não há consenso nem nos autênticos.

Aqueles que estão contra acusam Airton de criar argumentos para o regime reprimir mais ainda, de «cutucar a onça com vara curta». Até de embrocção, a CPI dos Direitos Humanos foi chamada. Pelo outro lado, Airton começou a desconfiar — o que disse na última reunião da bancada — de que o medo tinha atingido até os que sempre se posicionaram pela defesa intransigente dos direitos humanos.

A discussão se desenvolveu de forma desordenada demonstrando principalmente a ausência de objetivos e programas claros que permanecem mesmo dentro do bloco dos deputados populares do MDB. O deputado José Costa, de Alagoas, por exemplo, afirmou que uma CPI dessa natureza somente contribuiria para estabelecer um confronto com o sistema ou, então, para cobrir de ridículo a iniciativa da oposição, uma vez que as torturas e os torturadores são por demais conhecidos do povo. «Antes de partir para esta CPI — disse Costa — é necessário que o MDB verifique se tem forças e condições para convocar o ex-presidente Garrastazu Médici, o general Antonio Bandeira — atual comandante do III Exército — o brigadeiro João Paulo Burnier e o general Ednardo D'Ávila, alguns nomes apontados em lista idônea, pela da Anistia Internacional, como torturadores, ou se, ao contrário, se limitará a ouvir investigadores, viúvas, irmãos e pais dos torturados.

Disse ainda que considera importante essa CPI como instrumento parlamentar numa democracia, mas não «num regime de exceção onde o parlamento permanece aberto somente como mera concessão do regime, porque aí a CPI passa a ser um instrumento do sistema político dominante que controla seu presidente e seu rela-

tor e tem maioria para decidir inclusive a favor do Governo e até mesmo pela absurda inexistência das notáveis violações aos direitos humanos», alguns outros deputados chegaram ao absurdo de argumentar que a CPI impossibilitaria a pacificação nacional, ou seja, a anistia aos que torturaram, mataram, exploraram.

CPI para conciliação?

Mesmo para quem defende a constituição da CPI, a defesa é feita com argumentos como os de que a CPI, longe de impedir a pacificação nacional ou a anistia ampla geral e irrestrita, serviria também para essa conciliação nacional, pois individualizados os torturadores, estes poderiam até ser beneficiados por um decreto de anistia decretado pelo presidente da República. Em geral a discussão pró e contra a CPI se deteve muito em torno da tortura e assassinatos políticos, e se isso beneficia ou não o processo democrático, pois, evidentemente, pelo menos no bloco dos autênticos ninguém duvida que os direitos humanos tenham sido violados.

Há entretanto, no meio da discussão de baixo nível político e com total ausência de princípios que fez o MDB, alguém que defende a constituição da CPI, colocando os direitos humanos num plano mais amplo. Torturar e assassinar é violar os direitos humanos. Mas não é só. Para ser mais exato, no capitalismo, mesmo no chamado capitalismo «desenvolvido» a violação aos direitos humanos atinge índices e formas as mais impressionantes. No próprio país de Carter, há números altíssimos de prostituição, de existência de fome, racismo, criminalidades, favelas, desemprego, etc. Os direitos humanos não podem ser tomados simplesmente como o direito ao voto, o direito a falar, o direito burguês de protestar, onde continuam os desempregados (como na França) a prostituição, a fome.

Assim argumenta Chico Pinto, em defesa da CPI dos Direitos Humanos, quando lembra que esta CPI não tem somente a função de apurar crimes, desaparecimentos ou assassinatos políticos. «Na verdade — afirma — está havendo um equívoco quando se pretende torpedear a CPI sobre Direitos Humanos, sob alegação de que ela teria o fim precipuo e exclusivo de apurar torturas. O que se pretende com ela é apurar também a existência de uma tortura maior, a do homem que não tem emprego e que por isto assiste o drama terrível de ver os filhos sem alimentação e sem saúde. O problema do subemprego que tortura a cada dia o homem que não sabe como sobreviver. A poluição das cidades, dos rios, atentando contra a vida humana. Enfim, a tortura da falta de habitação, transporte, alimentação, saúde, da falta de dignidade do ser humano... Especialmente daqueles que são explorados pelas elites dominantes».

Governo quer anestesiá-la oposição

A proposta de anistia parcial do governo é uma tentativa clara de se demarcar uma linha divisória além da qual não serão permitidas ultrapassagens. A todo custo se tentará isolar os setores opositoristas que pegaram em armas na luta contra o regime, tentando caracterizá-los apenas como criminosos comuns, conforme aponta o projeto do senador arenista Dinarte Mariz. Estas são as conclusões de Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia; núcleo de São Paulo.

O projeto de anistia parcial do governo prevê realmente a exclusão dos que pegaram em armas na luta contra o regime, quanto a isto não há mais segredo. Entretanto, o mais curioso é o fato de ter sido o senador Dinarte Mariz a apresentar o projeto. Ele representa a ala mais à direita do próprio regime, a mais radical, e é sintomático que pela terceira ou quarta vez se coloque a favor da anistia.

Isto dá à imprensa que os radicais estão querendo marcar uma linha divisória, além da qual não serão permitidas ultrapassagens. Por exemplo, no caso da anistia pode-se falar em tudo, desde que não se levante os crimes cometidos pelo regime, este é o limite. Neste caso a proposta de anistia do senador Dinarte Mariz é muito clara. Quando se chega perto deste limite a «linha dura» mandará seu recado, através de cartões de natal, bombas, etc. A apreensão da edição da semana passada do EM TEMPO, com a lista de 442 nomes de pessoas acusadas de praticarem torturas, é um exemplo típico. O caso do artigo da revista «Veja», e do jornal «Resistência», que também relatavam torturas, são outros exemplos.

No entanto, as articulações desses setores são muito tacañas e mesmo imprudentes. Muitas vezes se pautam por uma demonstração de força, como foi o caso do Lourenço Diaféria. Todos se recordam da cronística que Diaféria escreveu nada tinha de ofensiva às Forças Armadas, no entanto, por pressões desses setores, o então ministro do Exército, general

projeto de abertura do governo. Mesmo nos setores mais moderados da esquerda, por exemplo, um Partido Socialista, dentro dos moldes da II internacional socialista, não conseguirá legalização. Para isto basta ver todos os recuos que Brizola está dando para este projeto passar.

O que acabará ocorrendo com a tese do fortalecimento do MDB e que várias tendências vão se formar dentro do partido e, na hora que estas tendências se cristalizarem o governo abrirá espaços para novos partidos, procurando dividir a oposição.

Silvio Frota, tomou as medidas repressivas.

Então, ao que me parece vamos viver este lusco-fusco. Eles vão tecer os limites máximos e, depois, dar porrada. É uma área cinzenta, e o que mais me assusta é que o general Figueiredo é muito pouco maleável. Ele não é um estrategista como o general Geisel, por isto inclusive é que Golbery vai ter muito mais trabalho.

Por outro lado, os movimentos pela anistia conquistaram um espaço político e o governo quer colocar uma cunha nestes movimentos, lançar a discórdia no seio da Oposição. No movimento pela anistia, por exemplo, a cunha é a anistia parcial e, alguns movimentos mais antigos que os Comitês brasileiros pela Anistia — CBA, vão aceitá-la e esmorecer na luta. Nós não esmoreceremos, vamos lutar para conquistar a anistia que queremos e inclusive as resoluções do I Congresso Brasileiro pela Anistia nos indicam o caminho para esta luta: a popularização do EM TEMPO, com a lista de 442 nomes do movimento.

Mas, enquanto no movimento pela anistia predominarem os setores de pequena burguesia facilmente se tenderá a aceitar uma anistia parcial. A anistia ampla, geral e irrestrita só poderá ser conquistada com a participação dos trabalhadores e demais setores populares, e neste sentido nós do CBA estamos mais na frente.

Portanto, enquanto nós estivermos nessa situação acredito, inclusive que a esquerda brasileira — apesar de se desenvolver — não vai conseguir ganhar a legalidade. A legalização da esquerda seria já a transposição dos limites definidos dentro do

a Polícia Federal poderia facilmente ser adestrada para tais funções, sem o envolvimento das Forças Armadas.

Apesar dessa «autocrítica» e exatamente por isto, é que não permitiremos que agora sejam colocados no banco dos réus. Portanto, este aspecto acabará determinando as ações por um bom tempo. Toda vez que surgir um centro de organização mais ousada haverá uma ameaça do banco dos réus e, então, a política do casuismo, para auto-defesa, será utilizada.

E neste sentido que podemos concluir que ainda não haverá espaço para a legalização da esquerda inclusive entre exilados como Arraes, Prestes, Júlio, Brizola, etc., somente o tem retorno assegurado no projeto do governo. O regime vai soltar e segurar as rédeas do «processo de democratização», mantendo um pé no cravo e outro na ferradura. E resta saber se o general Figueiredo será capaz de fazer esta combinação. No entanto, ao que tudo indica esta política tende a se desgastar, principalmente, na medida em que os movimentos populares avançam. Neste momento nós temos que saber usar e não provocar, não podemos esquecer que a ditadura não caiu, ela está um pouco recuada. Isto não quer dizer que não devemos avançar na conquista de uma maior espaço político, principalmente no caminho de uma anistia ampla, geral e irrestrita».

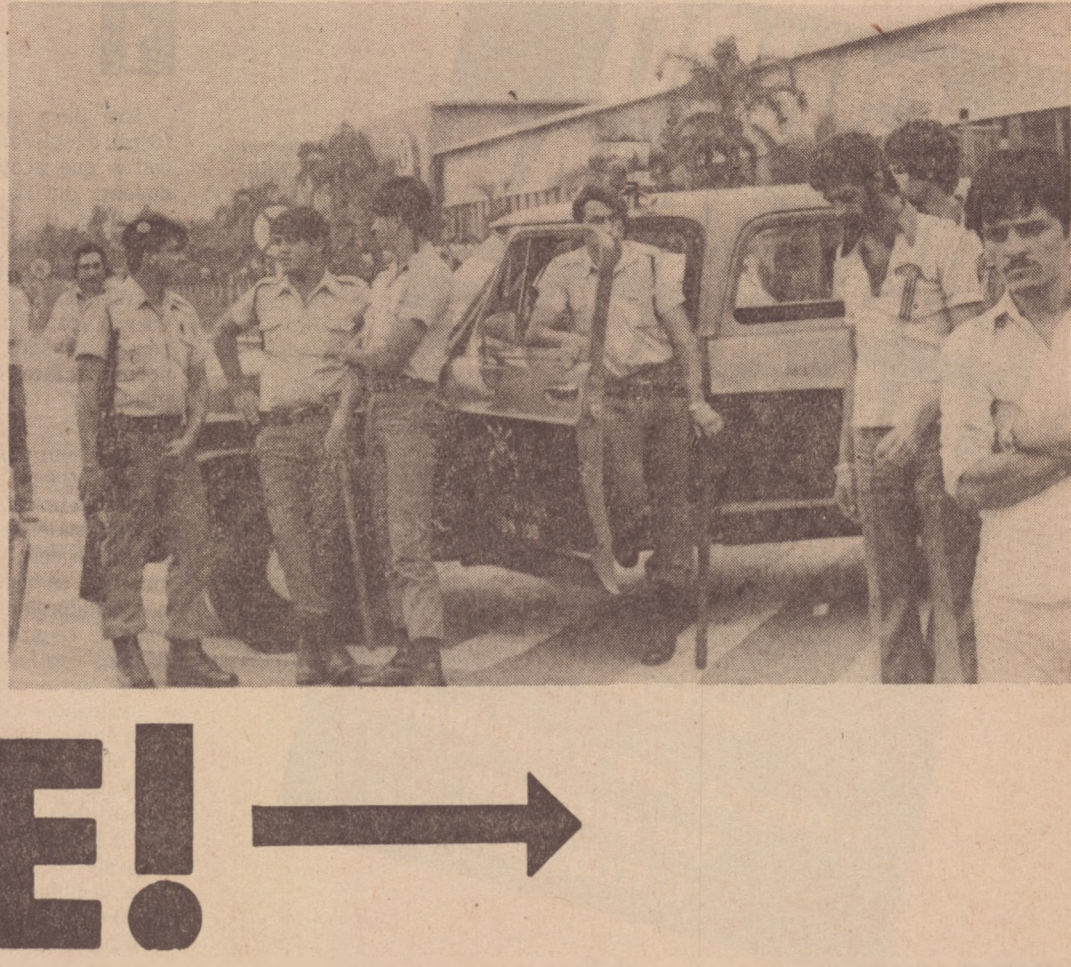
(depoimento a Luiz Nadai)

Banco dos réus

Não podemos ter ilusão na atual conjuntura, pois hoje é o Exército que está no poder e o governo de Figueiredo tem um projeto específico de entregar o campo, da mesma forma que o governo Médici entregou as cidades. Assim, não viveremos uma situação como a anterior a 1964 quando, por exemplo, Prestes circulava livremente utilizando a ponte aérea Rio-São Paulo. Inclusive, se pensarmos como os militares, podemos concluir que se tivéssemos que tomar o poder novamente, faríamos tudo igual, só não torturariamos. Entre os oficiais das três armas há pressuposto unânime de que a repressão política do modo como foi eletiva deveria ser feita pelo Dops e pela Polícia Federal e não pelas três armas. Ao argumento de que a Polícia Federal não conseguiria sulocar movimentos como a «guerrilha do Araguaia» estes militares, hoje, argumentam que



Anistia chega ao parlamento



Exatamente dez meses e um dia depois da eclosão do pioneiro movimento grevista no ABC de São Paulo, os metalúrgicos da região voltaram a paralisar o trabalho — cerca de 150 mil no primeiro dia, terça-feira, atingindo quase todas as empresas de São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André, Mauá e São Caetano. Era a resposta dos operários às negociações intrasfêntes dos patrões, na negociação direta estabelecida há duas semanas na Federação das Indústrias de São Paulo. Dos 34 sindicatos que participavam dos encontros com os empresários, apenas o de São Bernardo e o de Santo André definiram-se prontamente pela greve como instrumento de barganha das condições de trabalho da categoria.

Os primeiros momentos deste novo surto grevista indicaram que sua principal caracteris-

ca é sem dúvida o ressurgimento do piquete como método de luta dos trabalhadores brasileiros. Embora muito empregado pelos operários no secular conflito entre capital e trabalho, particularmente no Brasil no período pré-64, o piquete estava congelado desde 1968.

Na assembleia de segunda-feira, um dos dirigentes do sindicato de São Bernardo, expôs aos 20 mil metalúrgicos a necessidade de adotar esta forma: «vamos deixar a parte da euforia de lado e passar para a realidade. A decisão foi tomada e a batalha vai começar. A classe patronal está mais unida do que nunca e nós também devemos nos unir para sobrepujar a classe patronal. Vocês podem ter certeza, companheiros, que nesta luta vamos ter que fazer até piquete na porta das fábricas. Vamos ver a força do patrão até onde vai. Se sentirmos que a força do patrão está nos sobrepujando, nós vamos marcar o piquete, que é um segundo plano. E aquela bola que trazemos escondida para dar o último tiro nela», explicou Djalmir em meio a uma explosão de aplausos. Ele lembrou também que o piquete já havia sido empregado recentemente na greve da firma Besci em Baurichter, no final do ano passado.

«Ao fazer uma comparação entre a greve de agora e a de maio do ano passado, minha entrevista a este seminário, pouco depois da assinatura de segunda-feira, Lula esclareceu a origem da proposta: «hoje há tanto mais consciência do que a que houve no ano passado. Em maio houve um movimento maduro e hoje é supermaduro. Quem frequentou o sindicato nas últimas assembleias viu que os trabalhadores estão sabendo o que querem efetivamente. Entretanto as greves que foram feitas em maio já não terão

A paralisação do trabalho que eclodiu no ABC paulista apresenta características diferentes das anteriores: a utilização do clássico piquete, uma motivação não diretamente salarial, e o sindicato como direção expressa e reconhecida do movimento.

maior sucesso em 1979 porque a repressão interna nas empresas é algo descomunal e talvez os trabalhadores não aguentassem a repressão. E por isso que resolvemos tirar os trabalhadores de dentro das fábricas».

Essa lição resumida por Lula parece ter sido seguida das greves metalúrgicas de novembro na capital paulista, quando os patrões apresentaram-se mais armados que os operários, ao adotar a tática de suspensão em massa dos grevistas e fechamento da fábrica no segundo dia do movimento, seguida de uma opção mimíscopa de corte de cabeças das lideranças. Assim, o método que tanto sucesso fez entre os trabalhadores, de picar o cartão de ponto e dirigirse-se para as máquinas e lá cruzar os braços, certamente não colaria agora.

Delegado sindical
Outra característica que chama atenção, assina-

sindical, tranquilamente eu chegaria aqui e diria que a proposta estaria razoável e que nós devíamos aceitá-la, mas sem o delegado sindical eu não posso dizer isso».

É citou para mostrar a importância e os casos da Volkswagen, onde há apenas um delegado sindical para cada empresa com 40 mil operários, ou então o da Ford, onde há quatro delegados para 12 mil operários. E por que firmo pé nesta questão? «Se iremos nos fortalecer ainda mais dentro das fábricas quando tivermos o delegado sindical», acrescentou Lula.

Os empresários durante os encontros da negociação direta mostraram-se irredutíveis quanto à reivindicação do delegado sindical, figura que consiste na escolha de representantes dos trabalhadores. Por eles mesmos através do voto direto,

para atuar junto aos sindicatos e à direção da empresa. Chegaram mesmo a atribuir ao governo a origem de veto.

Em terceiro lugar, a greve metalúrgica agora tem uma direção clara, expressa, e legítima, pela massa de trabalhadores, como sendo o sindicato. Particularmente no caso de São Bernardo do Campo, onde Lula foi praticamente elevado à estatura dos líderes carismáticos, cujo prestígio é notadamente facilitado nas manifestações de apreço e coadunação que recebe a todo momento, seja das intervenções coletivas das assembleias, como o grito de «Lula! Lula! Lula!», seja das inúmeras relações individuais que os trabalhadores travam com ele. Na greve de 78, certamente por decorrer da ausência de representantes dos trabalhadores, por eles mesmos através do voto direto,

14 HORAS DE DURAÇÃO: O PIQUETE DAS VOLKS.

Pela primeira vez na sua história, 25 anos de exploração e lucros incessantes, a Volkswagen parou totalmente. Embora tivesse ocorrido, previamente, um importante trabalho de preparação — mais de 50 reuniões foram realizadas nos sindicatos com trabalhadores da empresa, a organização de piquetes teve um papel preponderante para que os 45 mil trabalhadores parassem. Aqui, um relato do que ocorreu em 14 horas de duração do maior piquete do movimento operário brasileiro, desde 1964.

Se não fosse a presença de um pequeno grupo de quinze pessoas, paradas na esquina, ninguém poderia supor que aquela seria uma madrugada diferente. Afinal, o mau cheiro que exala da fábrica ao lado, a Resona, enjoativa e nauseante, em o mesmo. Os donos das barracquinhas de doces, batidos de escafoxa, milho verde, empadões, pastéis e refrigerantes há muito já haviam levantado acampamento, seguindo as pegadas do pessoal que larga às 2 h 30 do trabalho. As mesas são arvores requilibradas de sempre, o chão de cascalho e pedregulho completavam o cenário. A rampa de acesso à entrada principal continuava desobstruída, à espera da chegada de mais uma leva de trabalhadores.

São 4h30 e os quinze homens caminham lentamente em direção ao começo da rampa. Há desconfiança e otimismo quanto ao êxito da missão. Mas quase ninguém imagina que dentro em breve estarão vivendo e de certa forma produzindo um dos mais importantes momentos da história do movimento operário brasileiro.

Os primeiros operários da Volkswagen do Brasil SA a gigantesca fábrica de automóveis de São Bernardo do Campo, da turma que pega às 5h00 começam a chegar. Um a um são chamados para conversar, os primeiros se recusam são mestres e contramestres, que não querem se comprometer. Uns atendem o diálgando, diálgam e seguem o seu caminho de sempre, subindo a pequena elevação.

O grupo está cansado, há várias noites mal dormidas para muitos deles atrás. Há quase cinco horas que o sindicato decretou greve geral na região. Parar os metalúrgicos da Volkswagen a todos a decisão da assembleia de segunda-feira, é a tarefa de todos.

Está cada vez mais próximo da hora de entrada da turma. São 5h20m, a preocupação aumenta cada vez mais, a ansiedade chega a graus extremos. Há indecisão no ar, entrar ou não entrar, perder o dia e ficar com os colegas, apoiar o Sindicato? Muitos continuam subindo, o nervosismo aumenta. E agora ou nunca, ou se esquecer um jeito de fazer a massa voltar (nessa altura já são mais de cinco mil trabalhadores que se aglomeram no pato de entrada, traxidos a cada minuto pelos ônibus contratados pela empresa).

5h22m. Surge a ideia que vai fazer virar decisivamente a situação: os braços, vamos fazer um cordão de isolamento, sugere uma voz proвидental.

«A proposta à ação, é questão de segundos. Os braços são ainda poucos, quase não conseguem cobrir a largura da rampa. Em todo o caso, o cordão é ainda muito frágil para conter a massa, então ela resolve-se mesmo assim. No mínimo, passavam por cima».

Espontaneamente, outras pessoas se somam, formando uma segunda fila de isolamento. E ainda mais outra. O grupo se transforma em piquete.

O dia da formiga
São 5h30 ninguém mais pensa em entrar. A hora de bater o ponto já passou. Mas ninguém está disposto a ir para casa. Resolvem esperar à chegada da turma das 6h30m para ver no que vai dar. Ganhar a adesão do pessoal para não dividir o movimento. Enquanto aguardam, cada vez mais o cordão de segurança da entrada principal, a coisa vai assumindo ares de festa. As risadas e as piadas aumentam. As tentativas simuladas de fazer o cerco, só para provocar gargalhadas e correrias são frequentes.

Os bares da avenida Maria Servier Demarchi, que passa em frente ao portal principal, estão repletos. Nunca venderam tanto — café, re-

frigerante, conhaque e da «prinha» — que ninguém é de ferro.

A greve é o assunto predominante em todas as rodas, nos bares e fora deles. As notícias de sedição, de greve que entrou na fábrica, mas acabou voltando são frequentes, arrancando manifestações de satisfação.

Toda a avenida está congestionada. A iniciativa dos trabalhadores multiplica-se a cada momento. Na entrada principal, os diretores do Sindicato ainda lidam, mas nos demais pontos são os próprios trabalhadores de base que assumiram o controle. Como gritou um deles, ao passar um ônibus: «aquí está o controle». E os ônibus saem em fila, mas não são obrigados a parar. Nem é preciso muita insistência, os motoristas vão abrindo as portas, deixando os passageiros saltar. Inicialmente outros veículos, o modo de que alguma coisa aconteça com seus carros é muito grande.

«É a dia quando a turma das 6h30m chega. O congestionamento é enorme. As filas de ônibus alcançam o viaduto que passa sobre a via Anchieta. O mesmo acontece um pouco mais tarde, quando os mensalisistas, geralmente funcionários do setor administrativo se reparam para entrar, às 8 h.

«Abaixo, publicamos dois documentos divulgados pela Volkswagen, o primeiro deles dirigido aos mestres assalariados pelo presidente Wolfgang Sauec os detesta dos acapaa-amealistas (nome que lhes dão os operários em função da cor da capa que usam, no trabalho) solicitando sua colaboração para impedir a greve, dada sua posição de intermediários entre a diretoria e os trabalhadores. O outro é uma carta de advertência dirigida a um trabalhador que entrou em greve à meia noite de terça-feira, no setor 1181.

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

Uma jóia: "greve é anarquia"
«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

«Tudo isso constitui o Vossa Senhoria não quis atender o nosso apelo de retorno imediato ao trabalho, continuando o ilegal procedimento de paralisação, vimos pelo presente adverti-lo de que tal prática é contrária às normas disciplinares e de trabalho nesta empresa e, assim, na hipótese de persistir nesta falta, seremos obrigados a tomar medidas mais energéticas, acatadamente da normalidade do serviço. Esperamos que Vossa Senhoria não reincida em falta idêntica, ou mesmo outra e solicitando ao seu «cientista» neste copia para nosso governo e arquivo».

CINCO HISTÓRIAS DA GREVE

As formas inovadoras de organização, a solidariedade, as manobras, a alegria com o movimento que paralisou o trabalho.

2

O pelego

Atitudes recentes pareciam vir apagando a péssima imagem de Cid Ferreira, o pelego Cid, como é mais conhecido no meio sindical de Campinas. Construção do Partido dos Trabalhadores, em Lins, apoio às propostas das lideranças autênticas nas escaramuças que vêm se processando em torno do reajuste salarial e, culminando, patéticas *incriminações* à intransigência patronal, na concorrida Assembleia de domingo último.

Campinas, vinte horas, terça-feira, 13. Ginásio do Guarani. Nesta Assembleia, marcada pela anterior, para decidir os rumos definitivos da negociação salarial, desmancham-se as dúvidas. Cid reassume sua identidade. De pelego, é óbvio. Uma vez pelego, pelego sempre.

O ginásio está cheio com cinco mil pessoas e ainda uma fila de trabalhadores se comprime na entrada, tornando-a exigua para o controle da carteirinha sindical. Lá dentro lêem-se já as cláusulas do convenio assinado por vários sindicatos de São Paulo. A cada cláusula, pausa para longos comentários de Cid. Análise do que se ganhou, do que se deixou de ganhar.

— Companheiros, a mesa pede calma. Apelamos para a consciência de cada um. Ninguém é criança. Aqui estão representantes de 45 mil metalúrgicos. Vamos pensar antes de votar, para que ninguém, amanhã, diga que votamos repetido, diz ele.

Cid Ferreira é paternalista. Com a voz pausada lembra a assembleia os seus deveres e ensina normas de comportamento. Como não poderia deixar de ser, apelos à lembrança familiar.

— Lá em casa nossas esposas estarão nos esperando com lágrimas nos olhos, pensem em nossa responsabilidade, completa.

Cid é duro. Uma voz irritada denuncia os que interrompem sua fala pedindo greve.

— São sempre os mesmos dois ou três. E certamente nem trabalhadores são. Cairam de *para-quebras* para agitar a assembleia e na hora da greve não dão as caras, assegura ele.

Cid, persuasivo.

3

O bairro

Depois de marcada a greve para terça, começam as atividades de esclarecimento da população da cidade para os objetivos do movimento que se combina com a conscientização de operários ainda não atingidos pela propaganda em Santo André.

No sábado, dia 10, a tarde uma reunião de voluntários, todos operários jovens, inclusive algumas mulheres, define os rumos.

O primeiro bairro a se *panfletar* é Vila Palmareis, na divisa entre a cidade e Mauá. Praticamente toda a população já parece saber da proximidade do movimento. As crianças do pedaço prestam uma ajuda enorme aos ativistas, chamando as pessoas dentro de casa (estas não costumam ter campainha) e identificando as residências onde moram operários, praticamente todas.

A população não só sabe da greve como parece apoiar com todo o movimento. É indescritível a alegria de um metalúrgico quando aparece em sua casa alguém distribuindo os panfletos, mais ainda se o evento se dá num bar, onde o metalúrgico está bebendo com os vizinhos. Se esses não são deste setor profissional, são gozados.

— Seu sindicato só tem *bundamole*, ou — Fora os metalúrgicos, o resto é *tudo uns frouxos*. E o distribuidor de panfletos pode ficar certo que não sai do bar sem tomar uma cerveja, que os operários insistem em pagar.

— Você está dando uma força por nós, nos também precisamos dar uma força pra você.

Sendo sábado de tarde, as atividades mais comuns no bairro são dar um trato na caranga, que as firmas facilitam a compra como maneira de prendê-los à empresa, e arrumar a casa — os loteamentos onde o pessoal constrói suas casas são anárquicos, sem infraestrutura, além do material da construção ser de baixa qualidade. Diz um operário novo, especializado, enquanto está polindo as talas de seu Corcel preto.

— Companheiros, a decisão é de vocês e não minha. Respeito a decisão da assembleia. Não quero influenciar ninguém, mas lembro que se houver greve perderemos os 63% do convenio em troca dos 44% que na certa serão impostos se formos a justiça. Mas, repito, não quero influenciar ninguém.

Cid autoritário. A ninguém e dado a palavra. Sua voz é única. Alguns trabalhadores levantam uma faixa. Mercedes Benz pede a palavra. Cid decide: não ter a palavra.

As leituras das cláusulas terminam. De súbito, sem ninguém entender a mesma fala:

— Tenho aceito convenio permanente como está. Tenho aceito convenio permanente como está. Tenho aceito convenio permanente como está.

Ninguém entende. Todos permanecem como estão. Aliás, qual a alternativa para quem não aceita o convenio? Ninguém sabe.

Depois:

— Quem quer a greve, levante o braço.

A frase é súbita. Vários trabalhadores aturdidos levantam o braço. Quantos? Para que contar?

— Por unanimidade a assembleia decidiu aceitar o acordo com os patrões. Está encerrada a assembleia, sentencia Cid.

Cai o pano. Os microfones são desligados. Cid corre, guardas-costas impedem a aproximação de trabalhadores e imprensa.

Alguns trabalhadores da oposição sindical, tentam em vão retomar a assembleia. A voz não chega a ninguém, e o ginásio vai se esvaziando.

A oposição também está aturdida. Não teve, como ninguém mais, fora Cid, a palavra. Qual o embate de paralisação a partir das fábricas, e a revelia do sindicato. Aliás, a tarde já houvera tentativas na Mercedes, frustradas por uma nota desorientadora do Sindicato.

Vai greve? Ah, vamos esquecendo, o presidente Cid promete lutar por um adicional de 15% aos percentuais do convenio. Vai firme, Cid?

— Tá limpo, temos mesmo é fazer botar para quebrar, nos na Ford vamos parar com tudo.

Engraçado também foi uma roda de mulheres crentes, que são abordadas quando estão discutindo os Salmos: — Meu filho, eu não acredito em greve, mas acho que vocês devem ter fé que daí vocês ganham.

No domingo o grupo vai para o Parque São Rafael, na divisa com São Paulo, um pouco destacado, uma vez que muitos operários tinham de namorar. Choveu de noite, como as ruas não têm calçamento a coisa está uma lama só. Paradoxalmente isto facilita o trabalho, pois os operários estão quase todos na calçada removendo a lama em frente às suas casas. As cenas de solidariedade se repetem. Nos bares, dois operários *contam* ao ativista as suas manhas para amarrar a produção e não deixar o patrão fazer estoque. Entrega-se um panfleto para um casal de namorados, e o rapaz abre um sorriso de orelha a orelha: — Nós na Cotap vamos ser os primeiros a parar.

E a moça responde, dando uma tapinha no traseiro do rapaz: — Vocês metalúrgicos são logo mesmo, heim.

Prosseguindo pela rua enlameada, aparece um velho tocando sanfona. O ativista arrisca entregar um panfleto: — O que você está distribuindo, meu filho? Ah, é da greve. Eu sou metalúrgico aposentado, mas tenho quatro filhos na ativa, me dê logo um panfleto, pros meus filhos darem pros colegas.

Os panfletos acabam em frente a um grupo de crentes que está construindo voluntariamente a sua Igreja. Depois de alguma hesitação, o sindicalista pergunta: «Será que tem algum metalúrgico aí?»

Os crentes param o trabalho e respondem que sim. Ao saberem que é sobre a greve, e para espanto do ativista, acabam ponderando que ela é justa.

1

A passeata

Era para ser um movimento de força e solidariedade, como tantos outros que aconteceram nesta segunda-feira, dia 12, em Santo André. Com palavras de ordem, garra, muito humor e até música, os 500 operários e operárias saíram do Sindicato, pelas ruas da cidade com um objetivo: *paralisar* o trabalho da Pirelli, uma das poucas grandes empresas que ainda permaneciam funcionando naquela manhã.

Mas, com cassetetes, metralhadoras e duas C-14, a repressão policial conseguiu fazer com que ele não se concretizasse. O que não impediu que, a tarde a dose se repetisse. É que, no caminho, os operários de várias pequenas metalúrgicas ganhavam um pouco mais de consciência sobre o movimento. Mas não foi só isso: os trabalhadores de outras categorias, *donas-de-casa* e estudantes puderam se solidarizar com aquela pequena passeata, tranquila e alegre.

Antes de ir até a Pirelli, a idéia era passar pela empresa São Justo, «que não é justa» — como marcavam ritmicamente os participantes. E completavam, acompanhando com as mãos: «eu quero é todo mundo parado».

A primeira manifestação de solidari-

idade aconteceu na av. Santos Dumont, quando várias professoras primárias saíram na porta da escola para aplaudir o pessoal. Surge o Corpo de Bombeiros e alguns deles erguem o polegar. Com esse sinal de «positivo», os 300 metalúrgicos prosseguem, numa sucessão de convites carinhosos a paralisação. Para as «margaridas», dizem: «ó tia, comê, não vão *pará* também?». Para os pedreiros, brancos de pó, que observam e aplaudem a passeata, tiram «sarro»: «seu padeiros vão ficar aí dando duro?».

Pelo caminho, o objetivo de parar a Pirelli se ampliou na rua Natal, quando todos pararam no portão da Indústria Mecânica Cova, aos gritos de «para, para! para!». A guarda de segurança e funcionários da administração vieram dizer que tinham dispensado todos do trabalho logo de manhã, quando era visível, olhando-se por cima dos muros, que a empresa funcionava normalmente. Saíndo da entrada para evitar provocação e criar atritos com a segurança, parte dos participantes subiu nos muros, gritando frases como «a gente só quer companhia, não vamos agredir ninguém». Ou, «comê, companheiro, vai ficá aí sustentando o patrão».

AS INTERFÁBRICAS

Por José Rosa

«Mais vale um ano de leão do que cem de cordeiro». Essa frase repetida por alguns operários presentes à assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos indica bem a disposição dos trabalhadores daquela cidade que decidiram aderir à greve geral decretada já no ABC paulista.

Mesmo contando com a firme oposição do presidente do sindicato, José Domingues, o «Zeze», mais de três mil trabalhadores presentes à sede do Sindicato dos Textéis daquela cidade exigiram a *deflagração* do movimento. Não aceitaram em nenhum momento que se repetisse em São José o que ocorreu em Campinas um pouco antes, quando o pelego Cid Ferreira conseguiu, mediante manobras e forte autoritarismo, impedir que se concretizasse a decisão de assembleia tirada no domingo passado.

Em vão Zeze quis ler a proposta patronal e louvar as excelências das magalhas que os empresários estão oferecendo aos trabalhadores. A assembleia em peso impediu-o de continuar a leitura da minuta de acordo já firmada pela maioria dos sindicatos interioranos, sob a batuta da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, com os integrantes do «grupo 14» da FIESP. Pelo menos num ponto, Zeze, que aceitava a proposta dos empresários, discordava: trata-se no que prevê o comprometimento quanto a não realização de qualquer greve enquanto durar o convenio coletivo.

Se 250 mil metalúrgicos estão parados no ABC por que é que não podemos fazer o mesmo? Perguntou um operário. Ele, como a totalidade da assembleia não aceitava as ins-

mações do pelego de que uma oposição de intrínseca poderia fazer que os metalúrgicos de São Bernardo recebessem um aumento com índice inferior mesmo ao decretado pelo governo federal (o que é no mínimo um absurdo ou conversa para boi dormir). Da mesma forma, a assembleia se insurgiu contra a proposta de votação secreta apresentada pelo presidente do Sindicato, fazendo papel picado das cédulas distribuídas pela diretoria consultando sobre a aceitação ou não da proposta patronal.

O exemplo do ABC não foi seguido apenas quanto a combatividade e disposição de luta. Os piquetes, que pararam as principais fábricas de São Bernardo, São Caetano e Santo André foram copiados pelos operários de Santo André. Já a noite de ontem, um grupo de 200 metalúrgicos da General Motors dirigiu-se diretamente para a Metalúrgica Fiel, empresa com três mil operários, paralisando-a totalmente. Na manhã de quarta-feira, entre 5 e 7 horas, outras fábricas importantes também pararam: General Motors (12 mil trabalhadores), Embraer (2 mil trabalhadores), Eaton (2.500 trabalhadores), Erikson (15 mil trabalhadores), Bundy (1.500 trabalhadores), National (3000 trabalhadores), Sade (700 trabalhadores) e Embraer.

A sustentação da greve e a entubulação de negociações com os patrões ficara a cargo de uma Comissão Interfábricas (que reúne trabalhadores representantes de comissões de fábrica das empresas Paralisadas), em conjunto com a diretoria do sindicato que, foi totalmente ultrapassada no processo de mobilização.

4

O quebra-pau

Em São Caetano a greve começou mais cedo. Os 1.200 trabalhadores da Brasina paralisaram suas atividades antes da assembleia do dia 12, em solidariedade aos diretores do sindicato que foram detidos, enquanto distribuíam convocatórias nas portas de fábrica, segundo informação do secretário do sindicato de lá, Antonio Albertine.

As 19h30 os 1.500 trabalhadores que lotavam as dependências e a frente do Sindicato dos textéis ainda esperavam ansiosos a chegada da comissão encarregada de negociar com os patrões.

As 20h30m chegou o presidente do sindicato Julim Pereira e a reunião começou num clima bastante tumultuado. Já durante a leitura da proposta patronal, muitos dos presentes pediam para que se passasse por cima de certas formalidades, como a citação das conquistas anteriores que foram mantidas. Terminada a leitura, o presidente disse aos presentes que eles decidiriam sobre a paralisação ou não. E acrescentou: se a proposta patronal não for aceita, ela será aprovada em dissídio ou rebaixada para o índice oficial.

Nesse momento muitos dos trabalhadores pediram greve. Antonio Albertine resolveu então passar para a fase de inscrições. Quem quisesse falar contra ou a favor da proposta patronal teria de apresentar a carteirinha do sindicato. Imediatamente, os trabalhadores se levantaram. Começou o tumulto que duraria até o final da assembleia, quando a diretoria do sindicato assumiu a decisão da greve sem a necessidade do processo de votação em urna e sob apresentação da carteira sindical. Os operários exaltados faziam severas críticas a diretoria do sindicato dizendo ela estava fazendo o jogo dos patrões, com medo de uma possível intervenção sindical.

Dada a total incapacidade da diretoria em controlar os ânimos, alguns trabalhadores assumiram o comando da assembleia pedindo aos seus companheiros que sentassem para discutir a organização da greve. Os gritos de «7% ou greve», no entanto, não cessa-

ram. Algumas comissões foram organizadas imediatamente e se dirigiram às fábricas que funcionavam no período noturno.

A oposição do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano, depois das últimas eleições, estacelou-se e agora está se reorganizando. Esta informação é de um representante da oposição que esclareceu ainda a maneira como foi formada a Comissão Salarial. Segundo ele, a comissão é, aberta, graças a luta da oposição. E só não é mais porque a diretoria restringe a participação dos trabalhadores. Disse ainda que a tentativa de se *inocar* em votação a proposta de greve (uma votação que, segundo o presidente, poderia durar toda a terça-feira) não era mais que uma manobra do sindicato. Isso porque a categoria já estava toda mobilizada e consciente da necessidade da greve.

Logo após a assembleia que decidiu a greve a Villares e o setor de tapeçaria da General Motors pararam. As 5h da manhã de terça-feira os operários começaram a chegar ao sindicato. Logo, a travessa Comandante Salgado estava completamente lotada de trabalhadores, que se organizavam em grupos para ir às portas das fábricas. O presidente do sindicato orientava os trabalhadores para que estes fossem para casa ou, se quizessem, ajudassem na organização da greve. Os operários da oposição, no entanto, *insistiam* para que todos ficassem no sindicato para trabalhar pela greve. Um deles recolhida todas as informações sobre horário de entrada das diversas fábricas, situação de cada uma delas.

Na GM os portões ficaram abertos desde cedo para evitar que o *ostabadores* ali se concentrassem antes do horário de entrada. Por volta das 9h começou a se formar uma comissão coordenadora do movimento, com representantes de todas as fábricas. *Instalou-se* também, na porta do sindicato, uma mesa que servia de central de informações e organização dos piquetes.

As 14,00 todos os 25.000 metalúrgicos das 290 indústrias de São Caetano *encontravam-se* paralisados.



5

As mulheres

Depois de participar ativamente da preparação e realização da assembleia de sexta-feira passada em Santo André, ela estava com «toda força» para trabalhar, no final da semana, organizando a greve recém decretada. Como operaria metalúrgica, ela participa da Comissão de Salários de seu Sindicato e, também, consegue tempo para trabalhar no Comitê Feminino pela Anistia do ABC. Para que o movimento grevista fosse vitorioso, ela considera vital o maior apoio possível da comunidade. «Isso é fundamental, já que os patrões se prepararam muito bem para o caso da greve acontecer. Com o trabalhador fazendo de dez a doze horas e mais horas extras, eles tem grandes estoques», diz o metalúrgico num breve depoimento.

Mas essa saída do Sindicato para preparar o trabalhador nos bairros tem outra causa bem mais grave: *sempre* houve repressão dentro das fábricas, mas, a partir das greves do ano passado, o clima se tornou de terror. Os companheiros não podem abrir a boca pra conversar, que correm risco de serem demitidos. Trabalhando num ritmo insuportável eles não tem tempo de se informar sobre o que está acontecendo, no leem jornais, vêem pouco televisão, porque trabalham a noite, na maioria dos casos. Então, a única coisa que consegue funcionar é esse trabalho de ir aos bairros, nos fins de semana, num trabalho de conscientização».

Para romper essas barreiras, ela acha que não basta a adesão dos trabalhadores. «Estamos debaixo de uma ditadura e, para os operários, a abertura é uma farsa. Então, nesse momento é nesse momento que vamos poder testar o real apoio de setores que se dizem defensores de nossa classe. Que os candidatos populares do MDB se posicionem claramente a nosso favor. Que a Igreja faça chegar à população dos bairros a defesa do caráter justo de

procuraram andar agrupados, no meio da rua, sem provocações, enquanto as C-14 seguiam atrás, de perto. Mas a maturidade política não *conseguiu* se impor: um operário, que ficara isolado na calçada, foi *apanhado* a golpes de cassetete.

Pouco depois — mera coincidência? — uma Brasília *para* e desce um guarda-civil, que pede os documentos de um dos participantes. O carro vai embora e o guarda — mera coincidência? — se detém por longo tempo discutindo sobre os documentos do operário com os outros metalúrgicos, que se agrupam em torno. Tempo suficiente para que as duas C-14 voltem e prendam mais dois trabalhadores.

Mais que depressa, o fato é comunicado ao Sindicato, através de dois companheiros que passam de carro. O que restou da passeata — quase a metade — decide tomar o ônibus de volta ao Sindicato, indignados com a atitude de gente — os policiais — que são tudo filho de mãe pobre, como nos e que «são sustentados com dinheiro do povo». A idéia de se enfrentar as duas C-14 — defendida ardentemente por muitos que abandonaram a manifestação sob protesto — foi deixada de lado. A maioria, mais tranquila, tinha certeza que voltaria à tarde à Pirelli, com força redobrada. E que, afinal, a greve não terminava naquele dia.

Outro caso *ocorreu* no começo da tarde de terça-feira, quando a sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André voltou a se encher. Além dos poucos operários e operárias que ainda permaneciam ali desde manhã, um grande número de *metalúrgicos* principalmente mulheres — começou a participar do movimento. Eram, em sua maioria, grevistas que haviam interrompido seu trabalho no horário de almoço e se somavam aos demais metalúrgicos.

Eles poderiam ficar por ali mais algum tempo, até que se *dispersassem*. Mas não foi essa participação passiva que aconteceu, pois havia líderes sindicais no movimento. E em menos de meia-hora, um membro da Comissão de Salários tinha organizado com eles vários piquetes, que saíram para as fábricas que ainda continuavam funcionando, buscando paralisá-las na entrada das 14 horas.

Um fato pitoresco — mas também sintomático — nessa organização de piquetes aconteceu quando foram convocados voluntários para o piquete, que tentara parar a Esam. Ninguém se apresentou. *Até* que, vencendo a timidez inicial, duas metalúrgicas recém-chegadas se apresentaram. O plenário, que no momento era constituído por mulheres, na sua maioria, aplaudiu demoradamente. Mas não só: logo, mais de vinte outras metalúrgicas se incorporaram ao grupo. E fizeram questão de permanecer nele, mesmo *sabendo* que só havia necessidade de cinco pessoas para parar a Esam. Junto com alguns metalúrgicos, elas saíram, alegres, para a rua, em busca de ônibus, para participar do movimento grevista de *forma* ativa.

Os sindicatos assumem

Aqui, passo a passo, a descrição de como as entidades dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André encabeçam o movimento de paralisação.

Rua João Basso, 161, São Bernardo do Campo. Nesta sexta-feira, dia 8, é, sem dúvida, o endereço mais frequentado da cidade pelos não colonáveis, onde se concentram as mais importantes fábricas do setor automobilístico do Brasil. São 20 horas, é muito difícil para alguém chegar até o terceiro andar da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde está localizado o salão de assembleias.

O encontro das 20h é o segundo que o sindicato promove naquele dia, quando mais de 10 mil pessoas passaram pela sua sede. Gente se comprimindo nos corredores, sentando no palco do auditório, no chão, acotovelando-se no mezanino. Todos querem ouvir, conhecer detalhadamente o resultado das negociações que 34 sindicatos de trabalhadores do setor metalúrgico, do ABC e do interior paulista há mais de 80 horas promovem com 22 sindicatos patronais.

Há um burburinho muito grande precedendo o início da reunião. Discussões entre pequenos grupos de militantes sindicais, no rosto de muitos deles expressada a certeza de que, agora em diante, chegou a hora de enfrentar a hora da verdade.

É o doutor Mauricio, advogado do sindicato que se vê incumbido de explicar a resposta didaticamente, item por item, daqueles oito principais apresentados pelos 500 mil metalúrgicos.

Mais dinheiro

O item primeiro é aquele mais ansiosamente esperado pela grande massa, é o do «tutu» reivindicado pelos trabalhadores. Eles pediram 34,1% acima do que o Governo decretar oficialmente (44% segundo determinação de Geisel). É o dinheirinho do pão, do arroz, do feijão e da carne cada vez mais escassos na mesa operária, como não se cansa de denunciar muita gente.

Por isso, que ninguém se admire: quando o advogado leu a contra proposta dos homens da Federação das Indústrias (FIESP): 58% para os que ganham até três salários mínimos (37% dos assalariados) 54% entre três e seis salários mínimos, 50% entre seis e 10, e o índice do governo para a minoria que ganha mais de 10 salários mínimos (apenas 4,5% dos assalariados da região) a vaia foi estrepitosa, podia ser ouvida a vários quarteirões de distância.

Igual sorte mereceu a resposta patronal ao piso salarial: enquanto os metalúrgicos pediam um piso de três salários mínimos (Cr\$ 4.600,00) os patrões não pensavam em nada superior a Cr\$ 3.000,00. E a galeria sabe quanto é importante o piso salarial, principalmente quando se tem um Fundo de Garantia para facilitar as dispensas e recontrações com salários aviltados.

A unificação das datas-base com os metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco nem sequer foi cogitada. Os patrões sabem o que querem. Como disse Paulo Francini, um dos mais esclarecidos dos quadros empresariais, «nós não vamos dar carona para ninguém fazer política», que é o perigo que ele vê na data-base unificada. Isto é, os patrões preferem, mesmo os mais liberais que os trabalhadores estejam divididos e isolados. Um dissídio conjunto seria uma arma que ele não poderia de jeito nenhum entregar aos operários.

Delegado sindical

«É preciso estabilidade para o delegado sindical», continua o advogado, ao falar da principal reivindicação das lideranças sindicais de São Bernardo — bem maior do que aquela das amplas camadas dos trabalhadores, em sua maior parte sensibilizados por questões de caráter econômico. E foi com uma certa surpresa, que todas aquelas pessoas viram o circunspeto doutor afirmar qual o destino das lideranças mais conhecidas e sem imunidades sindicais: «recebem um pontão na bunda». O delegado sindical é mais temido, do que a cruz pelo diabo. Que o digam os Mindlin, os Marcondes, Francini e os De Nigris da vida: para o doutor Mindlin, o delegado representa um duplo poder na empresa, algo que alteraria toda a estrutura e a relação de forças no interior da empresa. Para o presidente da Fiesp, Teobaldo de Nigris, ela seria uma intromissão na administração da empresa — principalmente porque será feita por pessoas sem competência. Afinal, raciocina, todo operário é uma toupeira. Francini, menos incisivo, prefere deixar as discussões para o futuro.

Da mesma forma foram negadas a redução da jornada de trabalho para 40 horas (mais do que natural, se depender do de Nigris ela no mínimo será multiplicada por dois) como já vem sendo feita em países como Alemanha e França. Reajustes trimestrais de salário? Nem pensar. Idem para estabilidade após 90 dias de trabalho. Única consolidação: os acidentados terão estabilidade.

Então, ninguém se surpreendeu com a inflamação da massa, que recebeu algumas injeções nos discursos de alguns diretores do sindicato, como Djalma de Souza Bom que reclamava uma melhor distribuição de riqueza em favor de quem produz e chamava a necessidade de mostrar quem fazia funcionar as máquinas. E pelo Lula que mostrou a falácia dos empregadores que acusam os trabalhadores de querer radicalizar, não apresentando oportunidade de discussão e entendimento.

E mostra que em 1979, houve uma antecedência mais do que suficiente para os patrões tomarem posição diante da proposta dos sindicatos.

E não precisou muita discussão para se chegar à proposta da diretoria do sindicato para aquela assembleia, já aprovada pela assembleia das seis horas e apresentada em milhares de boletins distribuídos na porta do sindicato. Greve geral a partir da meia noite de segunda-feira. Tem muita gente que lamentou não ter tantos braços quanto um polvo para poder levantar em apoio à greve.

A guerra estava deflagrada. No boteco da esquina, lotado, a turma se preparava condignamente para a festa.

A pouco menos de seis horas do início da greve, o ambiente no auditório do Sindicato de São Bernardo não pode estar mais descontraído, apesar das milhares de pessoas que se comprimem assentadas e em pé, superlotando o recinto e os corredores São 18h30m, de segunda-feira.

Enquanto aguardam a chegada de Lula, que no momento se encontra nas negociações diretas com os patrões na Fiesp, os metalúrgicos vão matando o tempo com o improviso de brincadeiras, muito riso assobios e piadas em voz alta. Um bom humor surpreendente para quem vai participar de uma assembleia cujo assunto principal é a ratificação — ou não — da deflagração de um novo movimento grevista, na semana ~~em~~ e que coincidentemente toma posse o novo general Presidente da República.

Bolas de papel atravessaram o auditório rumo ao alvo. Em geral, a cabeça de um dos presentes. Avózinhas de papel cortam o ar morno e enfumado. Alegremente, ninguém dá mostras de ter pressa. Afinal, no dia seguinte ninguém vai trabalhar...

A assembleia estava marcada para um campo de futebol, mas a chuva impediu a realização lá. Como o auditório da sede do sindicato, para onde



Terça-feira, assembleia dos 60 mil...



... em São Bernardo



Lula, momentos antes da greve, na assembleia de segunda-feira

foi transferido às pressas o encontro, é pequeno, há gente aglomerada no andar inferior, e também nas ruas que dão acesso ao prédio. Total de presentes: 20 mil pessoas, segundo as estimativas correntes.

De repente, anuncia-se no microfone que Lula acaba de chegar da Fiesp. A massa de trabalhadores responde imediatamente nos três andares: «Lula! Lula! Lula!» Ar cansado, mas muito tranquilo, o dirigente sindical toma assento à mesa. Pede paciência porque «aqui vai ser curto e grosso». Em seguida o advogado da entidade, Dr. Mauricio apresenta a nova proposta patronal: 63% de aumento para aqueles trabalhadores que recebem entre um e três salários mínimos; 57% para os que recebem de três a dez; e o índice oficial do governo, 44%, para os que recebem acima de dez; é a mais importante. Há três negativas da parte dos empresários: delegado sindical, estabilidade no emprego e unificação da data base com os metalúrgicos da capital.

Lula faz em seguida vários comentários e um deles é decisivo: «se vocês perguntarem para mim qual a minha posição pessoal, eu diria que nós não deveríamos aceitar este acordo», diz ele em tom pausado, grave e com a voz um pouco embargada. De todos os cantos aplausos favoráveis. Lula caminha para a votação formal, aclamado seu ponto de vista pela assembleia. E resume o resultado: «a partir da zero hora de hoje nós estamos em greve. «Explosão de «greve! greve! greve!», em uníssono pela massa.

Lula expõe em detalhes seu ponto de vista de que os metalúrgicos não podem abrir mão da reivindicação de delegados sindicais. E em seguida passa a palavra para Djalma de Souza Bom, também da diretoria da entidade um rapaz cuja liderança vem crescendo a olhos vistos nos últimos meses em São Bernardo.

A assembleia já está praticamente encerrada, mas Lula retoma e pede que todos escutem «e que a imprensa registre: «há pessoas, até do lado empresarial, e existem alguns radicais de dentro do próprio governo, que querem confundir o nosso movimento com um movimento político. Quero deixar bem claro que este movimento é meramente reivindicatório. Se alguma pessoa tentar envolver a nossa greve com movimento político, essa pessoa será denunciada aqui em assembleia. E se vocês perceberem alguém da di-

retoria ou membro da comissão de salário querendo dar um caráter político no movimento, vocês tem que denunciar e expulsar do sindicato».

E mais: «o nosso movimento é para conseguir melhores condições de trabalho. Isso tem que ficar bem claro para nós trabalhadores para as autoridades e para todo o povo brasileiro. É um movimento para melhorar a nossa situação, para evitar que nossos filhos continuem a morrer de fome e é um movimento para que as nossas mulheres deixem de se envergonhar com aquilo que nós ganhamos».

Pouco depois, numa entrevista, ele esclareceu melhor seu alerta: «é que algumas pessoas tentam ligar a nossa greve com a posse do general Figueiredo, ou com outros movimentos que houve no passado».

A massa de 60 mil metalúrgicos que lotou o gramado e as arquibancadas do campo de futebol da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, esprou em pé uma hora e meia para fazer uma curta assembleia de vinte minutos, na tardinha da terça-feira passada. Um defeito na aparelhagem de som atrasou o encontro entre a maior concentração operária dos últimos tempos com a liderança sindical de mais projeção no momento: o Lula, apelido de Luiz Inácio da Silva, o presidente do sindicato dos metalúrgicos da cidade.

Quando uma equipe de cinegrafistas canadenses subiu no palanque para filmar o encontro, dezenas de metalúrgicos atingidos pelos fortes refletores acenaram intensamente com as mãos, os dedos indicando o «v» da vitória, em meio ao coro: «Lula! Lula! Lula!», expressão que no decorrer da semana aos poucos vai se afirmando quase como um grito de guerra dos grevistas. Em muitos lugares o coro repete-se, como por exemplo, entoados de dentro de um carro cheio que deixava o piquete da empresa Volkswagen, em direção ao estádio, pouco antes. Ou então, nas entrecortadas manifestações aqui e ali durante a concentração: «com chuva e tudo estaremos junto com Lula!», ou, «Lula estou contigo e não abro!». O homem Luiz Inácio começa a atingir estatura de mito, numa rápida ascensão que começou na campanha pela reposição sala-

rial no segundo semestre de 77, passou pelas greves de maio de 78, atravessa todo o ano passando com a articulação do movimento dos sindicalistas «autênticos» e chega ao clímax, sem dúvida, nesta concentração.

Os 60 mil metalúrgicos comprimidos estavam ali para ouvir Lula. E não arredavam o pé. A chegada do som no sistema de alto falante foi saudada alegremente pela massa. Aos poucos, Lula ia convocando cada um dos setores do campo de futebol para manifestar-se sobre a eficiência da aparelhagem, como num programa de auditório de tevê. Os coros afirmativos se sucediam. O dirigente sindical, na extremidade de um palanque improvisado com mesinhas de bar, pede desculpas pelos atropelos: «tenham um pouco de paciência, que é com paciência que a onça vai beber água», frase respondida com as primeiras palmas, ainda tímidas.

Agora, momentos antes de iniciar o seu discurso, Lula reclama dos cinegrafistas canadenses, que não entendem bulhufas do seu português: «a lâmpada de televisão está me atrapalhando, eu gostaria que o companheiro apagasse a luz, por que não dá para falar sem ver o pessoal», diz ele no microfone.

Em tom grave, que acentua-se ao longo do discurso, o líder sindical analisa o primeiro dia do movimento grevista: «Hoje, foi dado uma demonstração de que quando os trabalhadores querem alguma coisa, e se unem em torno dela, eles são imbatíveis. Chegamos à conclusão de que o que faltava para nós trabalhadores era quem sabem até um pouco de vontade de brigar. A miséria que a política econômica levou a classe trabalhadora, fez com que no dia 13 de março de 1979, a classe trabalhadora pudesse se encontrar. Podemos até começar a comemorar este dia como o dia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema», afirma Lula, interrompido por aplausos e gritos intensos, um deles chamando a data de «dia de sortes».

E mais: «acreditamos que nunca na história do movimento sindical brasileiro, estes trabalhadores deram uma demonstração da grandeza como foi dada neste dia 13 de março. Iremos andar ainda mais de cabeça erguida. A nossa vitória não está longe e nós sabemos como fazer para alcançá-la».

Lula lembra que no dia anterior os patrões negaram as reivindicações dos metalúrgicos, mas «precisamente à meia noite e um minuto» a greve alcançou 25 mil trabalhadores em São Bernardo e Diadema. Ele explica que recusou o convite para comparecer à Delegacia Regional do Trabalho e informa que no dia seguinte haveria abertura do processo na justiça trabalhista. «A nossa resposta — julgamento do nosso processo — comenta ele — é ninguém comparecer à porta da fábrica amanhã e todos os trabalhadores estarem novamente aqui neste campo, a partir das 16 horas».

Lula prossegue com um ataque duro: «Hoje existe uma única empresa em São Bernardo que nas greves de maio passado denunciou os trabalhadores como agitadores e hoje chama o exército e a cavalaria para bater nelas. Essa empresa que tira nosso sangue e exporta para a Alemanha é a Volkswagen do Brasil». O tema das multinacionais surge ainda duas vezes na fala de Lula. Uma delas, ao recomendar que no dia seguinte todos dormissem até mais tarde, e procurassem

«de manhã conviver com suas famílias pelo menos aquilo que as multinacionais não deixarem vocês conviverem no tempo que trabalharam para ela. A outra, ao responder às atitudes do «poder econômico, que não acredita na nossa capacidade de luta»: «vamos dar uma demonstração de que somos brasileiros e queremos que a riqueza fique no Brasil».

O dirigente sindical autêntico lança um alerta: «Estão tramando uma provocação para a classe trabalhadora e nós não podemos aceitar. Existe alguém preparando uma cilada para nós e nós precisamos toda a grandiosidade da classe trabalhadora para não entrar no joguinho do poder econômico» frase cortada por um comentário do meio do público — «nós mata ele», cercado de risadas gerais. Prossegue na advertência: «Muita coisa de ruim poderá acontecer, mas cada um de nós que sofrer, o outro tem que se dobrar, se dobrar, para valer por dois».

Luiz Inácio nega o caráter mais abrangente da greve: «existe muita gente querendo transformar o nosso movimento num movimento político. E nós trabalhadores vamos dar uma demonstração de que movimento é reivindicatório, que nós queremos melhores condições de trabalho. Não é o momento de nós darmos milha para bodes», diz ele alinhando as reivindicações econômicas da categoria nesta campanha salarial.

E por fim, Lula recomenda que é preciso conscientizar os fura-greve de que «eles não podem ficar esperando que nós lutemos por eles, pois precisam criar vergonha e lutar também». E ainda, de que os metalúrgicos não devem aceitar nenhuma orientação das autoridades apenas do sindicato de classe.

Mesmo com a chuva, 3.500 metalúrgicos de Santo André foram ao seu Sindicato na segunda-feira, para decidir se ratificavam ou não — em função das ofertas patronais — a proposta de greve aprovada na sexta e divulgada durante todo o fim de semana.

A disposição de luta dos participantes iria ficar cada vez mais clara durante o transcorrer da assembleia. E, também, a tentativa do presidente do Sindicato, Benedito Marcilio, em transmitir aos associados os riscos que correriam com a decretação da greve: «temos que examinar com cuidado o que podemos ganhar ou perder com essa posição. Nem tudo que se quer, consegue-se de uma vez».

E Marcilio explicou todas as propostas aceitas pelos patrões, assegurando que a categoria se encontrava «num impasse, numa encruzilhada». Ele vinha de uma reunião da comissão de negociação sindical com os representantes patronais e mais de 80 horas de negociação. E definiu a proposta empresarial como definitiva.

Em seguida, fez a sua análise do equilíbrio de forças que acreditava existir entre os dois lados. «Temos a massa ao nosso lado, o que é muito importante. Mas temos fortes pressões contra nossos interesses: o arrocho salarial, a legislação antigreve, inclusive a ameaça de enquadrar a categoria no decreto que proíbe as paralisações nos setores considerados essenciais».

Segundo ele, os patrões jogaram tudo na mesa de negociações: a afirmação de que têm o governo a seu lado e que têm a força para «massacrar», o movimento, se quisessem. Mas não são apenas os empresários, acrescentou Marcilio. Durante as conversações, o governo ditou ordens de Brasília para a Fiesp, para que não aceitasse a reivindicação de estabilidade para o delegado sindical — uma das maiores aspirações de todas as categorias.

Mais riscos

Depois do encontro com os patrões, Marcilio disse ter ouvido a opinião de outros negociadores. E todos — menos ele e o Lula, de São Bernardo — tinham aceito o acordo proposto pelos patrões (pela primeira vez, as vaia são tão fortes, a ponto de impedir que ele prossiga).

«O Lula e eu decidimos voltar às nossas assembleias e decidir, democraticamente, que atitude tomar». Temos que dar uma resposta aos patrões até amanhã ao meio dia. Se não aceitamos a proposta, eles prometem instaurar um dissídio coletivo e a Justiça do Trabalho, como todos sabem, tem longa tradição de sentenças desfavoráveis aos trabalhadores».

Depois de advertir contra todos os «grandes riscos» que cercavam a possível decretação da greve, Marcilio encaixou sua proposta: «como alternativa, poderíamos rechaçar a proposta dos patrões, voltar amanhã à mesa de negociações e, se o acordo ainda não for favorável, decretamos a greve em nova assembleia». E o plenário explode em vaia e aos gritos de «greve! greve! greve!».

«Piada»

A disposição de luta dos 3.500 metalúrgicos pôde, a seguir, ir de encontro às intervenções dos metalúrgicos Timóteo e Toninho — também preocupados em mostrar aos companheiros aspectos da luta até então não abordados.

Timóteo argumentou que «o trabalhador já perdeu tudo nesse país, só falta a paciência». E acrescentou: «chegou o momento de dizer aos patrões e ao governo que ninguém passa por cima desse Sindicato e dessa categoria».

Os aplausos e os gritos de «greve, greve, greve» explodem de novo. E iriam aumentar nos momentos seguintes.

«Realmente, é de grande importância a diretoria do Sindicato prestar esclarecimentos, mas não devemos esquecer que a proposta dos patrões é uma piada». Por que uma piada, explica-se Toninho: «os 63% oferecidos prevêm o desconto dos aumentos obtidos nos últimos 12 meses eles não aceitaram o delegado de fábrica, que é uma reivindicação fundamental; e, além disso, 40 mil metalúrgicos de São Bernardo acabam de aprovar sua greve».

Aos aplausos e palavras de ordem do plenário, somavam-se agora faixas das principais fábricas de Santo André, reafirmando sua adesão ao movimento.

Toninho propõe que o plenário aprove greve a partir da meia noite e a diretoria do Sindicato encaminhe. Marcilio começa a dizer — «sei que tudo isso é muito bonito...» — mas os gritos de greve encobrem sua voz.

O caminho estava definido pelos 3.500 metalúrgicos e Marcilio voltou a falar, para decretar a greve e encaminhar sua organização.

Garantia no emprego x rotatividade

A edição sobre a campanha salarial do jornal «Tribuna Metalúrgica» do Sindicato de São Bernardo trás esta história em quadrinhos.



JOÃO FERRADOR AJUDANTE

Ô JOÃO, O QUE VALE É DINHEIRO NO BOLSO, CERTO? A GENTE NÃO COME GARANTIA NO EMPREGO!

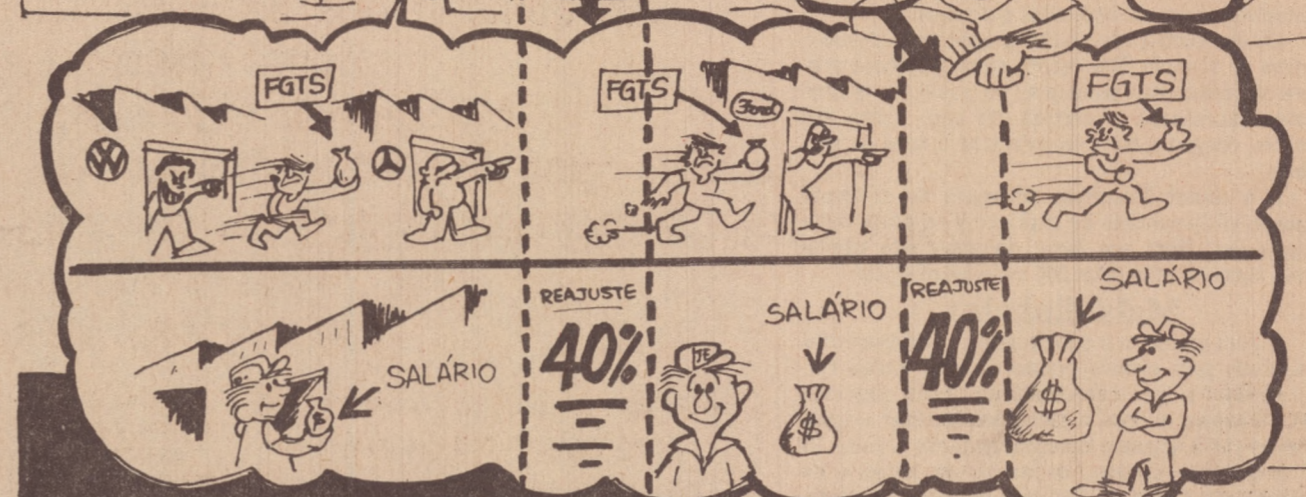
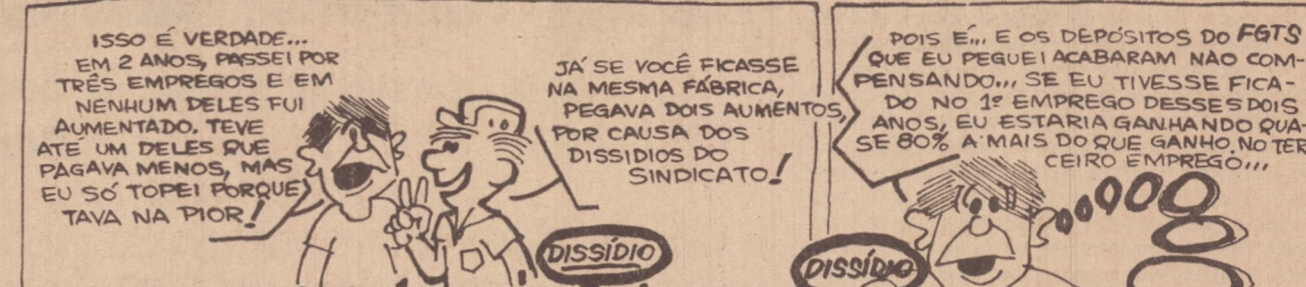
ROTATIVIDADE É ISSO QUE VOCÊ ACABOU DE CONTAR: MUDANÇA CONSTANTE DE EMPRESAS. QUANDO VOCÊ SAI, O PATRÃO BOTA OUTRO NO SEU LUGAR... POR SALÁRIO MENOR. VOCÊ MESMO, PERCIVAL, GARANTO QUE FOI GANHAR MENOS EM OUTRA FÁBRICA, NO MÁXIMO, O MESMO SALÁRIO QUE GANHAVA NO ÚLTIMO EMPREGO!



JÁ FUI DESPIDIDO DE VÁRIAS FÁBRICAS E, COM ISSO PEGUEI O FUNDO DE GARANTIA... SE O PATRÃO NÃO PUDESSE ME DESPIDER, ISSO NÃO SERIA POSSÍVEL... CERTO?

ERRADO... O FGTS É ILUSÃO PERCIVAL... RESOLVE UM PROBLEMA ALI NA HORA, MAS CRIA OUTROS MAIS GRAVES... COM A ROTATIVIDADE QUE PROVÓCA.

ROTATIVIDADE? O QUE VEM A SER ISSO?



SERVIÇO Contrato coletivo de trabalho: um bicho de 7 cabeças?

Nas últimas duas semanas 34 sindicatos de trabalhadores e 22 de patrões engafinharam-se na Federação das Indústrias de São Paulo para uma negociação direta visando firmar um «contrato coletivo de trabalho». Afinal, do que se trata? Veja nesta matéria a explicação do que vem a ser esta reivindicação do movimento sindical, que começa a acontecer na prática a partir das greves de maio de 78 para cá.

O primeiro passo que o trabalhador dá quando arranja um novo emprego é assinar um contrato com o patrão. Contrato é um acordo que duas ou mais pessoas fazem entre si. Ele pode ser escrito ou verbal. Dentro da lei trabalhista o que vale é o seguinte: se o trabalhador puder provar que ele e o patrão (ou seu representante) combinaram alguma coisa, a Justiça do Trabalho reconhecerá naquilo um contrato de trabalho, e obrigará o patrão e ele a cumprir o que ficou combinado.

Toda pessoa que trabalha para uma empresa ou pessoa individual, numa atividade lucrativa ou não, é empregado dentro das normas previstas na CLT. Consolidação das Leis do Trabalho, desde que esteja prestando serviços permanentes, cumprindo ordens e determinações, obedecendo a um horário de trabalho, recebendo por esses serviços.

Nessas condições deve existir um contrato de trabalho para regular o relacionamento entre trabalhador e empresa. Mesmo que não exista um contrato por escrito ele estará existindo de fato, podendo a qualquer tempo ser reconhecido na Justiça do Trabalho com a garantia de todos os direitos do trabalhador.

Individual & Coletivo

Chama-se **contrato individual de trabalho**, o contrato feito entre a empresa e cada empregado separadamente.

O contrato pode ser por prazo determinado ou indeterminado. Escrito ou verbal, não pode conter cláusulas ou condições que contrariem dispositivos de lei ou de contratos coletivos. Assim, por exemplo, não tem valor algum um contrato individual de trabalho fixando uma jornada de trabalho de dez ou mais horas diárias, ou estabelecendo salário inferior ao salário mínimo da região.

Segundo advertem os advogados trabalhistas, sempre é melhor que o contrato esteja escrito. E o documento principal do trabalhador é sua carteira de trabalho. A empresa tem obrigação de anotar ali todas as alterações que no contrato (aumentos, mudanças de função, férias, etc.).

Quando o contrato é escrito, e registrado na Carteira de Trabalho, tudo é mais fácil quando existe necessidade

de fazer uma reclamação na justiça. Quando o contrato é verbal, o trabalhador precisa de testemunhas para provar o seu direito. Daí a importância de registrar na Carteira tudo aquilo que modifica o contrato.

Há também o **Contrato Coletivo de Trabalho**, que é realizado entre os Sindicatos de empregados e empregadores, e vale para toda a categoria que está sendo representada. Sendo o acordo feito pelo Sindicato dos empregados com uma ou mais empresas do setor, é chamado de **Acordo Coletivo de Trabalho**.

As condições estabelecidas nos contratos coletivos, quando mais vantajosas prevalecem sobre as dos contratos individuais.

O contrato ou acordo coletivo pode ser mais vantajoso para os trabalhadores, porque é feito através do seu sindicato, que tem mais força para defender e fazer valer perante a empresa ou perante os sindicatos patronais melhores condições de trabalho. Mas isso só pode acontecer se os assalariados dentro da empresa tiverem consciência dos seus direitos e trabalhando articulados com seus órgãos de classe.

Nos contratos coletivos, o movimento sindical pode conseguir mais benefícios para o trabalhador, no que se refere à remuneração, ao horário de trabalho e demais condições de trabalho, porque no contrato individual, o patrão só está obrigado a conceder os benefícios mínimos previstos na legislação trabalhista. No entanto, o contrato ou acordo coletivo, no Brasil são pouco utilizados, sendo regra o contrato individual.

Relações de trabalho

Vamos tomar um exemplo tirado do dia-a-dia. João é ferramenteiro e está desempregado. De alguma forma soube que a Metalúrgica Albert Vie Lares Ltda está precisando de um bom profissional. João se dirige à firma e conversa com Vie Lares, seu futuro patrão. Este faz algumas perguntas sobre as habilitações profissionais de João, fica satisfeito com suas respostas e diz: «Bem, o horário é das dez da noite às cinco da madrugada, descanso no domingo e o salário é de Cr\$ dois mil». Como é um patrão cumpridor da lei, manda João tirar carteira de saúde e passar no contador para assinar a



carteira de trabalho. E arremata: «E esteja aqui amanhã, às dez da noite em ponto».

Pressupondo-se que João aceite as condições oferecidas e comece a trabalhar, o que aconteceu, segundo a lei brasileira? Surgiu um **contrato individual de trabalho**. Esse contrato gera direitos e obrigações recíprocas para João e para a firma metalúrgica. Por exemplo, a empresa poderá exigir de João o cumprimento da prestação dos serviços a que se obrigou, no horário das 22 às 5 horas, diariamente, com exceção do domingo. João, por seu lado, tem direito a exigir da empresa o pagamento mensal dos salários. Além disso, João estará subordinado hierarquicamente a quem o empregador designar. Em última instância, ao próprio empregador, o sr. Vie Lares.

Mas João e a Metalúrgica não combinaram nada a respeito de, por exemplo, férias, salário-família e 13º salário. Isso quer dizer que João não terá direito a esses benefícios trabalhistas? Terá direito, sim, porque essas vantagens, além do salário, vem fixadas em lei. Mais exatamente os dois primeiros itens, na própria Constituição da República. O 13º salário, numa lei especial.

O exemplo ilustra o entendimento de que para o Direito, as condições de trabalho são estabelecidas pelo **contrato individual de trabalho**, isto é, um empregado e um empregador — ou pela lei fixada pelo Estado. Dessa forma, se entende que empregado e empregador são livres para fixar condições de trabalho, segundo as leis do mercado, até o momento em que a autoridade pública, através de atos legislativos, substitua as vontades de um e de outro, pela vontade da lei. Mesmo que João e a Metalúrgica estivessem de acordo, esta não poderia, por exemplo, pagar a João menos que o salário-mínimo, porque a lei assegura a João o direito, de que não pode abrir

seu salário-mínimo fixado em lei. A firma poderá ser multada se assim agir e — repita-se — mesmo que João estivesse de acordo. Acima do salário-mínimo, todavia, João e a empresa estarão, em princípio, livres para fixar a remuneração que bem entenderem.

Definição de OIT

Logo os trabalhadores perceberam que não estariam protegidos suficientemente se deixassem a fixação das condições de trabalho apenas para o contrato individual ou para a elaboração legislativa. No primeiro caso, cada trabalhador deveria discutir com seu futuro empregador, uma a uma, as condições da relação de emprego. Além de ser a parte mais fraca, com exceção, talvez, da mão-de-obra sofisticadamente qualificada, que praticamente comanda o contrato com seu empregador, o trabalhador não terá, ao necessitar imediatamente de um salário para sobreviver, a capacidade de manobra pelo menos razoável para, diante do empregador, obter um ajuste de trabalho ao menos digno. Além disso, há uma oferta de mão-de-obra idêntica à disposição do empregador.

No jogo democrático, a elaboração legal é vagarosa e sujeita a surpresa, nem sempre do interesse — interesse e não direitos — dos trabalhadores. Diga-se que ela seja — também — insuficiente para cuidar das relações diárias e dinâmicas do trabalho, mais rápidas que a lei. Dessa forma, pode-se qualificar como caminho natural o da busca de relações coletivas de trabalho. O empregado não fala e trata só por si, mas por uma categoria. O empregador não precisa contratos com cada um de seus empregados ou que, no sistema de produção em massa, é inviável, mesmo porque o empregador também transmudou-se em uma entidade despersonalizada: é regra geral uma grande empresa departamentalizada.

«Contrato coletivo», diz a organização Internacional do Trabalho na Recomendação nº 91, «é todo acordo escrito relativo às condições de trabalho e de emprego, celebrado entre um empregador, um grupo de empregadores ou por uma ou por várias organizações de empregados, por um lado, e, por outro, uma ou várias organizações representativas de trabalhadores ou, em sua falta, representantes dos trabalhadores

interessados, devidamente eleitos e autorizados por este último, de acordo com a legislação nacional».

A definição da OIT é longa, porém apresenta todos os elementos do contrato coletivo. De forma resumida, é um acordo escrito entre empregados e empregadores, conforme determinar a legislação de cada país, visando a tratar das «condições de trabalho e de emprego».

A lei brasileira também define a convenção coletiva de trabalho. Para ela, é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às individuais de trabalho.

Produção de massa

Para ilustrar seu ponto-de-vista de que a convenção coletiva de trabalho aparece na história antes da própria organização sindical reconhecida, e quase sempre como ponto de partida desta, um autor de direito de trabalho conta a história de uma das primeiras greves do País, ocorrida na Bahia em junho de 1919. Segundo ele, houve adesão de todas as categorias a essa greve, iniciada pelos tecelões, se a cidade inteira se viu literalmente paralisada. E o que resultou dessa greve? Exatamente a assinatura de um «acordo coletivo de condições de trabalho».

Segundo os jornais da época, diz o autor, vários empregadores e um «Comitê Central de Greves» (não havia ainda sindicatos) puseram fim à greve assinando um documento que estabelecia: 10% de aumento sobre as obras de primeira qualidade e 15% sobre as demais; 10\$000 pelas obras de primeira para os homens e 9\$000 para as mulheres; reconhecimento do dia de oito horas; reconhecimento do direito de associação dos empregados; e direito de não serem despedidos pelas reclamações apresentadas.

Isso chama a atenção para o seguinte fato: num primeiro momento da história, trabalhadores e empregados põem fim a ações coletivas de reivindicações, muitas vezes violentas, através de acordos coletivos, instrumento de pacificação espontâneo. Depois, já organizadas as associações de classe (sindicatos), que puderam surgir exata-

mente muitas vezes por força das ações coletivas inarticuladas de reivindicação, entramos numa fase reguladora, na qual o próprio estado procura regulamentar os acordos coletivos. Como diz um outro autor, «visando a incorporar e consolidar as convenções coletivas de trabalho no ordenamento jurídico».

Verificando a história, sabe-se que, em 1799 uma delagação de sapateiros da Filadélfia (EUA) entrou em acordo com seus empregadores para fixação de lista de preços dos produtos que fabricavam para eles. Teria sido o primeiro exemplo de acordo coletivo nos Estados Unidos. Mas, antes disso, em 1351, 1362 e 1363, há notícias de contratos coletivos na Inglaterra, envolvendo trabalhadores tecelões. E ferreiros, em 1437. E sapateiros, em 1460. E daí até os nossos dias — segundo uma publicação da USIS, em 1963, nos Estados Unidos, contavam-se cerca de 140 mil contratos coletivos em vigor, alguns deles com cerca de 300 páginas. Como lembra um autor, «abrangendo todo o programa que, para encurtar, poderíamos comparar à matéria contida na nossa Consolidação das Leis de Trabalho, na Lei Orgânica da Previdência Social e na Lei de Acidentes do Trabalho». Esse mesmo autor lembra que problemas da tecnologia moderna, como a automação, vêm sendo um ponto capital nas negociações coletivas. «Na Rússia Soviética, onde cada fábrica tem seu contrato coletivo, na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Itália, na Suécia, para só indicar os principais países industrializados da Europa, contam-se por centenas de milhares o número desses «códigos do trabalho», envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores».

Em resumo, o contrato coletivo de trabalho é um fenômeno ligado à produção de massa, nascido com a revolução industrial e deverá ser em futuro próximo aqui no Brasil o principal instrumento a regular as relações entre empregados e empregadores. Segundo outro autor, ele é a aplicação dos processos democráticos nas relações entre empregados e empregadores, «máxima conquista dos trabalhadores, o meio pelo qual podem, através de seus sindicatos, discutir e elaborar as normas que irão reger suas próprias relações de trabalho».

Morte e Vida de Chicão

De volta do exílio na primeira semana de março, Francisco Raymundo Paixão, o Chicão das lutas camponesas de Minas Gerais do começo dos anos 60, por muitos tido como morto pela repressão, contou sua vida para o EM TEMPO.

São quase 40 anos de luta passando pelo PTB, pelo PC, pelas ligas camponesas do pré-64, por 3 exílios sofridos e em vários cárceres do regime.



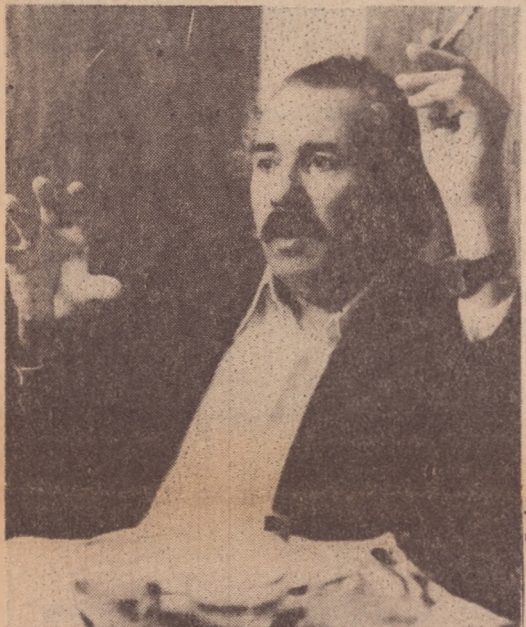
Chicão, em 1963 no Sindicato

— Chicão, pelo que se sabe, você sempre foi sapateiro em termos profissionais. Como veio então a se tornar um líder camponês?

— Minha infância foi de filho de camponês. Quando nasci, em 1931 no interior do norte de Minas, meu pai trabalhava no campo como diarista. E todos os irmãos, éramos onze, pegávamos na enxada para ajudar no sustento da casa. Só quando eu completei uns 12 anos é que nós mudamos para a cidade. Lá, em Mantena, é que eu comecei então no ofício de sapateiro, do qual nunca mais larguei. Mas a verdade é que meu espírito sempre esteve ligado ao campo e seus problemas.

— Dizem que você é auto-didata, nunca cursou escola...

— Não é bem assim. Eu cursei durante muito tempo, só que não passava de ano. Foi um custo danado acabar o grupo e depois disso fiquei durante anos tentando passar do admissão, até que desisti. Desisti, por que comecei a ver que a vida estava me ensinando muito mais do que os livros. Quando eu tinha uns 18 anos, morando em Conselheiro Pena, um falso amigo, o crioulo Vir-



Março de 1979, num restaurante de São Paulo

golino, forjou um roubo na celaria onde eu trabalhava e por vingança tentou me incriminar. De fato conseguiu, eu fui preso por uma semana e em seguida expulso da cidade. Foi uma enorme vergonha para mim que muito me marcou.

Entre na causa do PTB

— Como começa sua militância política?

— Em 1950 me mudei para Governador Valadares. Lá embarquei, como «maria vai com as outras» na canoa do PTB que então estava na moda. Mas já então, na fábrica onde trabalhava, circulavam uns livros estranhos, difíceis de entender porém lindos, sobre outras sociedades sem exploração do homem. Eu lia sem entender muito bem, o que depois vim saber serem obras de Marx, Lenin etc. Mas eu era de fato um petebista encasquetado. E foi nesta que cismei um dia em conhecer Getúlio e me mandei para o Rio. Entrei na fila do palácio do Catete, e depois de alguns dias terminei conseguindo ser recebido por Vargas durante uns 20 minutos. De volta a Governador Valadares então fui tratado como o tal que havia falado com o Presidente.

— Era só pose, ou já era militância trabalhista no duro mesmo?

— Por esta época começaram a aparecer uns cadáveres no Rio Doce e que ficamos sabendo se tratar de camponeses que o Tenente Pedro e Coronel Altino, após grilarem suas terras, assassinavam e lançavam ao rio. Estes fatos revoltaram a cidade e foi por então que comecei a lutar mesmo na política. O que terminou me valendo um casamento: em 1951 o tenente Pedro me prendeu por perseguição política, forjou uma acusação de violação de uma moça da cidade por mim. Eu, temendo me tornar mais uma de suas vítimas no rio, terminei aceitando e me casei com Edna, com quem viria a ter 5 filhos.

Comecei a ler o Marxismo sem saber o que era

— Até quando vai o seu trabalhismo enquanto ideologia política?

— Logo que me casei, consegui montar uma pequena fábrica de artefatos de couro em Governador Valadares. Mas mesmo assim, ainda continuei ligado às lutas camponesas da região dentro da política do trabalhismo. Quando Getúlio morreu, feci a oficina por 4 dias de luto. No final dos anos 50 é fundado um jornal em Governador. O Saci. Malkhava meio mundo, era uma maravilha... Em seguida ele é fechado e surge um outro, O Combate, que foi o melhor jornal de Governador. E eu comecei a frequentar as reuniões do Combate. Nesta mesma época, fundei na cidade o Sindicato dos Trabalhadores de Calçados passando a lutar contra os patrões, mesmo sendo eu próprio um pequeno patrão. Foi então que, pelo apoio que O Combate dava às nossas lutas, eu comecei a me aproximar do pessoal, e pouco a pouco fui me entrosando com o Partido Comunista.

— Quando é que você volta ao trabalho no campo?

— Só bem depois disso. No começo de 1960 resolvemos que eu devia ir para Acaesita, trabalhar na siderúrgica. Consegui ficar lá uns dois anos, onde fizemos uma estupenda campanha de sindicalização, chegando eu, inclusive, a me eleger para a direção do Sindicato. Mas os tempos começaram a mudar, e pouco depois levo uma prensa da Segurança da fábrica que, entre acusações de cubano e moscovita, me dá um prazo de 24 horas para abandonar a cidade. Sabendo eu de um complotado armado pela polícia local para me matar, fujo rapidamente dentro de um banheiro de um trem, de volta para Governador Valadares. E então que vou a Belo Horizonte para uma reunião do Partido, onde depois de longas discussões, concluímos que o campo estava se tornando uma área muito importante e que eu deveria voltar para Governador e desenvolver uma campanha de sindicalização rural. Reinstalei minha fabriqueta, e nos fins de semana pegava a bicicleta e me lançava a pedalar pelo campo discutindo com a turma, comendo um franguinho aqui, outro ali. Quando veio a Superintendência da Reforma Agrária — SUPRA, nosso trabalho já tinha um grande profundidade, e reconhecimento na massa dos camponeses da região toda.

O Jango arrotava uma força que não tinha

— Como era o trabalho de vocês?

— Fudamos vários sindicatos rurais em Minas. Creio que algo em torno de 400. Em seguida passamos a trabalhar para a Federação e depois para a Confederação, a CONTAG. A nível de cúpula, era viagens que não acabavam mais. Para Belo Horizonte, para Brasília, Rio etc. Tudo de avião e falando so com os gaúchos, Jango, Magalhães, Osvaldo Lima Filho — Ministro da Agricultura — etc. Lembra-me bem quando levamos a Jango a proposta de entrega das terras de propriedade do governo aos trabalhadores e éte aprovou. De volta a Governador, os coronéis estavam uma fera, desafiando-nos para duelos, mandando matar etc. Era o governo, debaixo de nossa pressão, cutucando de um lado, e a onça, do outro, ameaçando. O governo arrotava muita decisão, o que, de fato, não tinha. Lembra-me bem do dia em que Osvaldo Lima Filho chegou a Governador dizendo que ninguém teria mais do que 100 hectares de terra, nem mesmo o pai dele, latifundiário nordestino... ah!

— E na base como era o trabalho?

— O problema todo era segurar a massa. Milhares de pessoas vinham às reuniões do Sindicato para discutir o problema das terras, e não queriam de forma alguma aguardar as decisões da cúpula governamental. Mas não tínhamos armas, e assim qualquer tentativa de invasão seria loucura, suicídio. Mesmo assim, algumas invasões chegaram a ser feitas, principalmente em armazéns de gêneros para obtenção de

alimentos. Em 13 de março de 1964 quando veio o decreto presidencial expropriando as terras nas margens das rodovias, a situação já estava prestes a explodir. Se a polícia local de Governador não reprimia, por ser janguista, no entanto, ela deixava campo aberto para as polícias particulares dos coronéis fazerem o serviço. Nesta época eu andava armado com dois revólveres e guarda-costas.

Nossos grupos dos onze

— O Sindicato tinha que espécie de estrutura organizativa para a massa?

— O Sindicato era muito organizado; todo mundo tinha carteiraira, e o que valia mesmo era ter a assinatura do Chicão na frente...

— Mas eu pergunto qual a forma de organização intermediária...

— Bem, havia uma divisão em grupos de 11 pessoas, mas era tudo independente do Brizola. No auge, nós chegamos a ter 80 destes grupos, e tudo armado. E a coisa era fogo de controlar, porque havia as provocações tanto da direita como da extrema esquerda, infiltradas querendo precipitar a situação. E eu era o líder desta massa toda. Houve um episódio, da Rádio Rio Doce que frequentemente nos caluniava, que chegou a um ponto em que a massa, tomada de ódio, ocupou as instalações por 48 horas. Foram 100 homens e que só saíram de lá quando mandei.

— Bem Chicão, e como foi que o golpe de 64 chegou a Governador Valadares?

— Em 63/4 eu ocupava o cargo de conselheiro da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas. No dia 31 de março, 100 homens da polícia bombardearam minha casa em Governador, que ficava ao lado do Sindicato. Estavam armados de metralhadoras, fuzis e até bazucas. Minha mulher levou três tiros nas costas e minha filha um tiro no rosto; houve vários mortos que nunca soubemos ao certo, exceto a de um jornalista do Combate que não recordo o nome. Neste tiroleio morreu um genro do Tenente Pedro, e soube que ele jurou vingança. Foi um inferno. Era mais ou menos 16 horas quando o foguetório começou. Com muito custo, a 1 hora da manhã consegui escapar para Belo Horizonte.

— E daí em diante foi a clandestinidade permanente?

— Tive que ficar 13 dias escondido em Belo Horizonte. Quando já não dava mais, me mandei para o Rio, onde fiquei também escondido até agosto do ano seguinte. Em seguida fui para São Paulo e em outubro de 65 saí para a Europa. Mas enfim, consegui escapar ileso.

O desligamento do Partido

— Como foi sua experiência de exílio?

— Neste primeiro exílio, de início fui para Paris e em seguida para a Bulgária, onde fiz um curso de Técnicas em Cooperativismo Agrícola. Nesta época eu ainda era militante do PC. Mas

começaram a surgir problemas: o partido exigia uma rigidez na militância para a qual eu não mais estava em condições. Depois de muita coisa, terminei desligado, em outubro de 1967, concordando com as razões alegadas pelo pessoal: debilidade ideológica. A partir daí, desligado do partido, voltei para o Brasil, mas a barra aqui estava fogo e logo em seguida, em novembro do mesmo ano eu me asilei na embaixada do Uruguai e parti para Montevideo em janeiro de 1968. Daí para a frente foi fogo, pois sem o partido lá fora é um isolamento terrível que quase chega ao boicote. Mas de qualquer forma eu ainda aguentei um pouco entre o Uruguai e o Chile, até que em começo de 69 voltei para o Brasil me instalando no Sul. Desta vez consegui emprego e estava tranquilo, quando não sei como, cai, em início de 70, em Porto Alegre. Eu não tinha nada não, mas acho que alguém me dedeu e, como a repressão estava dando de cima de tudo que pudesse, eu fui tomado como sabedor de algumas coisas que eles queriam sobre o militarismo.

— Nesta época corriam versões em Minas de que você estava morto, verdade?

— Sim, e quase que fui de fato. Logo de cara, no Dops e no Exército lá em Porto Alegre a barra não foi dura; só porradas. Mas em seguida me levaram para o Rio, para a base aérea do Galeão. Desci do avião encapuçado, entrei num furgão, demora voltas e mais voltas até que parei num lugar que deveria estar a uns 500 metros do aeroporto, a julgar pelo barulho dos aviões. Lá dentro, andei uns 20 minutos por corredores compridos e me deixaram numa cela abaixo do nível, com uma terrível humidade. Cela de 2 x 2 metros só com uma janelinha por onde entregavam a comida podre. E me disseram: «daí você só sai morto, ninguém jamais resistiu mais de 30 dias». E foi um pau só: chutes nos testículos, choques elétricos, porradas com saquinhos compridos de areia por dentro, queimaduras de cigarro, baionetadas, coronhadas etc. Quebraram-me todo, perdi dentes, alguns dedos não articulam mais, fiquei com as pernas imobilizadas, um trapo. Pelas marcas que fazia nas paredes quando estava conciente, fiquei lá 41 dias.

«Daqui você só sai morto»

— Como foi que você saiu desta?

— Não, não acabou aí não. Em seguida me levaram para a Polícia Especial da R. Barão de Mesquita. O tempo todo encapuçado, entrei chutado, empurrado e caindo pelas escadas, até que dentro de uma sala meio escura, me disseram: «pode tirar o capuz». Diante de mim estava um homem de uns quarenta anos, magro, 1,70 metros, encapuçado, que me disse: «contemple seus móveis». Era uma quantidade farta e variada de aparelhos de tortura espalhados por toda a



e na mesa época comendo um franguinho

sala. E foi outra seção de pau por vários dias, que não consegui contar.

— O que te perguntavam este tempo todo?

— Queriam informações sobre o militarismo, e diziam que como eu estive no Chile e no Uruguai deveria saber muita coisa. Mas que nada; eu lá estivera, como lhe disse, quase que boicotado, num tremendo isolamento. Era a pura verdade, mas os torturadores não acreditavam, e era só pau.

— E quando é que você saiu das mãos da repressão?

— Ainda passei um mau bocado no 1º Distrito Naval, num presídio subterrâneo, onde o interrogatório prosseguiu, mas por métodos psicológicos. Um fato curioso era que aí os interrogadores eram portugueses, o que pude notar pelo sotaque. Daí fui para a Ilha das Flores, até então, desde o primeiro dia, sempre incomunicável. Estava um monte de só carne e osso; já não era uma pessoa humana. Eu que pesava inicialmente 70kg, estava por então com 50kg. Fui examinado por um médico que me mandou imediatamente para o hospital da Ilha das Flores, de lancha: «este homem está a beira da morte», foi o que consegui ouvir. Do hospital, o que me lembro é de uma situação infernal; creio que fiquei louco por algum tempo. Não articulava as coisas direitas; irritava-me com qualquer coisinha. Era uma televisão o dia inteiro fazendo um barulho enloquecedor, um verdadeiro inferno. Eu queria morrer de vez por todas para acabar com aquilo.

— E como acabou tudo isto?

— Tão misteriosamente como me prenderam, eu saí. Um dia, já refeito fisicamente, um capitão me chamou. Era um capitão de Fragata nordestino e chamava-se Mello. Frio, porém humano nos seus olhares, mandou que eu assinasse um depoimento, e me deu liberdade condicional. Era agosto de 1971, e temendo uma nova queda, já em setembro eu entrava no Uruguai.

Jogado pelo mundo, um refugiado

Começa aí o seu terceiro exílio...

— Sim. E logo fui para o Chile, onde sozinho, desligado da esquerda fiquei trabalhando de artesanato, ajudado pela Cruz Vermelha. Quando vem o golpe de Pinochet, em 73, é outra luta. Até novembro, fico dentro do prédio da ONU; daí vou para um refúgio da própria ONU onde fico até março de 74. Saio para Bucareste, na Romênia e lá permaneço até maio de 1975 ainda pela ONU. Passo em seguida por Lisboa e finalmente me instalo em Genebra na Suíça. Tudo isto, porque nenhum país queria me aceitar. É humilhante andar assim, jogado de um lugar para o outro como refugiado da ONU. Na Suíça, também não foi mole. Segundo os médicos, minha incapacidade para o trabalho era de 100%, em função das torturas e lesões que permaneceram da época aqui do Brasil. E assim, fiquei encostado no INPS deles.

— Como é que você resolveu voltar?

— Quando no meio do ano comecei a perceber que as coisas aqui se alteravam, pedi logo um passaporte no consulado brasileiro. Depois de muito custo terminaram concedendo-me um título de nacionalidade válido por 48 horas. Os advogados da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, com quem vinha mantendo contato me disseram que eu não tinha nada pendente aqui na Justiça. Havia uma só condenação de 1970, mas que em recurso junto ao STM já fora cancelada. E assim eu embarquei.

— E aqui, o que você está achando da situação?

— Bem, ainda não deu para acabar de chegar. Mas já percebo que o negócio é mesmo a oposição travar sua luta dentro do MDB. Pelo menos por enquanto. E a luta fundamental do povo hoje é a questão da anistia, que tem que ser ampla e irrestrita para a pacificação da família brasileira. Planos pessoais ainda não tenho, mas o que gostaria é de voltar a trabalhar no campo. E de lá que eu sou e é para lá que eu devo voltar.

A luta através da fome

O juiz da 2ª Auditoria Militar, Nelson da Silva Machado Guimarães, irritado com a greve dos presos políticos de São Paulo, diz que se os presos continuarem incomodando ele mandará prender todos eles!

A greve de fome dos presos políticos do Barro Branco, em São Paulo, iniciado no último sábado, prossegue até que sejam permitidas novamente as visitas suspensas, sem restrições. Os protestos dos presos já tinham se iniciado, no Dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, em 17 de fevereiro, quando parlamentares e outras personalidades foram proibidas de visitá-los. No sábado, dia 10, um grupo de artistas foi proibido de entrar em contato com os presos, sob a alegação de que ninguém com representatividade poderia visitar o presídio, a não ser com permissão especial a ser solicitada junto às Auditorias Militares.

Diante dessas medidas totalmente arbitrarias, os presos decidiram começar a greve de fome, na hora do jantar. Ao mesmo tempo redigiram um documento encaminhado às Instituições e Personalidades comprometidas com a Defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Democráti-

cas, denunciando o «intolerável cerceamento de direito há sete anos conquistados e até há pouco respeitado: o direito de receber visitas de parentes e de pessoas amigas».

«Eu prendo eles»

Na segunda-feira, a parcialidade dos magistrados tornou-se patente. O juiz da 1ª Auditoria Militar, José Paulo Paiva, responsável pelos presos políticos: Aldo da Silva Arantes, Haroldo Borges Lima, David Górgora Junior e Antonio Pinheiro Salles, permitiu a visita de deputados numa saída conciliatória. No entanto, o seu colega da 2ª auditoria, Nelson da Silva Machado Guimarães, manteve-se absolutamente intransigente, o que chegou a surpreender os deputados Fernando de Moraes, Audálio Dantas, José Yunes, Goro Hama e Alberto Goldman. Esse juiz chegou inclusive a dizer que Comitês Brasileiros de Anistia «estão confundindo a opinião pública e

pregando a subversão», e que ao defenderem os presos políticos «promovem uma forma de apologia do crime e dos criminosos».

Mas o mesmo juiz, exasperado com a repercussão dos fatos, na terça-feira ao receber uma comissão de advogados de presos políticos, em determinado momento da conversa, afirmou que se os presos continuarem a incomodar, «eu prendo eles». Ao ser contestado que todos já estavam presos, Nelson Machado Guimarães disse então que os prenderiam em celas solitárias.

Ainda na terça-feira, um novo mediador, interferiu: o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que considerou perfeitamente justos os pedidos dos presos políticos, ou seja, de receberem visitas de amigos e parentes. Segundo Dom Paulo, os presos não estão reivindicando a visita de sindicatos ou de políticos ao presídio. «A única reivindicação é de manter uma praxe de sete anos. Aliás, nenhuma nação civilizada pode querer separar os presos de seus amigos, e a própria direção do presídio concorda com isso».

cresce a Solidariedade

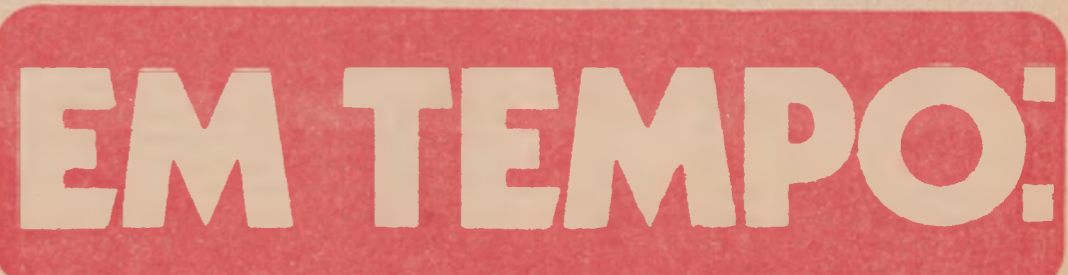
Na segunda-feira, depois da missa rezada na Igreja da Consolação, pelo padre Dario Bevilá-

qua, vários atores, familiares e amigos dos presos políticos realizaram uma pequena passeata até o Teatro Paíol, onde se iniciou a noite de vigília em solidariedade aos presos, que se estenderá por todos até o final da greve de fome. Caso a greve de fome prossiga, dia 15, no ato público convocado pela UEE, em repúdio à posse do general Figueiredo, o CBA participará denunciando a situação dos presos. Na sexta-feira, depois da vigília, todos se encaminharão ao presídio Barro Branco para tentarem se avistar com os detidos.

Os presos políticos do Rio de Janeiro enviaram as entidades que lutam pela Anistia e Direitos Humanos, uma nota de solidariedade aos presos de São Paulo. «Denunciaremos as arbitrariedades das autoridades carcerárias e judiciárias, que teimam em manter um clima repressivo e

de virtual isolamento social dos companheiros, com punições arbitrarias, e, agora, com a suspensão do direito de receber visitas e amigos».

Também a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo lançou uma nota de solidariedade aos presos do Barro Branco. «A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, faz parte da luta mais geral dos trabalhadores contra a estrutura policial repressiva das fábricas que tenta impedir os companheiros mais combativos participantes das últimas greves tenham direito ao trabalho, da luta contra a violência policial nos bairros, da luta contra a lista negra dos patrões, enfim da luta pela liberdade de organização sindical e política dos setores explorados e oprimidos da sociedade».



professores

Salas de aula vazias

A partir de segunda-feira quase dois milhões de alunos da rede oficial de ensino ficaram sem aulas no Rio de Janeiro. São 82 mil professores, de 3.300 escolas, em greve reivindicando melhores condições salariais e de trabalho. A decisão foi tomada no último domingo, durante a Assembléia Geral, que contou com a participação de cerca de 5000 professores e de inúmeras delegações de vários municípios fluminenses.

Da sucursal

Os professores das escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro entram em greve a partir de segunda-feira por maiores salários e melhores condições de vida, conforme decisão tomada em assembléia geral realizada no domingo, em Niterói, na sede do Sindicato dos Operários Navais, com a presença de cerca de 5000 pessoas.

Cantando, «Pai, afasta de mim esse plano», com a música de «Cálculo», os professores manifestaram o repúdio da classe e ao plano de cargos e vencimentos do estado do Rio, esperado nestes cinco anos de fusão e parido no apagar das luzes do governo Faria Lima, que prometia bem mais.

O plano conseguiu surpreender os mais pessimistas. Aumentou a carga horária de 12 para 20 horas semanais de aulas e o aumento não foi além do índice oficial do governo (40%), representando, na prática, um aumento de apenas 15%. Isto considerando-se como oficial o boato de que dessas 20 horas 4 seriam para atividades extra-classe e 16 para atividades em classe.

O plano do Sr. Faria Lima tem outros problemas como o não enquadramento do pessoal técnico-pedagógico, os professores inativos, que estão ganhando em torno de um salário mínimo

(há alguns que ganham menos) e não atinge também os professores contratados pela C.L.T.. E além disso, se os efetivos dão 20 horas de aula, muitos dos contratados perderão seus empregos, pois eles vivem das sobras de tempo dos efetivos.

As reivindicações principais dos professores são pela melhoria do plano e pela inclusão nele de todas essas categorias esquecidas, por um piso salarial conforme o nível, oscilando entre Cr\$ 8.986,00 e Cr\$ 13.480,00, sem aumento da carga horária; e o pagamento do adicional de «difícil acesso» aos professores que moram distante das escolas onde lecionam e não, simplesmente, a escolas determinadas previamente, independente de onde moram os professores.

Um oi para Chagas Freitas

A assembléia dos professores contou com uma participação acima da esperada. Municípios pequenos e distantes mandaram representantes tirados em assembléias locais, com mensagens de apoio e predispondo-se a acatar as decisões a serem tiradas no domingo. Em quase todos os municípios do estado do Rio houve assembléias preliminares com participação variando entre 100 e 500 professores, sendo que em Niterói, Rio, Campos, Nova Iguaçu, Friburgo e outras grandes

idades houve vigília permanente para contatos com profs. e esclarecimento da população.

As pressões, como sempre, também estiveram presentes em algumas cidades, onde diretores ameaçaram «entregar» o nome dos grevistas à Secretaria de Educação, «cortar o ponto» dos profs, ou chegaram mesmo a ameaçar com demissão os que engrossassem o movimento.

Mas os profs não se intimidaram e denunciaram essas pressões na assembléia de domingo, ressaltando que «unidos somos mais fortes que as ameaças».

Em seguida ao relato dos representantes de municípios, falaram os representantes do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), da União dos Profs. Primários Estaduais (UPPE), da Comissão PRO-EE, do Sindicato dos Médicos e da Associação dos Profs. da PUC, solidarizando-se com os profs. de 1º e 2º graus. Depois, a Sociedade Esta-

dual dos Profs. (SEP) resumiu as reivindicações e partiu-se para as propostas concretas.

A primeira proposta era de greve de uma semana, sendo 3 dias de pressão contra o suspirante governador Faria Lima e 2 de advertência ao próximo (ou seja, Chagas Freitas). No dia 18, outra assembléia decidiria os novos rumos do movimento. Essa proposta foi ironizada por um dos oradores: representava «um tchau para Faria Lima e um oi para Chagas Freitas».

A segunda proposta, vencedora, foi de greve por tempo indeterminado, «até a vitória», com uma assembléia de avaliação também no dia 18. Houve ainda um proposta de um professor-vereador de Niterói, com pretensões a «autêntico», de greve por 72 horas, como repúdio ao governo Faria Lima, terminando com um voto de confiança ao novo governador. A proposta foi vaiada e o proponente voltou atrás, apoiando a que defendia uma semana de greve, o que desagradou um diretor da SEP, que havia feito esta proposta e achou que o apoio do professor-vereador fazia supor que sua proposta era tão ruim quanto a de greve de 72 horas.

Memória Curta

Após muitos slogans como «5000 professores não adverte, lutam», faltavam falar 12 das pessoas já inscritas, mas o plenário se levantou e exigiu a votação imediata. A mesa se viu obrigada a acatar, dando início ao encaminhamento final das duas propostas que persistiram. O diretor da SEP, Prof. Godofredo Silva Pinto, ressaltou que o importante era a união da categoria, que qualquer que fosse a proposta vencedora, deveria ser levada em frente por todos. A proposta de greve por uma semana teve 20 votos e a de greve por tempo indeterminado ficou com os restantes. Os presentes gritaram eufóricos, separando bem as sílabas: «m-de-ter-mi-na-do!»



bancários

Oposição assume a direção do sindicato

No último dia 12, o salão de reuniões do sindicato dos bancários de São Paulo foi palco de uma festa diferente. Mais de 40 entidades e um total de 600 pessoas se acotovelavam para assistir à posse da nova Diretoria do sindicato. Pela primeira vez, no sindicato mais importante da categoria, uma chapa de oposição conseguiu vencer as eleições e tomar posse.

Após a posse dos novos membros da Diretoria, num ambiente de euforia geral, a palavra foi aberta aos interessados. Todos os oradores acabaram ressaltando a importância do momento e a necessidade de se continuar a luta, principalmente pela criação de comissões por banco. Outro ponto bastante ressaltado foi a necessidade de criação de uma frente de oposições sindicais como meio de se alcançar a Central Única dos Trabalhadores — CUT.

O programa apresentado pela nova diretoria foi muito elogiado pelos presentes já que ele procura vincular a luta pela liberdade democrática e pela Assembléia Nacional Constituinte à luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial e contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado.

A seguir uma entrevista com Antonio Augusto Campos, presidente da nova diretoria dos bancários, onde ele procura traçar os novos caminhos do sindicato.

Por Jesus Varela e Cândida Vieira

O que uma oposição sindical, representativa de uma categoria de 120 mil trabalhadores, pode realizar quando ganha as eleições e assume um sindicato atrelado à toda uma legislação corporativista e totalmente repressiva? Esse é um problema concreto que se coloca à nova diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Para seu presidente, Antonio Augusto Campos, o que se deve acreditar não é na diretoria, mas sim no movimento de oposição da categoria, que pode ser amplamente estimulado e permitir um avanço.

«No combate ao peleguismo é fundamental uma democratização na vida interna do sindicato, com convocação de assembléias, discussões, etc., porque a derrubada da estrutura sindical não se dará com este ou com aquele sindicato de uma determinada categoria, mas de uma forma muito mais ampla, com todos os sindicatos. Então, uma oposição deve desde o início não cercar a entrada de não sindicalizados, não manter os leões de chácara que existem em muitos sindicatos convocar assembléias de acordo com estatutos, que geralmente os pelegos não cumprem».

Dentro dessa perspectiva de democratizar a vida interna do sindicato, Augusto Campos destaca ser fundamental assumir a entidade como um movimento amplo através de comissões de empresa e comissões abertas de encaminhamento, tais como: salarial, de sindicalização, cultural e outras — que permitam uma ampla participação — sem que tudo caia sob a responsabilidade da diretoria.

Uma das medidas visando a uma maior participação da categoria será a de estabelecer contatos com outros sindicatos. «Não vamos tentar somente um contato com as outras diretorias, queremos colocar os bancários de base em contato com as bases de outros sindicatos. Isso permite uma maior aproximação entre as diversas categorias». Outra proposta de mudança também deverá ocorrer com o jornal da entidade: Folha Bancária. Será proposto nas discussões que seja realmente um jornal aberto a todas as opiniões.

Outro ponto importante a ser levado é uma campanha de sindicalização constante. «A diretoria antiga durante muitos anos teve os votos de 5

mil ou 6 mil bancários. Foi devido à movimentação que a oposição realizou que se aumentou o número de sindicalizados, ou seja, houve uma alteração na composição das forças, que permitiu a vitória da nova chapa».

Iminência parda

O presidente Augusto Campos critica também a influência da eminência parda nos sindicatos: os advogados. «Eles não deixam de dar uma conotação jurídica a qualquer problema dos trabalhadores. Percebe-se claramente nos advogados sindicais o desejo de carreira política. Geralmente são deputados, enquanto os dirigentes sindicais aparecem em menor número na vida política. São profissionais autônomos e liberais que imprimem uma ideologia que não é a dos trabalhadores». Assim, uma das tentativas da nova diretoria do Sindicato dos Bancários será a de diminuir a influência dos advogados e promover ações coletivas em termos jurídicos.

Na área de saúde, Augusto Campos também acredita ser necessário uma participação mais atuante dos sindicatos. «Uma das vantagens do Sindicato dos Bancários é que devido a sua tradição de luta, se dedicou pouco ao assistencialismo. É preciso mostrar que a saúde é de responsabilidade do Estado. Assim, não sei até que ponto poderemos inovar. Estamos pelo menos discutindo como cobrar isso do INPS. Talvez junto com outros sindicatos devemos começar a fazer visitas aos hospitais para vermos as condições, convocarmos a imprensa e denunciarmos as condições de saúde existentes. Criticar e questionar a assistência do INPS. Discutirmos os problemas com os médicos, etc.»

O Sindicato dos Bancários já possui um departamento odontológico, parte paga pelo INPS. «Podemos também aí batalharmos. Exigir que os patrões paguem a parte que cabe ao sindicato, mas que ele permaneça sob o controle dos trabalhadores».

Importante também nessa luta contra a desburocratização do sindicato será o fato de não contratar mais funcionários. «O trabalhador ficou isolado da administração do sindicato, ele não pode dar palpite sobre os problemas administrativos. Dessa forma, hoje, existem 105 funcionários trabalhando no sindicato. Não pretendemos demitir ninguém, mas também não vamos contratar mais. Com a campanha de sindicaliza-

ção e o estímulo para a formação de sub-sedes, poderemos ir reolocando esses funcionários, diminuindo a burocratização existente».

Nova luta

Um ponto extremamente importante na questão das reivindicações salariais deverá começar a ser levantado e discutido pelos bancários: o lucro das empresas. «Até agora a luta econômica tem se dado no campo inflacionário. Assim, se reivindica um aumento salarial baseado nos índices inflacionários que foram roubados. Ainda não se deu uma luta, com caráter de classes, ou seja, que se aponte os lucros dos patrões e a produtividade».

Da mesma maneira que ainda não se questiona esse problema, Augusto Campos diz que também não se faz críticas à Justiça do Trabalho. «Ainda há confiança na justiça trabalhista. Ela não é questionada. Assim, se joga um trabalhador contra um determinado patrão. É preciso começar ações coletivas sair da luta individual».

O novo presidente do Sindicato dos Bancários acredita que hoje existem muitos rachas artificiais no movimento sindical brasileiro. E aponta como exemplo desses rachas a formação das Chapas 2 e 3 dos metalúrgicos de São Paulo e também as duas chapas de oposição dos bancários do Rio de Janeiro.

«Os rachas dentro da oposição devem ocorrer em cima de coisas concretas e não artificiais. Eles não serão em cima de índices a serem reivindicados, mas nas formas de luta a serem encaminhadas». Um exemplo desse racha aconteceu na greve do ano passado, quando alguns achavam que não era o momento de greve e outros resolveram levá-la adiante. «Houve uma derrota. Estava-se formando uma direção intermediária. Eram 200 quadros que estavam começando a romper as amarras. Estavam se ligando com as bases mesmo. Muitos desses quadros foram demitidos e, hoje, está muito difícil a colocação desse pessoal nos bancos».

Dez anos de luta

A atual direção do sindicato dos bancários começou a se organizar em 1968, no movimento Participação Ativa. De lá para cá houve um crescimento, que aparece nas épocas eleitorais. Em 72 perdeu as eleições por 1000 votos de diferença, num total de 12 mil votos. Em 75, perdeu novamente por uma diferença num total de 12 mil votos. Em 75 perdeu novamente por uma diferença de 300 votos (total de 12 mil), sendo que 800 votos foram anulados.

Durante a última campanha salarial, segundo Augusto Campos, se conseguiu uma democracia. «Nenhuma vez a mesa deixou de ser colocada em votação». Além disso, desde 75 para cá, as reivindicações aos banqueiros tem sido iniciativa da oposição. Em 77, se conseguiu aprovar uma contraproposta. A diretoria acabou com a assembléia e a oposição continuou a luta ainda durante um mês. Na atual chapa, de 24 pessoas, fazem parte três mulheres, número que se pretende aumentar até 10.

Augusto Campos acredita que a oposição conseguiu chegar à direção do sindicato antes que outras oposições pelo espaço que ela ocupou — físico e político — durante todos esses anos. «Ganhamos o espaço dos pelegos dentro do sindicato. Estamos presentes nas homologações, almoçávamos no restaurante do sindicato, formamos que as comissões de bancos sempre se reunissem aqui dentro. Durante a época das eleições praticamente tomamos o sindicato».

fumageiros

Saldos de uma greve

No quinto dia a greve dos fumageiros do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte foi suspensa sem que o aumento de 20% acima dos índices oficiais fosse obtido. Entretanto, os trabalhadores mineiros ainda estão aguardando o pronunciamento da justiça do trabalho. No Rio Grande do Sul a greve continuava até quarta-feira.



Por Juarez Guimarães e Airtom Ortiz

O movimento dos trabalhadores da Souza Cruz no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, durou cinco dias e o aumento de 20% acima dos índices oficiais não foi obtido. No Rio de Janeiro, a volta ao trabalho foi decidida em vista da decretação da ilegalidade da greve pela Justiça do Trabalho. Diante da volta dos trabalhadores cariocas e em face de um certo enfraquecimento do movimento local, os operários mineiros decidiram por 110 votos contra 87 voltar ao trabalho.

«A greve dos fumageiros foi uma boa experiência. Os trabalhadores demonstraram que estão com dificuldades financeiras e que a intransigência da Souza Cruz é que os levou a parar suas atividades. Foi uma prova de que os trabalhadores estão se conscientizando e romperam o desafio da multinacional Souza Cruz, que não acreditava na possibilidade da greve. Os trabalhadores voltaram ao trabalho com a cabeça erguida, como saíram. Por enquanto não houve vencido e nem vencedor. A volta ao trabalho antes do julgamento, foi um voto de confiança na Justiça do Trabalho e uma manifestação de maturidade da categoria». Estas são as conclusões de Nilton Borges, presidente do Sindicato dos Fumageiros de Belo Horizonte, sobre o movimento grevista.

Levantando outros aspectos importantes do movimento uma operária que marcou presença como liderança e que votou pela continuidade da greve avalia sua primeira experiência de greve.

«Os patrões não acreditavam na coragem dos fumageiros. Bom que tenhamos tomado consciência, e que a maioria partindo para o movimento grevista teve uma boa experiência e oportunidade de ver em cada colega a perseverança ou a covardia, pois se alguns se deixaram levar pelas pressões e ameaças por parte da empresa, a maioria manteve-se unida e procurou acreditar em si próprio lutando por um direito que é seu e esperando um bom êxito. Aqueles que se deixaram levar pelo cafézinho e copo de leite e pelas coações da empresa, nossas lástimas, pois foram a minoria. E certo que tivemos traidores pessoas que nos envergonharam, mas foram tão poucos que não fizeram falta. Durante estes cinco dias, a Cia. Souza Cruz de Belo Horizonte, sentiu o valor de seus operários, pois entre outros acidentes, um supervisor de seção, tentando substituir o operário grevista, teve seus dois braços quebrados».

«No dia 9, nós fizemos reunião e, alguns aceitando exemplo negativo (embora a maioria fosse contra) resolveram voltar ao trabalho. Agora estamos aguardando o julgamento, pois demos votos de confiança à Justiça, através da ação de alguns da diretoria do Sindicato e alguns fumageiros. Agora está nas mãos da Justiça e enquanto aguardamos, voltamos ao trabalho».

«Se a justiça corresponder à confiança que os fumageiros nela depositaram e através disto a Cia. ceder os benefícios que os fumageiros têm direito e não recebem, como é o caso das reivindicações e os 20% que foram pedidos pela classe, poderemos acreditar que

A adesão à greve na rede estadual, composta de cerca de 51 mil professores, e na rede municipal, com aproximadamente 40 mil, foi quase total. Até mesmo nas cidades mais distantes e menores as aulas foram paralisadas. Inclusive a rede municipal de Niterói, que não havia participado da assembléia, aderiu, com reivindicações específicas. A greve atingirá os quase 2 milhões de estudantes de 1º e 2º grau do estado.

Durante a assembléia, foi lida uma carta do governador Faria Lima à SEP dizendo que não podia atender as reivindicações, mas que esperava que «no futuro» os professores com licenciatura curta ganhassem, no mínimo, Cr\$ 12.000,00 mensais e os com licenciaturas plenas Cr\$ 33.000,00.

Na noite de segunda-feira, o governador aparecia nos noticiários falando de atitude «injusta» dos professores e, num exercício de memória tendencioso, dizia que quando da fusão Guanabara/Estado do Rio os professores que ganhavam de Cr\$ 900,00 a Cr\$ 1.500,00 passavam agora a ganhar Cr\$ 9.000,00. Esqueceu-se, porém, de dizer que comparou a categoria que ganhava menos com a que ganha mais agora, e que, de lá para cá (afinal são 5 anos de fusão), a inflação foi alta.

O núcleo da SEP de Niterói respondeu ao governador dizendo que «injusto é o plano, injusto é o estado de penúria dos inativos» e repudiaram também uma insinuação do governador que, segundo o exemplo de outras autoridades em situações semelhantes, supunha a condução da assembléia dos professores ter sido levada a cabo por pessoas estranhas à classe. Segundo a SEP, o governador visava indispor a população contra os profs., subvertendo o sentido real da greve.

existe justiça para os trabalhadores. Caso contrário, voltaremos à greve e desta vez com força maior, pois já estamos recebendo apoio de vários lugares e várias pessoas que têm condições de ajudar os grevistas a manterem-se unidos.

Muitos acham que é perda de tempo confiar na justiça, pois a luta é contra uma empresa multinacional. Mas nós acreditamos e esperamos confiantes na vitória final a favor da classe trabalhadora».

Rio Grande do Sul

Em resposta à posição intransigente da Souza Cruz, 90 por cento dos funcionários da produção da fábrica de Porto Alegre continuam em greve, apesar do Procurador Regional do Trabalho emitir parecer considerando-a ilegal.

A greve foi decidida numa Assembléia Geral, onde participaram 400 dos 600 funcionários da produção. Na terça-feira de madrugada, os trabalhadores cruzaram os braços e, segundo o presidente do Sindicato Manoel Rubi da Silva, «o objetivo era parar a produção e a manutenção, com o que o resto não teria mais o que fazer». A greve pegou os patrões desprevenidos, pois como afirma um operário, «ninguém acreditava que pudessem entrar em greve». Apesar do pessoal que trabalha no escritório não ter aderido, isto não preocupa os líderes sindicais, uma vez que, como explica um deles, «parando a produção, o resto não interessa, pois serão obrigados a pararem também».

Numa reunião no Tribunal Regional do Trabalho, onde compareceram, além do juiz, o Sindicato e a Souza Cruz, não foi possível chegar a um acordo, pois a empresa alegou não ter condições para dar sequer um por cento de aumento. O argumento do diretor da firma não convenceu ninguém, pois conforme publicou EM TEMPO nº 52, o lucro líquido da multinacional no Brasil foi superior a 2,4 bilhões de cruzeiros no ano passado.

Durante a greve os trabalhadores permaneceram no sindicato, conversando sobre o acontecimento, confiantes numa solução favorável, principalmente as mulheres que formam a grande parte dos funcionários.

Dizendo não entender de política, o presidente do Sindicato juntamente com os seus 11 diretores estão confiantes numa vitória, como afirma um deles. «Preparamos essa greve durante 6 meses e agora estamos tranquilos devido ao alto nível de conscientização dos companheiros».

A grande decepção dos fumageiros gaúchos é com São Paulo. Para eles, tudo seria mais fácil se os paulistas aderissem ao movimento. Mas antes, eles já sabiam que não poderiam contar com os companheiros da paulicéia, pois nunca conseguiram encontrar o presidente do Sindicato, nos contatos anteriores que mantiveram os líderes de todas as fábricas no País.

Também em Santa Cruz do Sul, onde existe uma outra fábrica do grupo, o movimento está por eclodir. Mesmo que a Justiça do Trabalho considere o movimento ilegal os trabalhadores afirmam que não voltarão ao trabalho enquanto as suas reivindicações, ao menos em parte, não forem atendidas.

Militares da linha dura atacam Golber

A novela da traição

O general Golbery do Couto e Silva, homem forte no esquema do governo Geisel e agora também no de Figueiredo é o alvo central de uma curiosa panfletagem feita nos meios militares durante o ano de 1975. Os documentos, cuja íntegra ainda está inédita aparece na imprensa pela primeira vez, acusando o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de envolvimento em corrupção e acobertamento da «subversão comunista», através da famosa jogada da «distensões política». Trata-se de uma novela em 8 capítulos intitulada «Novela da traição à Revolução de 1964», das quais foram extraídos quatro deles para publicação nesta edição. A importância destes textos reside na revelação da temperatura a que chegam os conflitos entre as frações das Forças Armadas, embora quase todas as denúncias neles contidas já tenham vindo a público recentemente.

Foc-símile do primeiro panfleto
COMPANHEIROS!

Por um dever de consciência e para não sermos omissos, não poderíamos deixar de revelar aos nossos companheiros, leais defensores dos Princípios Revolucionários de 1964, a traição a essa Revolução que está sendo tramada por um punhado de maus brasileiros.

Sob o grande título **Traição à Revolução de 1964**, editaremos um seriado de capítulos, cada um com um enfoque diferente a fim de que os companheiros possam avaliar acompanhar e reagir no momento oportuno.

CAPITULO I

Traição à Revolução de 1964

Decorridos quase 11 meses de Governo Geisel, já foi possível configurar que um grupo de maus brasileiros vem preconizando a famigerada «Abertura». Abertura de que e para que?

De 1964 para cá, jamais o Brasil teve necessidade de recorrer a Abertura alguma nem por isso deixou de desenvolver, nem é isso que o povo pede.

É de estarrecer e quase inacreditável, mas temos seguro conhecimento de que Golbery, através de articulações feitas por Dirceu de Araújo Nogueira e seu chefe do Gabinete Edgar Bernardes, em reuniões com o advogado de João Goulart, estão tentando tumultuar a vida nacional com o lançamento de um manifesto propondo a criação de um novo partido político a «União Trabalhista Brasileira» (O novo PTB), apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia do Jango, Juscelino, Jânio Quadros e de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz «retorno» realizado em pequenas doses.

É inadmissível e injustificável a política de aproximação com os Países comunistas. Vejamos:

a) Reatamos as relações com a China comunista. E o que lucrarmos com isso? Respondam Golbery e Silveirinha seus leais servidores.

b) Vergonhosamente o Brasil se emitiu votando em branco sobre o reatamento com Cuba. E o que dirão os nossos mortos no combate aos bandidos do Fidel Castro?

c) O Congresso, a C.N.B.B. e a imprensa insistem em que seja aberta uma C.P.I. para a localização de elementos subversivos desaparecidos. Já querem fazer inquéritos em nossos bravos Órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do óvio comunista e de seu aliado Gilbery.

d) Pessoas com a vida progressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou contrários à Revolução de 1964, ou por corrupção e com parecer contrário dos Órgãos de Informações, são nomeadas para altos cargos do Governo. Exemplo:

• **Petronio Portela** (Senador e presidente do «Partido da Revolução»);

• **Maurício Rangel Reis** (Ministro do Interior e corruptor);

• **Professora Kerr** (Diretor de Pesquisas da Amazônia e comunista ativista em São Paulo);

• **Manuel Diegues Júnior** (Diretor do Departamento Cultural do Ministério da Educação e Cultura e comunista da esquerda festiva);

• **Célio Borja** (Presidente da Câmara dos Deputados e esquerdista com aval de Golbery).

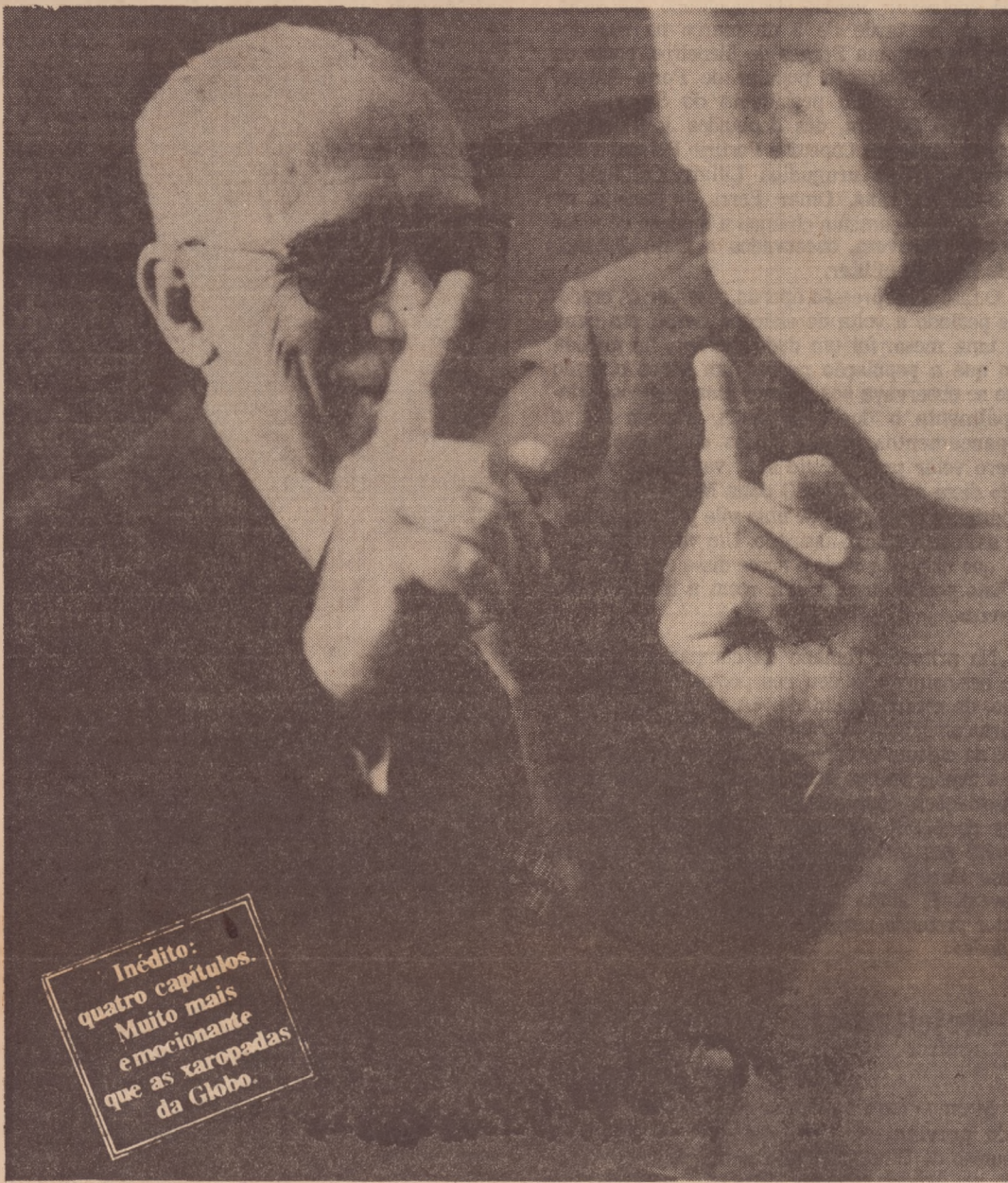
Companheiros da Revolução de 1964 — traída e aviltada por Golbery.

Golbery do Couto e Silva gen. R/1 que após ter colaborado para a vitória da Revolução foi o 1º Chefe do SNI, na sua ganância desenfreada, tornou-se, em 1967, ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que se aposentou após 2 anos de exercício da função, contando para isso com o tempo que serviu o Exército e pelo qual já estava em pleno gozo do ócio (sem dignidade).

Não satisfeito com essa violenta bandalheira, Golbery arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o presidente para a América do Sul da Dow Chemical Corporation, recebendo em paga 30 mil (dinheiros?) \$US mensais. (Isto equivale a quase Cr\$ 215.000,00).

Sem nenhum escrúpulo, este homem ao ver surgir o 4º Governo da Revolução, insinuou-se de tal modo que conseguiu ser o organizador do novo Governo e chefe do Gabinete Civil. Estava assim nossa Revolução com seus dias contados. Golbery testa de ferro dos grupos econômicos estrangeiros, senhor absoluto do novo Governo manipula todas as forças de modo a colocar em tudo os setores, amigos cupinchas antirevolucionários, todos empenhados desde os primeiros dias do Governo Geisel em desfazer a Revolução de março de 1964. Começaram por escolher muitos indiferentes, outros corruptos e outros antirevolucionários. Daí para o início da obra de traição não houve perda de tempo. Os atos de traição se desencadearam numa sequência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal «abertura» ou «distensão».

Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste país.



Inédito:
quatro capítulos.
Muito mais
emocionante
que as xaropadas
da Globo.

Golbery preparou a sucessão nos estados e as eleições de 15 de novembro de 1974 terminaram com a estrondosa vitória das forças contrarrevolucionárias. Era o que Golbery havia premeditado. Estava assim liquidada politicamente a Revolução de 1964 por este novo Joaquim Silvério de onesto. É assim que ele prepara sua candidatura à sucessão de Geisel. Esperem e vejam!

Aonde estão os bravos revolucionários? Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Civis para darem um basta a tanta traição!

Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir!

É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata.

CAPITULO II

Em continuação da campanha esclarecedora para revelar aos verdadeiros revolucionários as traições maquinadas por Golbery e seus associados, bem como a corrupção e a incapacidade dos dirigentes colocados por ele nos vários escalões do atual Governo, aqui estamos mais uma vez para cumprir este patriótico dever, esperando que o Companheiro divulgue os fatos que vamos apontar.

• Você sabia, prezado revolucionário, que Golbery continua sendo o principal agente de favorecimento da campanha movida pelos comunistas e seus aliados (MDB — CNBB; etc.) contra o regime instaurado pela Revolução de 64?

• que através do seu capacho Célio Borja foi entregue a Presidência da importante Comissão de Minas e Energia da Câmara ao traidor da Pátria e laçao do imperialismo vermelho Lysáneas Maciel, em troca de uma CPI de direitos humanos?

• que para poder colocar alguns «cupinchas» no órgão comunista «Opinião», Golbery proporcionou vultosa ajuda financeira ao Grupo Industrial, quase falido, do burguês vermelho Fernando Gasparian, proprietário daquele pasquim moscovita?

• que em paga pelo favorecimento da instalação de uma empresa da Dow Chemical no Centro Industrial de Arat (Bahia), Golbery nomeou o palerma claruteiro Elmo Serejo Faria «Governador de Brasília»?

• que Golbery vem manobrando com todo seu maquiavelismo, auxiliado por sua numerosa «gang» espalhada em postos-chaves do governo e com ajuda dos comunistas para realizar no Brasil o que foi fito em Portugal? Esta é a tal Abertura... para eles e para nós, o fim da Revolução! fim da Revolução!

• que para atingir seus objetivos, Golbery escolheu um Ministério em sua maioria composto de incapazes, corruptos e anti-revolucionários, do que resultou a derrota do Governo nas eleições de novembro, granjeando, assim a simpatia e confiança dos inimigos da Revolução e do Brasil?

• Você sabia, Companheiros que em decorrência da atuação nefasta, anti-patriótica e traiçoeira de Golbery, já se considera irreversível a total

derrota da Revolução nas próximas eleições, daí resultando a volta ao Poder dos pelegos e de seus aliados comunistas, com Golbery na Presidência?

• ABAIXO GOLBERY «DOW CHEMICAL» — o novo Silvério dos Reis!

• ESTÁ NA HORA DE REAGIR, CORAGEM!

• POR UM BRASIL LIVRE DE COMUNISTAS, PELEGOS E TRAIDORES!

VIVA A REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 1964!

CAPITULO V

Antes de abordarmos o principal assunto desta mensagem, queremos registrar que parte da remessa da edição do Capítulo III foi apreendida ilegalmente nos correios por agentes de Golbery, ficando assim evidenciado mais um crime praticado pelo «Gregório branco da Revolução», pois bem sabemos ser a correspondência pessoal inviolável. No caso, tratava-se de correspondência particular dirigida a **generais, almitantes, brigadeiros** e outros oficiais das Forças Armadas, a quem Golbery «et caterva» resolveram negar esse direito.

Queremos ver se tem coragem de negar mais esse crime!

Aqui queremos **reafirmar a esses** esbirros de «Dow Golbery Chemical And Co.», que nada nos

intimidar na defesa dos princípios da Revolução, e que de nada adiantarão seus criminosos expedientes, pois nossas mensagens portadoras de fé, de repúdio e reação dos verdadeiros revolucionários contra a traição dirigida pela Casa Civil do Planalto, continuarão a chegar, de qualquer forma, às mãos de nossos **Companheiros!**

Estamos assistindo neste país uma sórdida e impatriótica campanha dita de «distensão», que nada mais é que uma componente da chamada «coexistência pacífica», ou «détente», orquestrada pelo Movimento Comunista Internacional e inspirada pelo famigerado XX Congresso do PC da URSS.

Companheiros, é preciso meditar sobre o perigo que realmente atravessamos. Esta «distensão» foi arquitetada e vem sendo regulada pelo seu real beneficiário, o clandestino Partido Comunista Brasileiro. Para comprovar esta afirmação, basta observar a atual conjuntura do país onde podem ser vistos atuando impunemente, inúmeros parlamentares eleitos pelo PCB; inúmeros militantes comunistas e simpatizantes, ocupando cargos de confiança, tanto na administração municipal, quanto na estadual e até na federal. Os veículos de comunicação social (imprensa escrita, falada e televisada), totalmente dominados por comunistas, desencadeiam livremente, intensa propaganda vermelha sobre nossa indefesa população, numa Guerra Psicológica que visa sua doutrinação marxista-leninista. Infelizmente não se pode apontar medida alguma do Governo visando deter esta escalada bolchevista. Por que tanta traição se o Movimento de Março de 1964 foi desencadeado exatamente para impedir a comunicação do Brasil? E aqui cabe perguntar o que merecem os responsáveis por essa trama sinistra?

O presidente licenciado da Dow Chemical, o já célebre Gregório Branco, não satisfeito com suas falcatruas políticas (e outras), determinou à **Justiça Militar, através de seus fantoches, Fragoço (o caricaturista); Rodrigo Otávio (o paranóico ex-vice-rei da Amazônia) e Alcides Carneiro (conhecido fãmlu do PCB)** a máxima frouidão nos julgamentos de terroristas, o que vem ocorrendo sistematicamente, como foi o caso da absolvição do famigerado «menininho» — César de **Queiroz Benjamim**, autor de inúmeros assaltos, inclusive com mortes!

Antes de encerrarmos, vamos denunciar mais uma pequena traição do conhecido chancelerzinho de veludo, o Silverinha, que além de se

agachar para os agentes de Pequim e Moscou, em vergonhoso frenesi, entrega-se à camarilha de Cunha e Vasco Gonçalves. Para isso coage os **patriotas anti-comunistas de colônia portuguesa, proibindo qualquer manifestação contrária à comunização de Portugal, enquanto favorece e apaluda a ação nefasta dos comunistas portugueses, que vêm ostensivamente ao Brasil pregar o marxismo-leninismo, até mesmo pela TV!**

Mas fiquem certos todos esse traidores que em breve daremos um basta a tanta vania e traição. Muitas cabeças rolarão!

Companheiro! Filie-se a um dos grupos de resistência!

CAPITULO VI

Voltamos hoje à presença dos companheiros para enfocar casos da maior gravidade, que vêm se desenvolvendo paralelamente com a aviltada distensão (traição vermelha), que desmoraliza e enxovalha o atual Governo.

• Todos sabem que a Dow Chemical desenvolve projetos no setor petroquímico brasileiro e pretende ampliar suas instalações, particularmente na Bahia, no montante de 500 milhões de dólares, assegurando assim, com fatores oficiais, o seu predomínio em alguns produtos básicos da nossa indústria petroquímica. Eis que o Gregório Branco Golbery — mestre em intrigas palacianas

— forjou para os seus patrões da Wall Street: a existência de uma conspiração de direita que estaria sendo montada pelo ministro Armando Falcão com o apoio do ministro do Exército, o bravo e honrado gen. Frota. Em face disto, o laçao Golbery aconselhou aos seus patrões suspenderem o investimento, aguardando o fracasso do projetado golpe que, com certeza, acontecerá «pois ele conta com o apoio dos comunistas para conseguir frustrá-lo». Companheiros, fica evidenciada, mais uma vez, a baixeza de caráter desse aventureiro que, com maior cinismo, calunia seus pares de ministério visando atingir fins escusos! Além do mais, comprova-se assim que Golbery exercendo a gerência dos interesses da Dow Chemical na América do Sul, como presidente licenciado, faz jus aos 15 mil dólares que ininterruptamente recebe a título de pró-labore, cumulativamente com os proventos de ministro chefe da Casa Civil e de ministro do Tribunal de Contas! Do dinheiro do americano, parte-lhe é entregue no País através de um seu testa-de-ferro que, aqui em São Paulo, Sr. Rachid e o restante depositado na Suíça!

• E imperioso denunciar também a quadrilha que se apossou do Ministério da Agricultura, chefiada pelo estonteado Paulinelli, moleque de recado do «groupier» Juscelino e incapaz de distinguir um pé de alface de um jequitibá, mas perito em rapinagem e toda sorte de corrupção, juntamente com seus cupinchas, o incapaz e desonesto Lourenço Vieira da Silva (INCRA), José Irineu Cabral (EMBRAPA) e com outros que serão apontados oportunamente.

• Estamos também, dia a dia, nos atualizando com referência à atuação nefasta do sr. Ney Amintas de Barros Braga (bonitinho mas ordinário).

• O projeto de renovação do Dec. Lei nº 477, mesmo saindo de uma de suas gavetas, não receberá aprovação dos que desejam a ordem nas universidades.

• Os compromissos de Ney com os comunistas da área cultural não serão cumpridos, pois estamos alertas para denunciá-los ao público e aos verdadeiros patriotas.

• As nomeações de elementos comprometidos com a subversão e a corrupção, para os altos cargos das áreas cultural e educacional estão sendo anotadas para futuras denúncias.

• A atual agitação no meio estudantil, particularmente aqui em São Paulo, está apoiada pela mais influente «troika» — Golbery-Ney-Egídio.

• E estarrecadora a incapacidade administrativa do atual ministro dos Transportes. Inteiramente senil e maniaco por ferrovias. Acaba de suspender toda a execução do Plano Rodoviário Nacional! É incrível a que ponto chegamos e que não se veja medida corretiva! Ora, escolheram um macróbio que pode entender muito de peleguismo, mas de transporte... só o de bonde de burro! E assim, vai-se levando o Brasil para o caos!... Companheiros! Só há uma forma de darmos um basta a tudo isso!

LUTANDO!

Filie-se a um Grupo de Resistência!



Venezuela

No último dia 12, um novo presidente assumiu o mandato na Venezuela prometendo um governo de austeridade. No discurso de posse, que o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, quebrando o protocolo, não ficou para ouvir Luis Herrera Campins denunciou «a corrupção administrativa e o corrosivo hedonismo capitalista» da gestão anterior, prometendo «tirar o país da atual crise moral». O que pode mudar de fato no país, é o que esse artigo procura responder.

Novo Governo, velhos problemas.

Por Vilma Amaro

— Que coisa é uma companhia de petróleo? — pergunta um dos personagens de «Poço nº 1», romance de Miguel Otero Silva, um dos mais brilhantes intelectuais venezuelanos. E o autor responde: — É um sujeito calvo, de camisa com palmeiras estampadas que passa os invernos em Miami em um hotel com praia particular; uma senhora gorda e emplumada que tem um belo apartamento em Nova Iorque na Quinta Avenida; um velhinho que percorreu o mundo inteiro em cadeira de rodas, empurrado por todos os seus herdeiros. Esses são a companhia, e todos os meses compram um cavalo de corrida ou um quadro de um pintor francês, e o resto depositam no Chase National Bank».

Desde 1914, quando foi descoberto o poço Zumaque em um povoado de casinhas de palha, pela então Caribbean Petroleum Company (depois Shell) até 1976, o ano da reversão das concessões petrolíferas ao Estado, as companhias de petróleo da Venezuela tiveram sempre elevadas taxas de lucro nunca inferiores a 30 por cento, embora declarassem oficialmente a margem de apenas 15 por cento. E do início da década de 60 até a data de reversão, a Venezuela assistia a uma evasão anual de 60 por cento de suas divisas.

A transformação da Venezuela de país agrícola para um país abastecedor de petróleo dos países industrializados criou uma violenta estrutura de dependência, que a simples reversão das concessões, não pode alterar. A Venezuela está intimamente ligada ao comércio internacional do petróleo, uma vez que o mercado interno consome apenas 4% do total produzido. Em consequência, depende das flutuações do mercado externo, regulado não pela OPEP, mas também pelo conhecido cartel das sete irmãs (Standard de New Jersey e da Califórnia, Royal Dutch, Gulf Oil, Texas Oil, Socony Mobil e British Petroleum).

A Ação Democrática que governou o país nos últimos cinco anos pretendeu criar uma infraestrutura industrial com as rendas de 13 bilhões de dólares anuais. Mas suas possíveis boas intenções sempre estiveram limitadas pelo restrito mercado interno, onde 70 por cento da população é marginalizada.

Qual foi a contribuição de petróleo à Venezuela nesses 65 anos de exploração comercial? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que uma boa parte das divisas que permanecem no país são utilizadas para comprar automóveis, toca-discos, geladeiras, roupas e alimentos. Com razão se diz que a Venezuela importa desde o mais luxuoso automóvel até folhas de alface e ovos. A população não encontra emprego em atividades produtivas e a atividade agropecuária encontra-se bastante atrasada, depois do fracasso de algumas tentativas de Reforma Agrária.

Além disso, o fato de que 96 por cento das exportações do país sejam constituídas por hidrocarbonetos e mineral de ferro gera uma terrível debilidade e instabilidade na relação de intercâmbio. A Venezuela é totalmente dependente dos Estados Unidos, país que compra 40 por cento de sua produção de petróleo e de onde a Venezuela importa 60 por cento de seus produtos. A indústria venezuelana também é extremamente débil, constituída em sua maior parte por montadores («ensabladoras») e só recentemente começaram a ser impulsionadas um polo petroquímico e siderúrgico.

As rendas do petróleo criaram uma realidade discriminatória chocante que se nota por todo o país em um simples passeio de automóvel por suas reluzentes carreteras.

Em uma viagem de La Guaira, onde fica o aeroporto, a Caracas, o visitante recebe uma grande lição de desigualdade. Dos carros que desfilam junto à rodovia pendem milhares de ranchitos feitos de latas velhas ou papelão. Ali vivem um milhão de habitantes, quase a metade da população de Caracas, na mais terrível miséria. Enquanto a cidade baixa, onde moram os privilegiados, é um esplendor de capital, onde até as quitandas são luxuosas.

É este país de doze milhões de habitantes, torres de petróleo e ranchos de lata que Luis Herrera Campins (54 anos), presidente eleito pelo COPEI — Partido Social Cristão — começou a governar esta semana.

A Pepsi e a Coca Cola

Entre Herrera Campins e seu principal opositor, Luis Piñera Ordaz (da Ação Democrática) um antipático ex-ministro do Interior, o povo ficou com Luis Herrera, mais pelo seu magnetismo pessoal que pela diferença programática (o COPEI venceu com pequena margem, em torno dos três por cento). Os dois partidos, na verdade não são muito distintos. De certo modo, reproduzem o esquema vigente nos Estados Unidos, dos Partidos Republicano e Democrático ou a Colombia, com os partidos Liberal e Conservador alternado-se no poder. A oposição do COPEI ao governo de Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, girou mais em torno de picuinhas do que sobre matéria de fundo. Os líderes do COPEI, entre eles Luis Herrera, promoviam escaramuças parlamentares contra a Ação Democrática, com a finalidade de justificar seu papel opositor. No final da contagem, os estudantes e intelectuais passaram a atribuir ao COPEI e à AD, a mesma fama de que gozam na Colombia os dois partidos tradicionais. Ou seja, os dois são tão diferentes quanto à Pepsi e à Coca Cola.

Campins define a Ação Democrática como um partido economicista e chama sua própria organização de espiritualista, embora jamais tenha explicado como esse fenômeno pode se dar em termos de relações de produção (capitalismo espiritualista?).

Em síntese, a linha do COPEI, contida em documentos da Organização Democrata Cristã da América, da qual o atual presidente é um dos dirigentes, considera que «o capitalismo e o comunismo, apesar de suas notórias diferenças e oposições coincidem ao concentrar os fatores de dominação em pequenas minorias, ao colocar nas mãos desta os grandes meios de produção e distribuição, de comunicação de massas e os centros de decisão. Os povos, à margem de periódicas convocatórias eleitorais, ficam excluídos de toda participação efetiva, de informação veraz e de expressão autêntica... Assim a democracia cristã se define pela socialização daqueles fatores de poder, dentro de um regime de liberdade e autêntica democracia para construir uma sociedade na qual, junto a aperfeiçoadas formas de representação política, se estabeleçam mecanismos de participação direta, permanente e eficaz das bases populares organizadas. Esta nova democracia será capaz de realizar a socialização comunitária, sem a absorção estatística. (documento aprovado no Oitavo Congresso da OCDA realizado em Curaçao).



São em grande parte palavras ocas, que não escondem o objetivo fundamental da democracia cristã, que é o de perpetuar a atual ordem econômica, sob um disfarce humanístico, para ganhar uma vasta massa de manobra entre a classe média (já vimos isso no Chile).

Um Oásis na América

Quem, no auge do período repressivo no Brasil, passou pela Venezuela, pensou, certamente, ter caído em outro planeta. Nas páginas de coluna social de El Universal, de Caracas (espécie de Estadão local), entre brindes a perfumados espécimes da burguesia e efusivas confraternizações, podia-se ver o dirigente do Partido Comunista Venezuelano, Gilberto Machado ou um ex-líder guerrilheiro do MIR. Não há dúvida que se respirava um certo ar de liberdade, enquanto na página seguinte do mesmo jornal podia-se ler notícias sobre a greve de fome dos presos políticos venezuelanos.

Em geral, a atuação das esquerdas frente ao governo social-democrata de Carlos Andrés Pérez foi mais de apoio crítico, que de oposição elogiando as medidas de caráter popular e criticando, o processo inflacionário e o modelo de desenvolvimento. Essa foi a linha adotada, com maior ou menor radicalismo pelo PCV, o MIR (mais radical), o MEP (Movimento Eleitoral do Povo, de centro-esquerda) e o MAS.

Mas já em relação ao COPEI, a atuação desses grupos deve ser um pouco diferente, uma vez que o Partido faz questão de se declarar ferrenhamente antimarxista. Quanto às guerrilhas, representadas principalmente pelo Bandera Roja e Punto Cero, não chegaram a atrapalhar o governo de Andrés Pérez, com suas ações, mas prometeram incrementar suas atividades no período de Luis Herrera Campins.

Apesar de seus propósitos de «governar para os pobres», Campins não deve esperar muito apoio dos trabalhadores, controlados pela social-democracia e, em pequena parte pelos comunistas (estes chegaram a se constituir numa grande força sindical no início de sua formação, em 1935 e depois da queda do ditador Perez Gimenez, em 1958. Mas, derrotados durante o governo de Romulo Bittencourt, nunca mais recuperaram sua força e a Ação Democrática controla a maior parte dos sindicatos e federações do país).

Nesse espaço político, o MAS - Movimento ao Socialismo — a

mais sólida organização de esquerda da Venezuela, vem tentando fazer adeptos, principalmente junto aos trabalhadores. Mas, seu crescimento tem sido lento. O MAS chegou a ser temido no início do governo de Carlos Andrés Pérez, com uma possível ameaça nas eleições de 1978. No entanto, sua votação foi mínima. A organização integrada por ex-guerrilheiros beneficiados por uma anistia no governo social-cristão de Rafael Caldera e intelectuais de classe média tem muito prestígio junto à opinião pública, pela capacidade e honestidade de seus líderes: Teodoro Petkoff, Pompeyo Marquez, Fernando Travieso, José Vicente Rangel (ex-candidato presidencial). Mas a estratégia escolhida (luta parlamentar) a coloca na linha de um socialismo evolutivo, já tentado pela Unidade Popular, No Chile e cuja resultado foi um banho de sangue pelas forças do imperialismo.

Quanto às forças de direita são representadas principalmente pelo organismo dos empresários, a FEDECAMERAS, que não perdeu a oportunidade de lembrar aos sociais democratas que a única democracia possível é a da livre iniciativa. A entidade tem no geral posições bastante conservadoras, mesmo em relação ao capitalismo moderno preconizado pelos social-democratas.

Em relação ao COPEI, FEDECAMERAS deve permanecer de sobreaviso. Apesar deste Partido ter um certo verniz mais conservador que a Ação Democrática, Luis Herrera é considerado um dos quadros mais avançados do social-cristianismo. De qualquer forma não se deve esperar nenhuma medida mais audaz e os próprios Estados Unidos disseram não prever nenhuma mudança de atitude.

O povo venezuelano, no entanto, está ávido por transformações que arranquem o país do seu imobilismo social, com quase nove milhões de marginalizados. Carlos Andrés Pérez ao assumir o governo há cinco anos disse que a democracia liberal está jogando sua última cartada na Venezuela. O povo deu mais um voto de confiança ao COPEI. Quanto tempo mais o José Ramón, ou qualquer um dos pobres habitantes de Cerro Marin, El Manguito, Los Aguacaticos ou La Seiba vão esperar para que seus filhos não sejam comidos pelos ratos ou convivam com galinhas, porcos e imundices e morram de desnutrição, enquanto uma parcela de privilegiado vai gastar seus petrodólares nos cassinos das Antilhas?

Irã



Novo Governo, novos problemas.

O poder político no Irã mudou de mãos. O primeiro-ministro Chahpur Bakhtiar, designado pelo Xá para sucedê-lo foi obrigado a deixar o lugar aos «Khomeinistas». Essa mudança política indica que o movimento de massa no Irã conseguiu dar um passo importante no caminho da revolução social e da satisfação dos interesses da classe operária e camponesa. No entanto, para que essa revolução se complete, trata-se agora, de que os operários e camponeses não se limitem ao quadro que a equipe de Khomeini quer lhes impor.

Por Cécile Lorient

Inicialmente, o projeto da oposição liberal (da Frente Nacional e da hierarquia chiita em particular) se limitava às reivindicações anti-feudais, anti-imperialistas e democráticas que resultavam simplesmente na exigência da liberalização do regime iraniano e na derrubada da ditadura. Como o declarava um dos dirigentes da Frente Nacional, Sandjabi (1) em novembro último: nosso sistema é legal, é o sistema monárquico constitucional (...) e o Xá, enquanto personalidade responsável deve reinar e não governar.

A entrada em cena da classe operária (com reivindicações claramente anti-capitalistas e suas próprias formas de luta...) iria colocar em questão esse projeto a ponto de que a Frente Nacional se viu obrigada a desautorizar um de seus principais dirigentes, Bakhtiar, que precipitadamente vislumbrava a concretização de seu projeto ao aceitar as tarefas de primeiro ministro proposto pelo Xá.

É incontestável que no processo de derrubada da ditadura a classe operária e as massas populares ultrapassaram em muito o quadro da luta fixado inicialmente pela oposição liberal. Longe de combater apenas a ditadura e a «personalidade não respeitável do Xá» ela entrou em greve para se opor à política dos patrões e reivindicar o aumento dos salários, o respeito às leis trabalhistas, a garantia das licenças etc. Iniciadas no 5 de setembro, duas semanas após o massacre de Jaleh, no setor público e semi-público (administração e bancos), as greves atingiram o setor nacionalizado (petróleo e siderurgia) para se estender a todo o setor industrial em meados de outubro. A satisfação das reivindicações econômicas dos trabalhadores pelo governo e pelos patrões (de 20 a 50% de aumento de salários no setor público e nacionalizado) antes de frear o movimento o encorajou ainda mais.

Com efeito, desde as primeiras semanas de outubro, as reivindicações propriamente políticas vieram juntar-se às reivindicações econômicas: dissolução dos sindicatos amarelos controlados pela Savak (polícia política) e direito de constituir sindicatos independentes, libertação dos presos políticos e volta dos exilados, revogação da lei marcial, liberdade de expressão e de organização, etc.

Paralelamente a tais reivindicações, os trabalhadores se auto-organizaram. Órgãos de democracia direta foram criados um pouco em cada parte: na cidade de Amol surgiram estruturas de auto-administração que permitiram aos trabalhadores controlar a cidade; os grevistas de Abadan funcionaram em assembleias gerais, elegeram um comitê de greve cujos representantes constituíram um embrião de sindicato independente; no centro industrial de Alborz, um comitê

central de greve, agrupando diferentes fábricas foi eleito. Tais formas de luta impregnaram também o combate dos trabalhadores do setor siderúrgico, notadamente em Isfahan.

Em Amol e Sanadaj, embriões de milícias populares se constituíram. Os trabalhadores do petróleo, especialmente em Ahwaz fazem a experiência do controle operário da produção de petróleo, quando esta é retomada parcialmente para satisfazer as necessidades civis interiores.

No entanto, desde o princípio, havia uma clara contradição entre a disposição de luta das massas populares e a direção efetiva do movimento revolucionário iraniano. A hegemonia política estava incontestavelmente com a oposição liberal religiosa (Ver EM TEMPO nº 53). E o novo poder político não apenas investirá contra esses germes de poder anti-capitalistas desenvolvidos espontaneamente pelos trabalhadores (os comitês de greve, as milícias populares, os sindicatos independentes...) como logo se mostrará incapaz de realizar até mesmo as medidas democráticas e anti-imperialistas que ele próprio desencadeara em sua luta contra a ditadura dos Pahlevi.

Diante das greves, Khomeini tentou em primeira instância assumir seu controle através do «Comitê de Coordenação das greves», sob a direção do atual primeiro ministro, Bazargan. E no momento em que os trabalhadores se recusaram a seguir as orientações desse comitê, isto é, por um fim às greves, os «Khomeinistas» se comportaram como todos os furadores de greve do mundo. Ficava claro que se a equipe de Khomeini fosse conceder ao povo iraniano todas as liberdades democráticas que ela própria ontem reclamava, ela colocaria em risco sua própria existência. Tais liberdades evidentemente iriam permitir uma vida política e sindical que no seu desenvolvimento só poderia novamente vir a questionar o regime burguês de produção.

Também do imperialismo, o novo poder político iraniano é incapaz de elevar a termo suas exigências. A integração da economia iraniana no mercado mundial é tal, a margem de manobra de sua burguesia nacional é tão íntima, que uma política anti-imperialista é praticamente impossível. Os laços com o imperialismo assumirão, no máximo, outras formas.

Assim, para o povo iraniano, que efetivamente derrubou a ditadura no Irã, a luta prossegue. Ele permitiu que a oposição liberal assumisse o poder em nome das tarefas democráticas e anti-imperialistas que tem para serem realizadas. No entanto, ficará cada vez mais claro, que não é a equipe de Khomeini que poderá realizá-las.

(1) O Ministro das Relações Exteriores de Bazargan

LANÇAMENTO

No Clube de Imprensa de Brasília, setor de clubes esportivos norte, dois grandes lançamentos.

Dia 15, quinta-feira, lançamento do livro «E POR QUE NÃO EU?», de Alberto Dines. No dia seguinte, dia 16, será lançado o livro «CARTA SOBRE A ANISTIA», de Fernando Gabeira. Esses eventos fazem parte da Feira da Possibilidade Cultural.

CONVERSACÃO SOBRE 1968

Cuba é a maior?



Senhor Editor.

Acho que no mundo capitalista em que vivemos o tempo tem um valor, por isso é que sempre está faltando tempo (dinheiro), e no meu caso pessoal o tempo (dinheiro) está faltando demais. Esta é apenas uma introdução (justificativa) a uma pequena resposta aos viajantes que também foram à Cuba, publicado no Em Tempo 48 de 21 a 27 de dezembro passado.

Antes que nada, quero chamar a atenção para o volume da nota deles (20 ou 25 páginas) em relação à minha (8). Backstage: se eu tivesse que escrever de novo o mesmo artigo (8 páginas) novamente escreveria a mesma coisa e acrescentaria: Cuba é a maior, é a maior, é a maior. Uma coisa é certa: em 8 páginas há menos possibilidades de escrever bobagens que em 25, e os amigos viajantes me fariam escrever muito mais de 50 páginas pra desfazer a confusão que eles tem na cabeça.

Eu, à distância, penso (quero pensar) que os viajantes foram levados pelo radicalismo da sua, contribuição mais radical para compreender seriamente aquele processo revolucionário ao caminho terreno de criticar ao chamado bloco socialista com as mesmas armas da reação.

Agora bem: revendo a minha nota (Alízia que eu vi) do Em Tempo número 29, se percebe que em nenhum momento defini a Cuba como uma sociedade socialista ou coisa parecida (as notas sobre teatro e Ações Políticas não foram minhas). «Esta é a maneira de edificar uma nova sociedade e «Estado popular» são todas as referências que eu faço para definir a sociedade cubana. Se eu tivesse 25 páginas, poderia fazê-la definida como uma sociedade em transição ao socialismo, que é a definição que utiliza Mendel, a IVª Internacional e Trotsky na sua «Revolução Traída», e que também é usada pelo marxista-dissidente Rudolf Bahro (atualmente preso na República Democrática Alemã).

A minha intenção primeira, entretanto, se centrou em que, frente ao vazamento de informação sobre Cuba que a censura militar impôs ao país, seria mais necessário e enriquecedor que os leitores do Em Tempo tivessem oportunidade de conhecer alguns dados mais (comprovações científicas e materialmente) que mostrassem o incrível desenvolvimento que teve a ilha.

Pré-história do comunismo

Porém, se nós a comparamos com uma idéia que se tem do socialismo, é óbvio que Cuba está na pré-história ainda, mas isso não invalida a experiência cubana, porque as revoluções se fazem com o que há, mas também com o que não há e, muitas vezes, mais com o que não há. Agora até uma criança percebe que a idéia do Che era de fazer desaparecer o dinheiro em Cuba (veja-se o fracasso do Grande Jato de Mao e mais recentemente os amarguras de Pol Pot em Cambodia era uma burrada e nós não devemos cair no Che senão a falta de economistas revolucionários em Cuba, o que levou a que um grande revolucionário tivesse que desempenhar um papel que não lhe correspondia e para o qual não estava preparado.

O velho Marx achava que o socialismo (etapa de transição ao comunismo) ia ter muitas características do capitalismo, posto que das suas entranhas saís e nele gerou. A permanência do Estado seria uma dessas características, porém existem muitas outras mais como, a escala de salários, a família, etc. (Os críticos viajantes porém pretendem que já deviam de fazer desaparecer algumas dessas características do capitalismo numa sociedade em transição ao socialismo).

Passemos a alguns pontos da nota dos viajantes

Que ponto de vista «sério» leva a considerar as carências (próprias do subdesenvolvimento) de Cuba com «miserabilidade do Partido» e a falta de informação no Gramma com a falta de informação das cubanos? Para citar um exemplo: tive a oportunidade de conversar com o primeiro do Teatro Karl Marx sobre a situação da Venezuela e do Uruguai! e ele tinha informações muito precisas, com dados e nomes e a significação dos mesmos.

Que ponto de vista «sério» pode achar que o «contrôle férreo dos meios de comunicação por parte do Partido Comunista Cubano-PCC» é negativa? Vejam o resultado do papel desempenhado pelo «El Mercurio», por exemplo, no tempo do Alente da Unidade Popular. E preciso ver que fins persegue esse controle, ou seja, se ajuda ao progresso da Humanidade ou ao seu retrocesso. (Trotsky dizia que não é a mesma coisa matar gente na defesa da

As interpretações sobre a sociedade socialista cubana são bastante controversas. Aqui Manoel Bappi, autor do artigo «Eu fui ao festival de Cuba», EM TEMPO nº 29, procura rebater as interpretações de Aranha Spaldo, S. Silva e B. Flores, contidas no artigo «Nós também fomos a Cuba», publicado pelo EM TEMPO nº 43. Segundo Bappi, devemos criticar a revolução cubana sem cairmos no campo da reação e considerarmos Cuba como uma «sociedade em transição ao socialismo».

Revolução que matar gente na defesa da revolução).

Que ponto de vista «sério» pode achar que o que resta de espírito (?) (algo totalmente subjetivo) revolucionário no povo, Partido e Fidel é o que não permite que Cuba se burocratize da noite para o dia, mas sim desagar.

As condições sob as quais a URSS se burocratiza são muito particulares e bem específicas (da URSS) e não se pode generalizar para todas as sociedades em transição (nem sequer a própria burocratização). Vietnam se burocratizará Angola, Moçambique? Cuba já está burocratizada? Deutscher explica muito bem os casos típicos da burocratização da URSS (grosso modo, morte dos melhores quadros do Partido, esgotamento econômico, fome, cerco internacional), e essas não são as atuais condições do processo cubano.

Boca suja

Que ponto de vista «sério» acha que as crianças cubanas nos Círculos Infância têm já «pré-definido» o espaço da sua criatividade e os valores do seu mundo com leite, roupa, medicina e enalados. Temos que ver se essa pré-definição é positiva ou negativa, porque é evidente que a pré-definição existe em todas as crianças (quando nascem já existe um mundo), mas há diferença em ser «pré-definido com leite que ser pré-definido sem leite.

E, como é que uma criança pré-definida desde os 45 dias pode ter o «olhar sacana e anti-oficial»? Será que a pré-definição inclui «o olhar sacana e anti-oficial»?

Que ponto de vista «sério» acha que o ensino da solidariedade com chamado bloco socialista e a URSS não leva mais que implícito o ensino da solidariedade entre as crianças? (No Brasil ensinam a solidariedade entre as crianças?)

Que ponto de vista «sério» e que está contra que os melhores cheguem às universidades? Por que teriam que ir os piores? (Prá radicalizar?) É evidente que Cuba, nem a URSS, não podem (ainda) dar ensino superior pra toda a população adulta e, como isso sai muito caro, é preciso assegurar que o rendimento seja o melhor possível. Então, como selecionar os candidatos a esse privilégio que é financiado pelo povo cubano através do seu trabalho?

Porém, o máximo de «seriedade» no ponto de vista dos viajantes é a comparação que fazem entre os pionei-

ros e os escoteiros. Eu nunca vi um escoteiro que soubesse o que é o imperialismo, nem que saiba armar e desarmar um sofisticado fuzil soviético com os olhos vendados, nem nunca vi escoteiros manobrando lanchas patrulheiras (com a plena consciência do fato e a sua significação) e, mais que isso, nunca soube que um filho de pobre fosse ou pudesse ser escoteiro.

Mas, o cúmulo da ignorância dos pontos de vista dos viajantes é quando acusam a Fidel de conservador, na medida em que ele quer o povo aprenda a aceitar-se, a comer, aceitar-se à mesa, respeitar o professor, etc. Os viajantes pensam que desrespeitar o professor, pendar na mesa e andar todo sujo e polido tem algo que ver com o socialismo? (São inúmeros os artigos do Trotsky a favor do ensino de «bons costumes» ao povo russo e contra as «más palavras» no vocabulário do povo russo que, segundo Deutscher, era o mais «boca suja» que ele já viu).

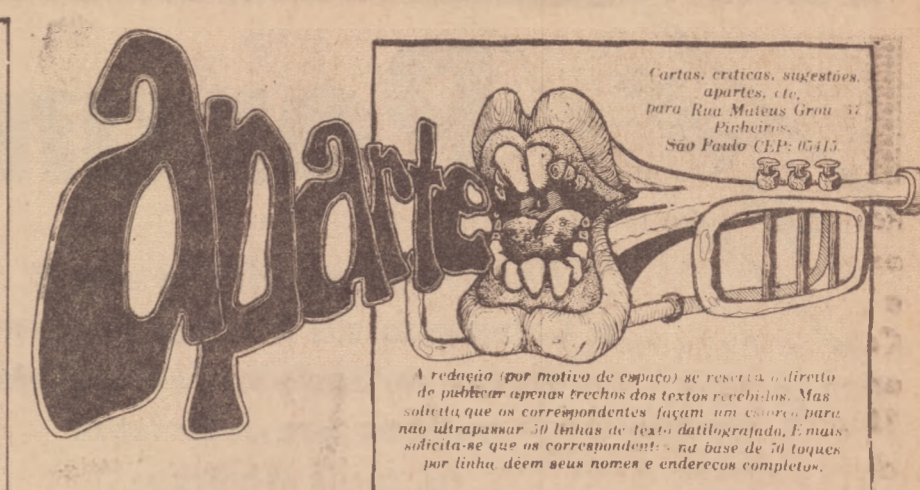
Acho que ficaram expostos simplesmente (ou simplesmente) ao ridículo («ensino sério» no entanto) alguns dos pontos de vista dos viajantes, que deveriam estudar mais seriamente a realidade para assim contribuir melhor e mais radicalmente para a compreensão dessa mesma realidade, para só então transformá-la revolucionariamente. Para «gostar, levantando problemas» é necessário não somente questionar, senão ter conhecimentos para questionar e também saber o que há que ser questionado, como faz-lo e porque, pois afinal de contas os turistas gringos também gosta de Cuba e também levantam problemas.

Não que deixar passar mais este oba-oba da desinformação e por isso tentei desmascar o fundo pequeninhado de algumas questões levantadas pelos viajantes. Deixo os demais porque me falta tempo para desfazer todas as confusões dos jovens (que parecem cretinos) que, como eu, foram à ilha do povo do Partido de Fidel.

Uma última coisa: eu reconheço a má condição de macaca de auditório (é a maior, é a maior) mas sem dúvida que melhor ser macaca de fora do auditório (é a maior, é a maior, mas...)

Manuel Bappi

* As referências ao Trotsky são para que vejam que se pode ser crítico com os processos revolucionários sem deixar de apoiá-los e sem colocar-se de lado da reação.



Salvar EM TEMPO

José Francisco de Souza, bancário de João Pessoa, como leitor assíduo do EM TEMPO comenta, em versos, a proposta de suspensão da circulação do jornal

Por J. Souza

*É preciso que se salve «Em Tempo»
O tempo e o jornal
Um órgão da imprensa alternativa
Uma tribuna democrática
Uma voz do povo
Que se faça um mutirão
Que se transforme em cooperativa
Ou outra solução qualquer
Que o transforme em algo novo
Mas que permaneça como é
Com liberdade de opinião
Como tribuna de debates
como o jornal da oposição
É preciso que cada um pense por si mesmo
Nos seus próprios interesses
No interesse de sua própria classe
De seu próprio povo
De sua própria cultura
Sou bancário penso como tal
Você é operário, pense como operário
Seja como for, pense como é
E não como quer
O patrão e o capital
Para expressar estes pensamentos
E poder publicá-los
Ajude «Em Tempo»
O tempo e o jornal*



Sr. Editor:

A invasão do Vietnã pelos novos mandarins chineses em contato com o imperialismo americano, e que é hamada por eles, hipocritamente, de «Zerpedição punição», reação, mais uma vez, o elevado nível de deterioração a que chegaram as relações entre os Estados do campo socialista.

Essa situação vem contrariar por completo a doutrina socialista que previa a consistência harmônica entre distintos países socialistas, na base do internacionalismo proletário. Dirigidos pela classe operária, os Estados socialistas se apoiaram mutuamente, favorecendo a cooperação recíproca em larga escala em aspectos fundamentais da vida social, confrontando-se, cada vez mais fortalecidos, contra o bloco dos Estados capitalistas, cuja única integração que propiciam entre si é a dependência imperialista. Por outro

lado, estes Estados socialistas deveriam apoiar de todas as formas a luta dos trabalhadores do países capitalistas pela transformação revolucionária.

No entanto, a história do movimento socialista internacional não se escreveu assim. O internacionalismo socialista foi feito em pedaços inúmeras vezes. E a razão é uma única: a marginalização da classe operária na direção dos Estados Operários. A afirmação do poder operário efetivo poria naturalmente em marcha a solidariedade socialista, porque o instinto de classe dos trabalhadores é também instintivo.

Mas a história do movimento socialista é predominantemente a história da burocratização revolucionária, da usurpação do poder proletário, da liquidação da democracia soviética. E isto já desde a revolução bolchevique de 1917 que, poucos anos depois de sua vitória, após Lenin, e já sob a direção

A invasão dos Mandarins

de Stalin, iniciou sua degeneração, e, em consequência, deu um poderoso golpe nos princípios internacionalistas, que até hoje deixa suas marcas.

Gerações e gerações de revolucionários foram deseducados nos desamANHOS da traição ao internacionalismo e da capitulação ao nacionalismo burguês. Ora isso, se contou inicialmente com a III Internacional, que de fora da solidariedade militante dos trabalhadores mundiais na época de Lenin, passou a instrumento desinteressado dos burocratas da URSS, baseado a derrota operária aos quatro cantos do mundo.

A III Internacional foi utilizada também pela burocracia soviética para despejar em toda a parte as concepções revisionistas que desnaturalizavam por completo o profundo sentido democrático da revolução proletária, o qual está na essência do conceito de ditadura do proletariado: são os trabalhadores que exercem o poder, cabendo aos partidos operários que falam em seu nome expressar o vigor e as aspirações revolucionárias da classe, sem jamais se sobrepor a ela.

Entretanto, a despeito dos esforços em contrário da burocracia soviética e de seus funcionários internacionais a revolução avançou em vários países, derrotando o feudalismo e o capitalismo. No entanto, como um anátema, as orientações políticas que presidiam a direção dessas revoluções estavam, em maior ou menor medida, presas aos grilhões da teoria stalinista, e não podiam romper radicalmente com o misto de chovinismo e ditadura burocrática sobre a classe operária que ela contém. Essas deficiências teóricas e ideológicas se refletiram no amortecimento político do processo revolucionário, paralisando-se o espraiamento da organização soviética nessas novas sociedades. E essa situação que explica as ambiguidades que marcam a política internacionalista de todos os países socialistas, sem exceção, e que produziram o acelerado e vergonhoso retrocesso da revolução chinesa.

Essas ambiguidades são visíveis por

exemplo, na política de Cuba. Desde logo, os socialistas endossaram irrestritamente o apoio cubano à revolução angolana, quando ela se via ameaçada pela trama do imperialismo americano e dos racistas sul-africanos. Também os socialistas têm com entusiasmo a experiência do poder popular que se levou a cabo em Cuba a partir de 1975. Não obstante, existem as incoerências: De uma condenação ao pacifismo contra-revolucionário da URSS, Cuba passou a um ajustamento automático com a burocracia do Kremlin no plano internacional, chegando até a defesa da maioria da Tchecoslováquia. As implicações disso na política externa cubana já são evidentes, como indica sua omissão em relação a luta de independência do povo da Etiópia contra o sanguinário e burocrático governo militar da Etiópia, aliada estratégica da URSS, e com o qual Cuba mantém programas de cooperação militar. A política cubana tenta conciliar o inconciliável: aprofundar a revolução, fazendo a defesa da burocracia da URSS.

O Vietnã é outro «ator» de destaque no palco do internacionalismo socialista. Todos os socialistas são unânimes em reconhecer o vigoroso impulso dado à revolução mundial por sua tenaz resistência e sua consagrada vitória frente ao imperialismo americano. E é justamente esta tradição de luta, forjada desde a campanha contra o colonialismo francês e os agressores japoneses, que os socialistas esperam estar espargida por toda a sociedade vietnamita, como o antidoto mais seguro à burocratização da revolução socialista. E que venha a prevenir também que ações como a ajuda militar aos rebeldes cambodjanos na luta vitoriosa contra o regime antipovo e cruelmente burocrático de Pol Pot seja de fato um ato de internacionalismo socialista e não o início de uma política hegemônica na Indochina, isto é, todos os socialistas esperam que o Cambodja não seja ocupado militarmente pelo Vietnã.

Mário L. Novais

EM TEMPO: unidade e ampliação

Companheiros: Outro golpe foi desfechado pela Ditadura contra a liberdade de se informar do nosso povo. Além de tentar impedir que o povo leia seus seus justos direitos e aspirações, o regime tenta negar-lhe o simples direito de saber o que fazem aqueles que nos governam.

Mas uma vez, a imprensa alternativa foi golpeada. Não bastassem as dificuldades que ela tem para sobreviver pelo simples fato de ser composta por pequenos empresários, o governo procura destruí-la economicamente, apreendendo edições inteiras. Este novo golpe contra a imprensa alternativa e o direito de informação do povo brasileiro teve por alvo, uma vez mais, o jornal Em Tempo.

Depois de tantas e seguidas ameaças dos grupos fascistas de extrema direita, depois dos atentados terroristas às nossas sucursais de Belo Horizonte e Curitiba, depois das prisões de jornalistas e vendedores de Em Tempo, as próprias autoridades policiais recolheram todos os exemplares do último número do jornal, sem nenhuma satisfação ao maior interessado na liberdade de imprensa: o povo.

Este atentado ocorre num momento particularmente difícil da vida de Em Tempo — é bom que todos o saibam para melhor avaliarem as intenções dos responsáveis pela apreensão. O jornal atravessa uma série crise econômica. E passa também por uma profunda crise política. Os autores dessa carta, por exemplo, recusaram-se a participar da última Assembleia Geral (4 de março) por considerá-la carente de legitimidade. Pela mesma razão, não aceitaram participar do atual Conselho Editorial.

Ao golpear o jornal num momento de crise econômica e política, sem dúvida, o regime procura aniquilar

mais esse órgão de oposição. Procura aniquilar uma das poucas janelas que se coloca decididamente ao lado dos trabalhadores na luta do povo brasileiro pelas liberdades democráticas. Uma coisa para nos está mais do que clara: em face dos atos da Ditadura, não bastam mais as simples denúncias. É preciso que aprendamos a extrair lições da nossa fraqueza e que saibamos encontrar fórmulas que resultem na unidade da oposição. Os atentados dirigidos contra o Em Tempo têm atingido a todas as oposições, rotadamente de dentro popular. As respostas não devem ser apenas dos trabalhadores e acadêmicos de Em Tempo, mas de todos aqueles que participam da luta pela democracia. É exatamente a unidade das oposições e o avanço das lutas populares que podem por um parafuso a exceção e ao arbítrio!

Os efeitos de mais esse atentado devem estar caindo fundo em todos aqueles que contribuíram para a existência do Em Tempo — desde a atual direção do jornal até aqueles que, pelas mais diversas razões, hoje se encontram fora da direção e do Conselho. Se os atentados não bastam para restabelecer a unidade da Frente Jornalística que, pelo menos, elas façam com que todos repensem sobre a necessidade não só de manter a Frente Jornalística, mas, inclusive, de ampliá-la.

Divergências entre nós existem. Vamos explicitar todas as diferenças, mas escapando à retórica «dialética do dissenso e da cisão». Que, sob os efeitos emocionais desse golpe, saibamos extrair pelo menos uma lição os movimentos populares devem avançar, e para que eles avancem, é imprescindível a unidade e a ampliação das forças de oposição, inclusive no Em Tempo.

Antônio Roberto Espinosa
Jorge Baptista

São Paulo

Por uma Frente das Mulheres

Encerrado no último dia 8, o Congresso da Mulher Paulista, foi um verdadeiro festival de moções oposicionistas as mais diversas. Dentre as resoluções se destacam, a luta pela criação de creches, e a equiparação salarial dentre outras.

Por Rosa Pontes

A criação da Frente das Mulheres — um dos principais objetivos do I Congresso da Mulher Paulista — deve se concretizar na prática, quando as participantes do encontro se reunirem novamente, no próximo dia 19, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, para encaminhar a luta unitária pela criação de creches nos diversos bairros. Ao que tudo indica, será em cima desta luta concreta e específica das mulheres que a Frente surgirá — e não de sua constituição formal.

Ao lado do documento final do Congresso — que conseguiu dar unidade a uma análise da situação atual da mulher dentro da sociedade brasileira, suas formas de luta e principais reivindicações — a continuidade do encontro se dará não apenas com o movimento unitário pela criação de creches, mas através de outras duas reivindicações tão prementes e específicas: a equiparação salarial (por trabalho igual, salário igual) e luta contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco.

Firmeza e Emoção

Mas não foi apenas destes saídos organizativos concretos que se fez a noite de encerramento do Congresso, no último dia 8, no Teatro Ruth Escobar. As 500 mulheres — e homens — que participaram dessa reunião vibraram com a firmeza política, a energia e a emoção que vinham do palco e ganhavam mais força com a adesão da plateia.

Desde o pedido de solidariedade à greve dos metalúrgicos desta semana, feito por Marluce —

despedida em São Bernardo por sua atuação sindical, apesar de seu estado de gravidez — até a ovação à Tereza, mulher do operário Manuel Fiel Filho, morto no Doi Codi, as propostas e homenagens repercutiram fortemente no plenário, que, assim, solidificava sua adesão ao movimento.

Apesar de ausente do Congresso, foi reservado um lugar simbólico na mesa que dirigiu os trabalhos na noite de encerramento à Flávia Schilling (?), presa política no Uruguai. E o jornal «Brasil Mulher» — juntamente com o Comitê Brasileiro de Anistia — fizeram uma homenagem «às companheiras desaparecidas», buscando-se um «resgate político dessas mulheres»: a cada nome de uma lista de desaparecidas, o plenário gritava presente. Também foi prestada homenagem à Elza Monerat, presa política «que dedicou toda sua vida às lutas do povo brasileiro».

Os depoimentos foram muitos e todos da maior importância. Dinha, metalúrgica, destacou a luta pela liberdade de organização política dos trabalhadores, por um aumento geral de salários e pela criação de departamentos femininos em todos os sindicatos. Ana, dona de casa, que foi ovaconada quando falou do valor do trabalho das camponesas.

Mas houve também a participação de Gilda, que reivindicou a anistia liberal — uma medida que permitiria a reincorporação ao trabalho, com todos os seus direitos, daqueles que foram afastados de suas funções por motivos políticos. De Sandra, Cajazeira, diretora do Sindicato dos Bancários, que afirmou a necessidade de maior participação sindical da mulher, não apenas nos departamentos femininos, mas em todas as funções. E de Clarice Herzog, que encerrou os pronunciamentos, estendendo a homenagem feita a ela e a Tereza Fiel Filho a todas as mulheres que perderam maridos, filhos e irmãos, na luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas.



Documento final

«Marginalizadas no trabalho, sem condições mínimas de ter e educar nossos filhos, fazendo o verdadeiro milagre de conseguir, com os baixos salários e as péssimas condições de nossos bairros, garantir que os trabalhadores, de hoje e de amanhã, possam trabalhar e produzir, nós, mulheres brasileiras, sofremos duplamente todas as consequências de miséria e opressão a que está submetida a maioria do povo.

O desemprego, problema geral da população, no nosso caso é ainda mais sério. Não conseguimos ter uma profissão. Somos educadas apenas para executar as tarefas domésticas e ser mãe. Só conseguimos emprego com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas — o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Não temos onde deixá-los quando saímos para o trabalho, pois não nos dão creches e escolas em quantidade suficiente e de qualidade que nos tranquilize, como se fossemos as únicas responsáveis pelo cuidado de nossos filhos.

E tem mais: nosso trabalho é utilizado de acordo com os interesses de lucro dos patrões e do Estado. Por isso, somos as últimas a conseguir emprego e as primeiras a ser despedidas. E o nosso trabalho doméstico, necessário para toda a sociedade, não é valorizado, muitas vezes, nem pelo nosso companheiro.

Sem garantias

Mesmo para ser mãe — a tão falada função principal da mulher — não contamos com as mínimas garantias. Pois, quando estamos gravidas, corremos o risco de não chegarmos ao término da gestação, em função do nosso precário estado de saúde e falta de assistência médica. Por outro lado, se estamos empregadas, nos ameaçam com a demissão no emprego. E não adianta sair em busca de outro: os patrões não aceitam as mulheres gravidas.

Se resolvemos evitar filhos, não encontramos métodos anticoncepcionais garantidos. O uso indiscriminado das pílulas, sem nenhuma assistência médica, é abertamente promovido pelo governo. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o único recurso é se submeter à indústria clandestina do aborto ou a curiosas que, utilizando sondas ou outros meios mais grosseiros, põem em perigo as nossas vidas.

Completando o quadro da nossa situação de discriminação e opressão, existem ainda os preconceitos tradicionalmente divulgados, de que nós não temos direito ao prazer sexual e que nossa função no sexo é, unicamente, ter filhos.

Alhago a isso, a falta de condições de moradia — dormindo toda a família no mesmo quarto ou na mesma cama — e o trabalho absorvente a

que estão submetidos tanto a mulher quanto o homem, não permite o direito ao prazer sexual.

Luta coletiva

Apesar disso, rompemos nosso isolamento e saímos para a luta como estão fazendo também outros setores oprimidos da sociedade. Assim, desde o início nos organizamos em pequenos grupos de mulheres (Clubes de Mães, Associação de Donas de Casa, grupos femininos e, mais tarde, imprensa e grupos feministas) discutindo e denunciando os nossos problemas específicos e a situação dos bairros em que vivemos e nos propondo a ações concretas em torno dessas questões.

Foi a partir da mobilização das donas de casa de periferia que surgiu e cresceu nacionalmente o movimento contra a carestia. Iniciamos também em 75 a campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita a todos os brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Em 78, quando as lutas dos operários e trabalhadores em geral ganharam as ruas, nós, mulheres, tivemos um papel de destaque no movimento grevista de operários, professores, bancários etc.

A participação em todos esses movimentos populares nos deu força e possibilitou a ampliação do movimento por nossas reivindicações específicas, cujo ponto de partida foi este nosso I Congresso.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimos-nos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante à situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sua sorte.

Lutas específicas

E, em todos os grupos de discussão do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos.

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que «os outros» não têm tempo de fazer: propomo-

nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que os seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Apoiaremos esses movimentos não mais como companheiros, mas como mulheres orgulhosas de sê-lo, como companheiras que também têm suas lutas específicas que a todos devem interessar.

Reivindicações

Portanto, nossa luta é:

- por melhores salários para todos os trabalhadores;
- pelo direito de greve;
- por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças;
- contra o trabalho noturno para ambos os sexos;
- que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos;
- por melhores condições de vida, moradia e trabalho;
- pela profissionalização das mulheres;
- pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas;
- pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão gravidas quando vão ser admitidas no emprego;
- pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;
- contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente;
- pelo direito de ter os filhos que desejar;
- pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;
- pelo direito de se organizar e expressar livremente;
- pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

1º CRECHES — totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.
2º Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.
3º Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco — pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida».

Feijoada popular

Rosa Pontes

A música «Feijoada Completa», de Chico Buarque - com nova letra, do Grupo de Criação dos Publicitários de São Paulo - abriu e encerrou a última noite do Congresso.

Mulher, você vai gostar
Chegou a hora de você falar
Deixe as crianças em casa com o marido
E vem discutir seus problemas doidos.
Creches, salários, problemas de cama e fogão
E como enfrentar a situação.
Mulher, você vai notar
Que os grandes problemas que vai enfrentar
Crescem e cada vez mais a fome aumenta
Congelam o salário do pobre
Mas o preço da carne não
E todo o dia aumenta o lucro do patrão.
Mulher, você vai chorar
Mas é preciso lutar pra melhorar
Não adianta reclamar sozinha no portão
Precisa juntar forças e dar a mão
Senta, discuta, exija, reclame melhor situação
Vida decente para você e para nação.

EM TEMPO!

Mulheres de todo o Brasil, uní-vos.

O Encontro Nacional de Mulheres, realizado no Rio no último fim de semana, além de aprovar as resoluções finais do Congresso Paulista que terminara poucos dias antes, introduziu duas divergências inéditas: a questão do Irã e do MDB.

Um dos grandes momentos do Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, de 8 a 11 de março, foi a apresentação do documento final do Encontro Regional de São Paulo, realizado no início da semana passada.

A representante da Associação das Donas de Casa de SP, que apresentou o documento no Painel sobre Feminismo no terceiro dia do encontro, foi longamente aplaudida. O documento paulista foi retomado em sua totalidade na Resolução Final do Encontro Nacional. A ele foram acrescentadas as resoluções das diferentes comissões. O teor deste documento, onde a condição de vida da maioria das mulheres brasileiras e suas reivindicações específicas (luta pelas creches; reconhecimento da sexualidade feminina, etc.), são plenamente assumidas, é um reflexo do avanço do movimento feminista entre as mulheres de SP.

A unanimidade com que o documento foi aceito, como parte da resolução final do Encontro Nacional, mostra a possibilidade da evolução da consciência feminista e a vitalidade do movimento nos outros estados brasileiros.

Unidade em torno da luta pelas creches

A participação de mulheres de oito estados (SP, Rio, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul), e de uma gama extremamente variada de associações — CMFPA de São Carlos, Centro Feminino Pela Mulher Desamparada e Seus Filhos, Associação Brasileira de Enfermagem, Grupo de Mulheres de Porto Alegre, União Brasileira de Mães — mostram que a questão feminina começa a sensibilizar a sociedade brasileira. Para uma boa

parte das 400 mulheres inscritas, esta foi sua primeira aproximação com o movimento feminista.

No segundo dia, os trabalhos se realizaram em diversas comissões e os temas escolhidos revelam que as preocupações das mulheres abrangem um conjunto de problemas que afetam tanto a vida privada como a esfera pública. O grande interesse despertado pelas comissões a partir de discussões tais como onde deixar os filhos na hora do trabalho, como conciliar trabalho fora de casa com trabalho doméstico, como reagir à agressões sexuais das quais são vítimas, revelam o caráter social de questões tradicionalmente consideradas como questões pessoais.

A luta pelas creches nos locais de trabalho e moradia sustentadas pelo Estado está surgindo espontaneamente em diversos pontos do País. A solidariedade a estas lutas foi um dos pontos de unidade do encontro. Todos os grupos que no terceiro dia discutiram os caminhos do feminismo no Brasil destacaram a luta pelas creches como uma das reivindicações mais urgentes.

O vivo interesse de uma parcela das presentes em participar da comissão «Violência infligida às mulheres» (violência esta que inclui desde controle da natalidade imposto e esterilização forçada até estupro, passando por apalpadelas e

piadas na rua e espancamento por parte dos maridos), assume uma certa importância, pois pela primeira vez este tema é discutido em um encontro de mulheres. A discussão mobilizou de tal forma as integrantes desta comissão, que elas decidiram constituir-se em um grupo de reflexão que permanecerá a trabalhar em cima da questão. A mais longo prazo, o objetivo é tentar determinar de que forma as mulheres podem fazer face a estas violências.

As duas tendências dentro do movimento

Na assembleia final do encontro, a votação de duas moções causou muita agitação. O primeiro momento de tumulto foi a existência de duas moções que diziam respeito ao Irã. A primeira propunha «solidariedade com a luta das mulheres iranianas que se recusam a usar o «shador», símbolo da sua opressão milenar e que não querem repetir o erro das mulheres algerianas que, depois de participarem ao lado dos homens na luta pela libertação nacional, obtida a vitória, aceitaram voltar a viver fechadas dentro de casa e submeteram-se novamente aos seus papéis tradicionais». A segunda moção condicionava esta

solidariedade a que, por detrás da luta destas mulheres, não estejam forças contrárias à emancipação política do Irã. A primeira moção acabou sendo aprovada. O segundo momento de agitação foi acusado por uma divisão do plenário contra ou a favor de uma moção que preconizava o fortalecimento do Departamento Feminino no MDB. A posição a favor foi vencida por 48 a 47 votos.

O fato de que estas tenham sido os dois momentos de maior divisão do encontro é significativo e nada mais é do que a cristalização das duas tendências que permearam o encontro: de um lado as mulheres que já compreenderam que o movimento feminista é em si uma luta social e política, e, do outro, as que pensam que este caráter político só é conferido ao movimento por sua adesão às bandeiras de luta da esquerda tradicionalmente masculina. O que ainda parece não ter sido esclarecido é que o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, permitindo a cada ser, independentemente de sexo, classe ou raça, exercer livremente suas opções. A luta das mulheres é política na medida em que assume as questões específicas da opressão feminina, que se origina não na natureza biológica, mas está vinculada às formas de sociedades determinadas. (L.R.)